

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIANA LINS E SILVA COSTA

Da violência que estrutura a sociedade ao comportamento violento:
contribuições da Teoria Histórico-Cultural

Maringá
2022

MARIANA LINS E SILVA COSTA

Da violência que estrutura a sociedade ao comportamento violento:
contribuições da Teoria Histórico-Cultural

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco.

Maringá
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C837d

Costa, Mariana Lins e Silva

Da violência que estrutura a sociedade ao comportamento violento : contribuições da teoria histórico-cultural / Mariana Lins e Silva Costa. -- Maringá, PR, 2022.
128 f.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2022.

1. Teoria histórico-cultural. 2. Psicologia da libertação. 3. Violência. 4. Historicidade. 5. Marxismo. I. Barroco, Sonia Mari Shima, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 152.4

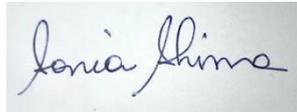
Rosana de Souza Costa de Oliveira - 9/1366

MARIANA LINS E SILVA COSTA

*Da violência que estrutura a sociedade ao comportamento violento:
contribuições da Teoria Histórico-Cultural*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA



Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Guillermo Arias Beatón
Universidade de Havana



Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior
UFG/Universidade Federal de Goiânia



Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci
PPI/Universidade Estadual de Maringá

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adriana de Fátima Franco', written in a cursive style.

Profa. Dra. Adriana de Fátima Franco
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 28 de março de 2022.
Defesa realizada por vídeo conferência.

*Para todos e todas que acreditam na construção de um mundo
melhor, justo e livre de toda forma de violência e opressão.*

AGRADECIMENTOS

A construção de uma pesquisa e a formação de uma pesquisadora só são possíveis porque são forjadas coletivamente. Agradecer às pessoas e às instituições que tornaram possível a realização desta pesquisa é reafirmar que não existe atividade possível na ausência do outro. Nessa trajetória acadêmica e profissional sigo sempre acompanhada e isso é que dá sentido à minha vida.

Agradeço à Universidade pública que em meio a ataques ao seu funcionamento e papel social possibilitou, não somente a mim, a chance de uma formação profissional e pessoal que seria impossível em outros espaços. A Universidade resiste e nós lutamos pela sua existência e transformação, para que seja cada vez mais democrática e diversa!

Aos meus pais que sempre me incentivaram na difícil tarefa de ser pesquisadora e docente. Desde muito cedo nos ensinaram, a mim e ao meu irmão, a sonhar e a trilhar caminhos para a realização dos nossos sonhos. Ensinaram também que a educação é um instrumento potente na formação de uma pessoa, talvez por isso tenha me tornado professora. Defendemos juntos esse trabalho!

Às minhas amigas de infância e adolescência nas quais eu sempre soube que poderia buscar apoio, mesmo que à distância. Foram essas relações que me ensinaram sobre o amor e o cuidado duradouros nas amizades. Melina, Mariana e Nara, obrigada, meninas!

À Carol, Karyna e Lorena (minha família!) pelo cuidado e afeto diários nestes anos de pesquisa. A parceria que construímos me deu amparo para seguir adiante nos momentos difíceis e ânimo para comemorar a vida que, junto a vocês, é muito melhor! A gente se chama de família e isso se mostra verdadeiro todos os dias.

À Ana Eliza, Naná, Tiago, Melzinha, Babi, Dani, Melline, Mari, Grey, amigas que a universidade me deu e que contribuíram imensamente para minha formação. Cada uma a sua maneira trouxe aprendizagem e incentivo à tarefa de pesquisar sobre um tema tão complexo e difícil. O afeto nos faz permanecer juntas e lutar por um mundo novo, justo e livre.

Ao Borba, meu companheiro no sentido mais bonito da palavra: que me acompanha, lado a lado, nos desafios e nas alegrias desse mundo. Eu agradeço a sua sensibilidade e seu olhar atento que tanto me fizeram sentir confiança na realização deste trabalho. Obrigada pelo colo!

Ao prof. Dr. Manuel Luis de La Mate Benitez, professor co-orientador da Universidade de Sevilha que aceitou me receber em seu grupo de pesquisa. Sempre que lembro deste período

de pesquisa me recordo da generosidade do professor Manuel nas discussões sobre o tema
¡Gracias, profesor!

Às minhas professoras desde a graduação até a pós-graduação em Psicologia na UEM, que contribuíram e seguem contribuindo para minha formação. Ser aluna de vocês foi revolucionário!

Aos meus colegas professores do curso de Psicologia da UNIFCV que estiveram junto comigo dividindo as dores e as delícias de ser docente. A tarefa de formar novos(as) psicólogos(as) ganha sentido quando compartilhada com profissionais e amigos tão comprometidos ética e politicamente. Trabalhar com vocês é ter a certeza de que a Psicologia pode ser mais potente e transformadora e de que vale a pena investir na formação.

À minha orientadora Sonia Shima, a quem carinhosamente chamo de mãe. Agradeço não somente à orientação para a realização deste trabalho, mas toda trajetória de formação pessoal e profissional nesses mais de dez anos de relação. Nesse período aprendi muito sobre Psicologia, mas aprendi ainda mais sobre uma práxis ética e afetiva. Obrigada por me mostrar tanta coisa, por me ajudar a conhecer o mundo.

À banca de qualificação e defesa que se disponibilizou a participar destes dois momentos tão importantes para o desenvolvimento da pesquisa. A leitura atenta e cuidadosa de vocês no exame de qualificação que resultou em orientações essenciais à construção desta tese, nos conduziu a caminhos mais ricos e profícuos para a pesquisa. Guillermo, Fernando, Marilda e Adriana: obrigada por compartilharem conosco suas valiosas contribuições.

À CAPES pelo apoio financeiro.

*Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.*
(Bertolt Brecht)

Costa, M. L. S. (2022). Da violência que estrutura a sociedade ao comportamento violento: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. 2022. 128f. Tese. Doutorado em Psicologia. Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

RESUMO

Nosso **objeto** de pesquisa é a formação social da conduta violenta. Para sua problematização, elegemos como **objetivo geral** compreender e explicar, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Histórico-Cultural (THC), a formação psíquica e sua relação com a violência estrutural e social. A explicação materialista histórico-dialética possibilita à Psicologia, como área científica e campo profissional, superar concepções que tomam a violência como um processo de características universais e estanques. Embora tenhamos como orientação a THC de Vigotski, trouxemos a teorização de Martín-Baró sobre a violência pela coerência epistemológica do autor e suas vigorosas contribuições da violência na América Latina. Entendemos que a investigação e discussão sobre o tema sob o eixo metodológico marxista que exclua as contribuições da Psicologia da Libertação é devedora da consolidada construção teórica do autor e sua orientação ético-política revolucionária. **Justificamos** sua realização ante a violência crescente na sociedade brasileira, expressa pelos indicadores oficiais publicizados, acompanhada pela concepção de que ela seja manifestação de traços ou características da personalidade e/ou fruto de opção dos indivíduos. Corroboramos com isso a escassez de estudos específicos sobre essa temática a partir da Psicologia Histórico-Cultural. A **metodologia** envolve levantamento, seleção e análise de fontes primárias (estudos de autores clássicos e documentos/pesquisas sobre a violência) e secundárias (publicações com análises e interpretações derivadas), pautando no reconhecimento do real como objeto cognoscível e na constituição do sujeito como ontologicamente histórica e social. Trabalhamos com a **tese** de que a Psicologia só assume seu caráter científico e desvela seu compromisso ético-político quando explica a violência como um fenômeno concreto, síntese de múltiplas determinações que são históricas, sociais e pessoais, e com a **hipótese** de que as teorizações de Vigotski e de Martín Baró revelam-se atuais, visto que fecundas para explicar os fenômenos humanos sob o capitalismo. É fundamental que se supere a interpretação abstrata da violência, tomada apenas como ação destrutiva, passível de punição, para compreendê-la como ação que é significada a partir da história, da cultura e da biografia dos sujeitos. A superação da concepção de que a violência seja algo contrário ao processo de humanização é fundamental para sua compreensão enquanto um fenômeno que é humano, constituído historicamente e socialmente. O não reconhecimento de tal constituição contribui para naturalizar a barbárie e referendar práticas reducionistas e individualizantes para explicação da violência, ou ainda, confundir e tomar como universal a diversidade de manifestações do fenômeno. **Concluimos** que a compreensão concreta da violência, em contraposição à abstrata, exige que seja revelada a violência que estrutura a sociedade capitalista como subsidiária de toda forma de violência institucional ou nas relações interpessoais. Em uma perspectiva psicossocial, conforme Martín-Baró, significa reconhecer a violência como um processo que é psicológico, histórico e social. A historicidade como categoria fundamental à explicação da violência revela o fenômeno como dinâmico e diverso, que só pode ser devidamente compreendido na vida dramática humana, conforme Vigotski. Nesse sentido, a práxis do (a) psicólogo (a) deixa de ser orientada à compreensão abstrata da violência e passa a entendê-la como significada socialmente.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural; Psicologia da Libertação; Historicidade; Violência; Marxismo

Costa, M. L. S. (2022). *From the violence that structures society to violent behavior: contributions from the Historical-Cultural Theory*. 2022. 128f. Thesis. Doctorate in Psychology, Psychology's Postgraduate Program, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ABSTRACT

Our research **object** is the social formation of violent behavior. For its problematization, we chose as a **general objective** to understand and explain, according to the theoretical-methodological assumptions of the Historical-Cultural Theory (HCT), psychic formation and its relationship with structural and social violence. The historical-dialectical materialist explanation enables Psychology, as a scientific area and as a professional field, to overcome conceptions that take violence as a process with universal and watertight characteristics. Although we have Vygotsky's HCT as a guide, we brought Martín-Baró's theorization on violence through the author's epistemological coherence and his vigorous contributions to violence in Latin America. We understand that the investigation and discussion on the subject under the Marxist methodological axis that excludes the contributions of Liberation Psychology is indebted to the author's consolidated theoretical construction and his revolutionary ethical-political orientation. We **justify** its realization in the face of the growing violence in Brazilian society, expressed by the published official indicators, accompanied by the conception that it is a manifestation of personality traits or characteristics and/or the result of an individual's choice. The scarcity of specific studies on this theme from Historical-Cultural Psychology corroborates this. The **methodology** involved a survey, selection and analysis of primary sources (studies on classical authors and documents/research on violence) and secondary sources (publications with derived analyzes and interpretations), based on the recognition of the real as a knowable object and on the constitution of the subject as ontologically historical and social. We work with the **thesis** that Psychology only assumes its scientific character and reveals its ethical-political commitment when it explains violence as a concrete phenomenon, a synthesis of multiple determinations that are historical, social and personal, and with the **hypothesis** that the theories of Vygotsky and Martín Baró reveal themselves to be current, as they are fruitful to explain human phenomena under capitalism. It is essential to overcome the abstract interpretation of violence, taken only as a destructive action, subject to punishment, to understand it as an action that is signified from the history, culture and biography of the subjects. Overcoming the concept that violence is something contrary to the humanization process is fundamental for understanding it as a phenomenon that is human, historically and socially constituted. The non-recognition of such a constitution contributes to naturalize barbarism and to endorse reductionist and individualizing practices to explain violence, or even confuse and take the diversity of manifestations of the phenomenon as universal. We **conclude** that the concrete understanding of violence, as opposed to the abstract, requires revealing the violence that structures capitalist society as a subsidiary of all forms of institutional violence or in interpersonal relationships. In a psychosocial perspective, according to Martín-Baró, it means recognizing violence as a process that is psychological, historical and social. Historicity as a fundamental category for the explanation of violence reveals the phenomenon as dynamic and diverse, which can only be properly understood in human dramatic life, according to Vygotsky. This way, the psychologist's praxis is no longer oriented towards the abstract understanding of violence and starts to understand it as socially signified.

Keywords: Historical-Cultural Theory; Liberation Psychology; Historicity; Violence; Marxism.

Costa, MLS (2022). *De la violencia que estructura la sociedad al comportamiento violento: aportes desde la Teoría Histórico-Cultural*. 2022. 127f. Tesis. Doctorado en Psicología. Programa de Posgrado en Psicología, Universidad Estadual de Maringá. Maringá PR.

RESUMEN

Nuestro **tema** de investigación es la formación social de la conducta violenta. Para su problematización, escogimos como **objetivo general** comprenderla y explicarla, según los presupuestos teórico-metodológicos de la Teoría Histórico-Cultural (THC), la formación psíquica y su relación con la violencia estructural y social. La explicación materialista histórico-dialéctica posibilita que la Psicología, como área científica y como campo profesional, supere concepciones que piensan la violencia como un proceso con características universales y cerradas. Si bien nos guiamos por la THC de Vygotsky, hemos traído la teorización de la violencia de Martín-Baró a través de la coherencia epistemológica del autor y sus vigorosos aportes a la violencia en América Latina. Entendemos que la investigación y discusión sobre el tema bajo el eje metodológico marxista que excluye los aportes de la Psicología de la Liberación es deudora de la consolidada construcción teórica del autor y de su revolucionaria orientación ético-política. **Justificamos** su realización frente a la creciente violencia en la sociedad brasileña, expresada por los indicadores oficiales publicados, acompañada de la concepción de que es una manifestación de rasgos o características de la personalidad y/o el resultado de la elección de un individuo. Esto corrobora la escasez de estudios específicos sobre este tema desde la Psicología Histórico-Cultural. La **metodología** implicó un levantamiento, selección y análisis de fuentes primarias (estudios de autores clásicos y documentos/investigaciones sobre la violencia) y fuentes secundarias (publicaciones con análisis e interpretaciones derivadas), a partir del reconocimiento de lo real como objeto cognoscible y de la constitución del sujeto como ontológicamente histórico y social. Trabajamos con la **tesis** de que la Psicología sólo asume su carácter científico y revela su compromiso ético-político cuando explica la violencia como un fenómeno concreto, síntesis de múltiples determinaciones históricas, sociales y personales, y con la **hipótesis** de que las teorías de Vygotsky y Martín Baró siguen siendo actuales, pues resultan fructíferos para explicar los fenómenos humanos bajo el capitalismo. Es fundamental superar la interpretación abstracta de la violencia, entendida sólo como una acción destructiva, sujeta a castigo, para entenderla como una acción que se significa desde la historia, la cultura y la biografía de los sujetos. Superar el concepto de que la violencia es algo contrario al proceso de humanización es fundamental para comprenderla como un fenómeno humano, histórica y socialmente constituida. El no reconocimiento de tal constitución contribuye a naturalizar la barbarie y avalar prácticas reduccionistas e individualizadoras para explicar la violencia, o incluso confundir y tomar como universal la diversidad de manifestaciones del fenómeno. **Concluimos** que la comprensión concreta de la violencia, frente a la abstracta, requiere develar la violencia que estructura la sociedad capitalista como subsidiaria de todas las formas de violencia institucional o en las relaciones interpersonales. En una perspectiva psicosocial, según Martín-Baró, significa reconocer la violencia como un proceso psicológico, histórico y social. La historicidad como categoría fundamental para la explicación de la violencia revela el fenómeno como dinámico y diverso, que sólo puede comprenderse adecuadamente en la vida dramática humana, según Vygotsky. En este sentido, la praxis del psicólogo deja de orientarse hacia la comprensión abstracta de la violencia y pasa a comprenderla como significado social.

Palabras clave: Teoría Histórico-Cultural; Psicología de la liberación; Historicismo; Violencia; Marxismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
SEÇÃO 1- VIOLÊNCIA, SOCIEDADE DE CLASSES E CAPITALISMO: O QUE PODE REVELAR A PSICOLOGIA?	24
1.1 Violência no Brasil: estatísticas e explicações dos órgãos oficiais	25
1.2 Estado e políticas públicas: por que não solucionam a violência?	31
1.3 Da atuação da Psicologia: reflexões para a práxis	37
SEÇÃO 2 PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS: DA FILOSOFIA DA PRÁXIS À TEORIZAÇÃO DE MARTÍN-BARÓ	42
2.1 A violência na práxis humana	43
2.2 Para uma caracterização das violências	47
2.3 A violência na obra de Martín-Baró	52
<i>2.3.1 Breve resgate da vida de Martín-Baró e da construção da Psicologia da Libertação</i>	53
<i>2.3.2 Violência como um fenômeno psicossocial</i>	59
<i>2.3.3 “Violentos são os outros”: a desidentificação como caminho para violação do outro</i>	70
2.4 Pode haver sociedade sem violência?	75
SEÇÃO 3 TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL, DESENVOLVIMENTO E VIOLÊNCIA	77
3.1 O desenvolvimento psíquico e a formação da personalidade: a trajetória para a liberdade	81
3.2 A violência como possibilidade nas relações capitalistas ou quando o caminho para liberdade é interrompido	93
3.3 Violência e o papel do meio no desenvolvimento psíquico	98
3.4 O drama da violência na vida concreta do homem	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

A presente tese está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (PPI-UEM), atrelado à área de concentração *Constituição do Sujeito e Historicidade* e à linha de pesquisa três, *Processos Educativos e Práticas Sociais*. A pesquisa aqui apresentada¹ decorre e continua as investigações empreendidas por nós na dissertação de mestrado concluída no ano de 2014. Na ocasião, estudávamos as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para compreensão e enfrentamento da violência nas escolas. Depois de alguns anos do término da pesquisa, fui questionada em uma aula de pós-graduação acerca de um caso de violência na escola², em que o aluno jogou a tesoura em uma professora. Após o relato, me perguntaram: “O que ele tem?”

A pergunta feita soou como a busca por um diagnóstico ou patologia que explicasse o fato de uma criança atirar uma tesoura contra a professora. Respondi que entendia não haver nada no sentido médico ou biológico, mas que era preciso compreender melhor a situação para uma resposta mais complexa. Embora tenha respondido à pergunta, compreendi que aquele era somente o princípio da resposta. Era preciso explicar como a violência se constitui enquanto uma forma de relação entre as pessoas e se aquele fato poderia, inclusive, ser tomado como violento em sua acepção de destrutividade. Durante o mestrado, tínhamos dissertado sobre o caráter social e histórico das condutas humanas como forma de enfrentamento às teses biologicistas, mas a pergunta da professora me conduzia a outro lugar de pesquisa: a necessidade de aprofundar a explicação sobre a formação cultural da conduta violenta. Essa é a origem da pesquisa que aqui apresentamos.

Para responder ao problema posto – a possibilidade da violência nas relações humanas –, elegemos como objeto de estudo a violência do ponto de vista psicológico, como uma conduta humana de natureza histórica e social. É importante que essa condição fique bem-marcada desde o início do nosso trabalho, a fim de evitar qualquer interpretação equivocada acerca do que estejamos considerando violência e o papel da Psicologia em sua análise e compreensão. Como objetivo geral da pesquisa, compreender e explicar, segundo os

¹ Vinculou-se à pesquisa institucional intitulada *Humanus Etapa II: estudo de contribuições/implicações teóricas e metodológicas da psicologia histórico cultural para a educação comum e especial*, Protocolo 2826/2018 - UEM, sob coordenação da professora Sonia Mari Shima Barroco.

² Na coletânea *Violência na escola: enfrentamentos à luz da psicologia histórico-cultural* (Barroco, Silva & Tada, 2021), faz-se a defesa do emprego dos termos *violência na escola* e não *violência escolar*, considerando que a violência é produzida histórica e socialmente pelos seres humanos e não pela escola em si.

pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Histórico-Cultural, a formação psíquica e sua relação com a violência estrutural e social.

A justificativa para a realização desta investigação bibliográfico-conceitual, além da dimensão pessoal já exposta, consubstancia-se ante a violência crescente na sociedade brasileira – conforme apontam os indicadores oficiais que vêm sendo publicizados –, acompanhada pela concepção de que ela seja a manifestação de traços ou características da personalidade e/ou fruto de opção dos indivíduos. Corrobora com isso a escassez de estudos específicos sobre essa temática a partir da Psicologia Histórico-Cultural (PHC), que embora tenham avançado desde nossa pesquisa, em 2014, ainda resultam em uma quantidade de publicações pouco expressiva diante de outros aportes teóricos. Trata-se de uma demanda à Psicologia marxista: explicar o comportamento violento para além das aparências, das relações situacionais imediatas que, em geral, não trazem ao debate as relações sociais de produção como categoria particular na explicação da formação singular dos sujeitos, o que encaminha a necessidade de destacar a historicidade do fenômeno com vistas a superar seu suposto caráter natural e universal.

Trabalhamos com a tese de que a Psicologia só assume seu caráter científico e desvela seu compromisso ético-político quando explica a violência como um fenômeno concreto – síntese de múltiplas determinações que são históricas, sociais e pessoais – e com a hipótese de que as teorizações de Vigotski e de Martin Baró revelam-se atuais, visto serem fecundas para explicar os fenômenos humanos sob o capitalismo. É fundamental superar a interpretação abstrata da violência que a toma apenas como ação destrutiva, passível de punição, para então compreendê-la como uma ação significada a partir da história, da cultura e da biografia dos sujeitos.

Entendemos que como um comportamento humano de natureza histórico e social, só pode ser compreendido quando relacionado à vida concreta dos sujeitos. A superação da concepção de que a violência seja algo contrário ao processo de humanização é fundamental para sua compreensão enquanto um processo e fenômeno que é humano, construído historicamente e socialmente produzido. O não reconhecimento (por diferentes razões) desta constituição sócio-histórica contribui para naturalizar a barbárie e referendar práticas reducionistas e individualizantes para explicação da violência, ou ainda, confundir e tomar como universal a diversidade de manifestações do fenômeno. As razões para o comportamento violento se encontram tão somente nas relações sociais de um determinado momento histórico.

A violência não é um objeto novo nos estudos em Psicologia. Como fenômeno próprio das relações humanas, ocupou e ocupa lugar importante nas teorizações sobre o

desenvolvimento humano e sua relação com a sociedade. Em suas diferentes áreas e abordagens teóricas, a Psicologia vêm discutindo e explicando a violência social e demais manifestações desse fato que tanto incomoda o senso comum e a ciência.

Historicamente, a desigualdade social, a miséria e a discriminação – somadas à violência – foram alguns dos principais problemas que colocaram em evidência a insuficiência das Psicologias europeia e norte-americana, em fazer frente aos problemas sociais imbricados a esses fatores, que se encontram presentes com maior intensidade sobretudo nos países mais pobres e nos ditos países em desenvolvimento³. Essa insuficiência para apreender e compreender os sujeitos nessas condições demandou a construção de uma ciência Psi voltada à dimensão histórica e social do psiquismo humano, pela qual a vida fosse tratada em sua relação com o mundo concreto; que tratasse de homens reais nela formados/forjados. Uma Psicologia concreta para o homem concreto.

É uma crítica comum (mas não superada) que a Psicologia reivindica as relações sociais para a explicação do homem, contudo, não as apreende como dialeticamente determinadas pela produção material da vida. Resultam disso tanto a caracterização das relações sociais, como unicamente relações interpessoais e, também, as dicotomias que marcaram a Psicologia desde o seu nascimento. Essa crítica é bem marcada nas elaborações teórica-metodológicas da Psicologia ou Teoria Histórico-Cultural (PHC ou THC), assim como nas produções dos estudiosos marxistas na América Latina – os quais denunciavam a acriticidade da psicologia burguesa e as diversas violações sofridas no capitalismo e seus impactos no psiquismo (Lane, 1984; Martín-Baró, 1985).

No trabalho de Costa (2014), foi realizado um levantamento sobre o estado da arte das pesquisas sobre violência nas escolas. Uma das categorias de análise foi a concepção de violência adotada no trabalho em análise por considerar que ao conceituar violência, os autores discutiriam também a concepção sobre formação humana.

A respeito da formação humana, as publicações se alinhavam às concepções que concebiam a personalidade ou o comportamento enquanto uma síntese de interações entre o indivíduo e o ambiente, ou seja, inter-relações do mundo interno, subjetivo, com as possibilidades do ambiente (contexto social, econômico, familiar, escolar). Consequentemente, tais concepções passaram a pressupor dicotomias como subjetivo x objetivo; mundo interno x

³ Os termos países desenvolvidos, em desenvolvimento, subdesenvolvidos, entre outros, têm gerado muitas controvérsias. Pode-se classificar os países de acordo com o nível/estágio e abrangência da industrialização, com os índice do produto interno bruto, índice de desenvolvimento humano (que inclui riqueza, educação e esperança média de vida). Mas, entendemos que é crucial que se leve em conta o índice GINI, que mede o grau de concentração de riqueza ou a desigualdade.

mundo externo; indivíduo x sociedade; ou ainda, a falta de habilidade em resolver conflitos. Em suma, concluímos a partir desta categoria que a formação humana tem sido tomada a partir de uma relação entre o sujeito e o ambiente social. No entanto, aquilo que é denominado como social se restringe às relações interpessoais ou de grupos que, por sua vez, exercem influência no desenvolvimento das condutas violentas, as quais se repetem e se consolidam no espaço escolar. Estas concepções não explicam como se dá a formação destas características individuais que interagem com o ambiente social, somente as aponta como um dos aspectos que encaminham à violência.

Embora as mais diversas teorias psicológicas já tenham tratado do tema da violência, defendemos que aquilo que diferencia a THC das demais teorias que também convocam as relações sociais para a explicar o psiquismo, consiste no fato da primeira estudar o psiquismo humano sem divorcia-lo das condições objetivas que o sustentam. Do ponto de vista psicológico, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da THC, a realidade objetiva não é simplesmente um espaço de interação para o desenvolvimento, e sim algo instituinte da consciência⁴ humana. É por meio da relação com o outro e da apropriação dos signos da cultura, que o psiquismo dos indivíduos se forma e assume as possibilidades e características de cada tempo histórico, bem como das condições sociais que lhes são postas.

A fim de responder ao problema posto, nossa defesa se fundamenta nas pressupostos teórico-metodológicos da teoria Histórico-Cultural. A compreensão da violência requer, segundo a teoria eleita, a investigação e apreensão da sua gênese e desenvolvimento considerando as condições concretas que a engendram enquanto um fenômeno histórico e social. Segundo os pressupostos do materialismo histórico-dialético, a compreensão dos sujeitos e suas ideias passa pela análise da realidade concreta e pelo momento histórico em que os sujeitos vivem. A Psicologia vigotskiana se fundamenta nos estudos marxistas e no método materialista histórico-dialético. Por esta razão, tratamos da violência a partir da condição histórica, material e concreta.

Esmiuçando o termo, trata-se da concepção de que, segundo Karl Marx (1818-1883), os homens, ao produzirem socialmente sua existência, entram em relações que independem de sua vontade, ou seja, relações de produção que dizem respeito a um nível de desenvolvimento

⁴ Para a THC, consciência pode ser compreendida como uma relação social; a forma como o indivíduo se relaciona de maneira mediada com os outros e consigo mesmo. Segundo a teorização vigotskiana, Delari Jr. (2013) afirma a consciência como uma função da atividade vital humana, a se caracterizar como um movimento de tomada de conhecimento sobre si e sobre as relações, sobre suas relações e sentimentos; um movimento cognoscitivo. Além do aspecto cognoscitivo, Delari Jr. apresenta a consciência como capacidade de distanciamento da realidade, de reconhecimento de si como ser que se diferencia da realidade externa. Por se distanciar e autorreferenciar, é capaz de se aproximar novamente e conhecê-la melhor.

determinado das forças produtivas. Essas relações de produção formam, em conjunto, a estrutura econômica da sociedade, a base materialista sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica, política e formas de consciência social. No que diz respeito à dialética, Marx (citado por Lênin, 1990) expõe que ela mostra a caducidade de todas as coisas e, portanto, é a ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo exterior, como do pensamento humano.

Marx explica que a existência da ciência se justifica pela diferenciação entre essência e a aparência dos fenômenos, e assim nos convida para uma análise que busca por desvelar as múltiplas determinações que compõem os fatos e fenômenos da vida humana. Portanto, as relações imediatas, aparentes, não comportam todas as explicações de um objeto de estudo e pesquisa, embora se apresentem enquanto ponto de partida. O materialismo histórico-dialético é uma ferramenta que instrumentaliza o pensamento do pesquisador, no caso em Psicologia, a partir de algumas proposições fundamentais: compreender o movimento do real em sua processualidade e totalidade.

Entendemos que a essência daquilo que se apresenta enquanto atributo individual reside no exame da luta de classes e das múltiplas determinações que esta produz na constituição da subjetividade. Dessa forma, à Psicologia interessa, ao lado das investigações de ordem histórica e material, a dimensão subjetiva que acompanha tais processos, a violência como recurso nas relações entre os sujeitos. As leis de desenvolvimento postuladas por Vigotski (1995; 1996; 2018) encaminham à explicação histórica do comportamento cultural e permitem compreender a relação entre a violência estrutural e social e a formação psíquica.

A defesa do materialismo histórico-dialético como fundamento metodológico para nossa pesquisa nos direcionou à teorização de Ignacio Martín-Baró e sua Psicologia da Libertação. Durante o processo de levantamento bibliográfico acerca de autores clássicos e contemporâneos que debatem a violência a partir do marxismo, nos deparamos com a imensa produção do autor sobre a violência como um fenômeno psicossocial. Quando dizemos ‘nos deparamos’, queremos afirmar com isso que não estávamos buscando-o, mas o encontramos enquanto pesquisávamos nosso objeto. É importante registrar esse percurso porque anuncia uma justificativa importante na apresentação de Martín-Baró: a ausência de suas teorizações na Psicologia brasileira, conforme expõe Lacerda Jr. (2017).

Em Martín-Baró (1985; 1990; 2017) encontramos uma teorização sobre violência que a toma em seu caráter histórico, isto é, como resultado da vida dramática dos homens e mulheres latino-americanos. Há na discussão do autor tanto a crítica à sociedade capitalista e à Psicologia dela derivada, quanto um sistema de conceitos que explica a violência enquanto um fenômeno psicológico e social.

Contudo, embora Martín-Baró tenha se apropriado do marxismo e do materialismo histórico-dialético, ele o fez de maneira particular. Segundo Lacerda Jr. (2017) e Dobles (2016), a influência do pensamento marxista foi essencial ao desenvolvimento da obra de Martín-Baró, mas isso não fez dele um marxista *stricto sensu*. Dobles (2016) afirma que o autor se distanciava das concepções marxistas que tomavam o capitalismo como uma totalidade condicionante e se aproximava mais do marxismo, que por sua vez tomava a práxis como critério da verdade. A concepção de que é mais importante transformar o mundo do que interpretá-lo era a forma de compreender a epistemologia marxista com a qual Martín-Baró mais se identificava, fato que revela a coerência do autor com sua práxis.

Essa vertente de maior identificação de Martín-Baró encontra ressonância também no trabalho de Sánchez Vázquez, citado por Dobles (2016) como uma interpretação de Marx que se aproxima com a de Martín-Baró. É interessante observar que durante nossas pesquisas trouxemos a Filosofia da Práxis de Vázquez para compor a tese e, de fato, identificamos discussões teóricas e práticas que aproximam o debate entre os autores sobre a violência social.

Embora Martín-Baró e Vigotski tenham se apropriado do marxismo em suas obras, estes se apresentam como dois movimentos diferentes. Enquanto Vigotski fundamenta a construção da THC no materialismo histórico-dialético, Martín-Baró faz apropriação do método principalmente ao final da sua obra. Outro aspecto que merece destaque é o projeto de Psicologia dos autores. Vigotski teve como objetivo a construção de uma Psicologia Geral que tivesse no fundamento marxista o subsídio necessário à compreensão dos fatos e fenômenos humanos. Nesse sentido, estão postulados na THC as leis e fundamentos essenciais à compreensão do psiquismo.

Martín-Baró, por sua vez, não elegeu como objetivo da Psicologia da Libertação a construção de uma Psicologia Geral, mas uma Psicologia nascida das necessidades latino-americanas, voltada para a América Latina. Contudo, a seu ver, a Psicologia da Libertação era também uma ciência que contribuía com as discussões postas fora do seu lugar de origem, uma vez que tinha como fundamento a historicidade dos fenômenos humanos e o compromisso com a libertação da exploração. O compromisso proposto por Martín-Baró não se encerra com El Salvador, a América Central ou a América Latina, mas critica, movimenta e orienta a Psicologia de maneira geral.

É importante ressaltar que não fazemos uma justaposição dos dois autores e suas contribuições teóricas. No entanto, considerando os fundamentos epistemológicos e a direção revolucionária de suas obras, entendemos que o trabalho de Martín-Baró tem elementos fundamentais para a compreensão histórica e singular do desenvolvimento da violência no

capitalismo e, em especial, nos países mais pobres ou muito pobres. Dessa retomada, entendemos ser possível indagar sobre as contribuições da teorização de ambos, compromissando a ciência com a ‘libertação’ e a ‘emancipação’ humanas – respectivamente postuladas por Martín-Baró e Vigotski. Citamos o método marxista como fundamento para nossas discussões e entendemos que no campo da Psicologia esses fundamentos estão, ainda que de modos distintos, em Martín-Baró e Vigotski.

Apesar de não encontrarmos referências diretas à Vigotski nos trabalhos de Martín-Baró, Blanco (1998) escreve na introdução do livro *Psicologia da Libertação*, que é possível encontrar na obra do autor espanhol influências teórico-metodológicas da Psicologia Sócio-histórica, o que reforça nosso entendimento de que é possível trabalhar com as duas perspectivas em Psicologia sem perder o eixo epistemológico. Martín-Baró não cita Vigotski, mas cita Sílvia Lane e Fernando Gonzalez Reis, ambos estudiosos da THC. Segundo Blanco (1998), a compreensão vigotskiana de desenvolvimento humano e de ciência, mais especificamente do papel da Psicologia, se faz presente em alguns momentos da obra de Martín-Baró:

A aposta de Martín-Baró (...) não oferece nenhuma dúvida: ‘Elaborar uma Psicologia da Libertação não é uma tarefa simplesmente teórica, senão primeiro e fundamentalmente prática’. Não são os conceitos que convocam a realidade, senão esta que deve buscar aquela (...) na epígrafe ‘Mecanismos de conscientização da Universidade’, ele escreve que ‘afastar o concreto sob o manto do purismo é uma forma de escapismo intelectual e de dogmatismo inútil’). É uma proposta que guarda uma semelhança primorosa com a de O significado histórico da crise em psicologia, de Vygotsky, para quem “é a prática que se destaca como o juiz supremo da teoria, que define os critérios da verdade, que dita como construir os conceitos e como formular as chaves”. Não em vão a posição de Martín-Baró é claramente sócio-histórica; É por isso que o passo silencioso de Vygotsky na produção intelectual do salvadorenho é tão marcante. (Blanco, 1998, p. 17. Tradução nossa)

Se Vigotski preocupava-se nas décadas de 1920 e 1930 com a formação do *novo* homem e com as leis do desenvolvimento cultural humano, Martín-Baró, desde a década de 1970 até seu assassinato em 1989, trazia em sua obra, de forma muito marcada, as consequências violentas da *velha sociedade*. Ambos os autores escrevem sobre o enfrentamento à sociedade capitalista e às suas contradições manifestadas em décadas e em sociedades diferentes. Ambos reconhecem a violência estrutural do capital e seus impactos na vida dos sujeitos singulares (amedrontando, subjugando, impedindo o desenvolvimento, etc.). Em Vigotski encontramos os conceitos de personalidade, drama e de *vivência* como fundamentais para explicação do impacto psicológico da violência para a constituição da personalidade; e com Martín-Baró

temos uma rica teorização sobre os aspectos psicossociais que põem a violência como uma forma de vida no capitalismo, principalmente entre os oprimidos.

Nesse sentido, defendemos a atualidade da teorização e crítica marxista para a compreensão da violência, uma vez que nos permite explicá-la de forma concreta como um processo que além de síntese de múltiplas determinações, encarna as características e expressões de seu momento histórico em razão da sua função social. Entendemos que em Vázquez, Martín-Baró e Vigotski temos uma orientação Histórico-Cultural para a explicação do desenvolvimento da violência nas relações humanas, o que nos permite trazê-los ao debate.

Produzir ciência em nossos dias não tem sido uma atividade muito estimada pelo governo federal liderado pelo presidente Jair Bolsonaro, iniciado em 2019. Cotidianamente são desferidos, direta ou indiretamente, ataques à educação e ao conhecimento científico⁵, explicitando ou promovendo uma espécie de descrença e desprezo pela ideia de que a realidade pode ser conhecida sob a mediação teórico-conceitual. Parece haver no Brasil – mesmo diante de um fenômeno como a pandemia mundial causada pela Covid-19, que exige todos os esforços da ciência para que possamos atravessá-lo – uma não diferenciação orquestrada entre senso comum, crença e ciência.

Iniciamos o doutorado no ano de 2017, quando nem sequer imaginávamos todos os eventos que comporiam estes 5 anos de pesquisa. Do recente golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) em 2016, passando pela eleição do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro (2018-2022) e a pandemia de COVID-19 (2020 -), nosso período de trabalho foi marcado pelo recrudescimento da violência e da desigualdade social. Adentramos a terceira década do século XXI em um país marcado por discursos de ódio, profunda alienação e aumento da desigualdade social.

A violência das políticas neoliberais e dos discursos fascistas do governo Bolsonaro somados ao drama da pandemia, fez parecer que realizávamos uma pesquisa participante, pois a todo momento nosso objeto de pesquisa se apresentava nas suas mais diversas formas. Diante deste cenário de elevado índice de mortes devido à pandemia ou às políticas públicas para o seu enfrentamento, de adoecimento físico e mental que tem acometido milhões de brasileiros decorrentes direta ou indiretamente da situação pandêmica, de empobrecimento e de fome que

⁵ Como bem atestam em suas publicações e manifestações, associações e sociedade como: ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e pós-graduação em Psicologia, ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, entre outros.

passam a afetar parcelas cada vez maiores da população, podemos qualificá-lo como desumano.

O reconhecimento dessa desumanidade também foi possível pelo estranhamento à já naturalizada violência vivida pelo Brasil, permitida pela experiência de doutorado sanduíche na cidade de Sevilha, Espanha. Durante seis meses, entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, fiz uma parte do doutorado na Universidad de Sevilla (US), na Espanha⁶. Ali pude conhecer ainda mais sobre o Brasil, em especial, sobre meu tema de interesse, a violência social. Nesse período participei como pesquisadora visitante do projeto “Desafios do eu: reconstrução das identidades em situação de desigualdade e exclusão social⁷”, cujo objetivo é o de compreender a formação da identidade de pessoas pertencentes a grupos em situação de vulnerabilidade social.

O grupo de pesquisa estuda, por meio de entrevistas e suas análises quantitativas e qualitativas, não somente os entraves sociais ao desenvolvimento da personalidade, mas principalmente os recursos e estratégias dos sujeitos para enfrentamento das condições de vulnerabilidade. Ou seja, como os sujeitos pertencentes a grupos sociais de risco constroem suas identidades com êxito e enfrentam os obstáculos sociais postos. Sob orientação do meu coorientador Prof. Dr. Manuel Luís de La Mata Benítez, nossa tarefa era analisar as entrevistas de mulheres jovens vítimas de violência doméstica com o objetivo de identificar os recursos pessoais, sociais e institucionais necessários à reconstrução do eu após a situação de violência.

Certa vez, em meio a leituras para uma disciplina de antropologia que ministrava, deparei-me com relatos de antropólogos que haviam viajado para realizarem suas pesquisas acerca da cultura de outros grupos étnicos. Uma das pesquisadoras estava especialmente interessada no desenvolvimento do gênero feminino, sobre suas tarefas, sexualidade e lugar na tribo que visitou. Terminada a pesquisa e de volta a sua cidade, relatou que o conhecimento dos outros grupos a levou a conhecer ainda mais sobre o seu próprio lugar. Quanto mais viajava e conhecia outras culturas, mais compreendia a sua própria. Entendi que essa afirmação fazia referência ao processo de desnaturalização dos ritos, costumes e tradições que durante toda sua

⁶ Edital Capes nº 41 /2018 – Programa de Doutorado Sanduíche No Exterior 2018/2019.

⁷ O contexto social de desenvolvimento da pesquisa se dá pela situação de crise atravessada pela Europa e, em especial, pela Espanha, as condições de desigualdade, exclusão e discriminação social se ampliaram prejudicando ainda mais os grupos em situação de risco – jovens, migrantes, pessoas com transtorno mental e mulheres. Segundo dados do relatório do Serviço de Estatística da União Europeia (Eurostat, 2015), 122,6 milhões de europeus (24,5% da população da União Europeia) vivem em risco de pobreza e exclusão social. Estas situações de desigualdade e discriminação, explica Benítez na descrição do projeto, constroem enormes desafios que ameaçam o bem-estar, saúde e integridade da constituição da identidade desses grupos.

vida havia tomado como universais, naturais. Sair de casa a permitiu conhecer mais sobre a sua própria casa do que sobre aquela que visitara – e isso me parece verdadeiro.

Os estudos com o grupo de pesquisas permitiram avançar não apenas nos estudos sobre o tema, como também – e principalmente – na minha formação como pesquisadora. Participar do grupo de pesquisa contribuiu para que eu pudesse lançar um novo olhar sobre o problema das violações sociais e a construção das identidades, pois tão importante quanto o reconhecimento dos obstáculos é a compreensão dos recursos para superar a violência sofrida. Não como recursos pessoais que se desenvolvem a partir do sujeito isolado, mas como as relações e instituições podem prover condições ao enfrentamento da violência cotidiana, sem com isso perder de vista sua dimensão estrutural. Além disso, visitar e viver outra cultura instrumentaliza o pesquisador a ampliar o olhar sobre os fenômenos sociais e históricos, bem como desnaturaliza as tradições, os ritos e a leitura da realidade.

Como síntese das pesquisas realizadas na UEM e na US, apresentamos a tese a ser defendida em três seções. Na primeira seção, contextualizamos o panorama da violência no Brasil analisando seus dados e estatísticas a partir dos fundamentos teórico-metodológicos do marxismo, também tecemos reflexões acerca da práxis do (a) psicólogo (a). A partir da análise empreendida, fazemos enfrentamento à ideia de que seria possível superar a violência capitalista sem superar o capitalismo, ou seja, somente com ajustes resultantes de políticas públicas. É fundamental que a Psicologia recupere a violência estrutural para que possa explicar a violência nas relações humanas, e por esta orientação seu trabalho deve mirar tanto as políticas públicas – seus limites e possibilidades – quanto a superação da sociedade de classes.

Com a segunda seção objetivamos apresentar os fundamentos teórico-conceituais de Adolfo Sánchez Vázquez (1915-2011), Angel Pino (1933-2013) e Ignacio Martín-Baró (1942-1989), como autores que têm contribuições fundamentais para a explicação materialista histórico-dialética da violência. Nesta seção iniciamos com o aporte filosófico de Vázquez sobre a relação entre práxis e violência, e damos destaque especial à Martín-Baró pela relevância da sua discussão sobre violência como fenômeno psicossocial.

Na terceira e última seção, explicamos a formação do psiquismo humano como uma construção cultural que tem nas condições históricas e sociais a possibilidade para a violência, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-cultural. A formação do psiquismo conforme postulado por Vigotski, nos permite fazer enfrentamento às teses biologicistas e subjetivistas de desenvolvimento à medida que propõe que desenvolvimento cultural tem uma história que só pode ser compreendida quando acompanhada da vida concreta do ser humano e de seus dramas sociais e pessoais. Por fim, nas Considerações Finais,

apresentamos as conclusões a que chegamos e futuras possibilidades de pesquisa a partir do que foi apresentado ao longo desta tese. A nosso ver, os conteúdos das seções permitem expor e defender a tese de trabalho que apontamos.

SEÇÃO 1- VIOLÊNCIA, SOCIEDADE DE CLASSES E CAPITALISMO: O QUE PODE REVELAR A PSICOLOGIA?

Na Introdução, anunciamos que o Brasil é considerado um dos países mais violentos do mundo, fato que conduz, inevitavelmente, a perguntar sobre as razões ou causas desta situação. Entendemos que aos fatores contemporâneos que apresentam uma conjuntura política, econômica e social que aprofunda a violência no país, deve-se somar aos fatores estruturais, históricos, responsáveis por forjar a violência nacional.

Nosso **objetivo** nesta seção consiste em contextualizar o panorama da violência no Brasil, analisando seus dados e estatísticas a partir dos fundamentos teórico-metodológicos do marxismo e também tecer reflexões acerca da práxis do (a) psicólogo (a). Pela orientação materialista histórica, os números alarmantes da violência brasileira precisam ser postos em relação ao capitalismo enquanto particularidade que caracteriza as formas e expressões da violência estrutural.

Um dos papéis da investigação científica, de acordo com os pressupostos do método marxista, consiste em desvelar a essência dos fatos e fenômenos da realidade. Isso significa afirmar que, para conhecer determinado objeto da forma mais aproximada e complexa possível é necessário compreender as determinações que o constituem, ou seja, sua forma concreta de existência, com vistas a tomar o concreto como síntese de múltiplas determinações. Como fazer isso? Se concordamos que a realidade se apresenta em sua aparência e que esta faceta do fenômeno – embora importante – não é suficiente para sua compreensão, é necessário buscar formas de desvelar sua essência, aquilo que compõe a sua aparência. A forma de explorar, compreender e explicar um determinado objeto se dá por meio do pensamento, não de qualquer forma de pensamento, mas o pensamento fundado em uma determinada lógica de organização ou funcionamento. Assim, por meio do pensamento lógico-dialético se faz necessário investigar o objeto e buscar seus nexos dinâmico-causais.

A compreensão da violência em seu movimento histórico e condição concreta – possíveis pela lente do materialismo histórico-dialético – permite superar dois aspectos importantes intrínsecos à aparência do fenômeno: a naturalização da violência social e a crença de que é possível superá-la a partir do mesmo sistema que a produz. Desse movimento, engendrado por contradição, é preciso discutir as possibilidades e limites do trabalho da Psicologia.

1.1 Violência no Brasil: estatísticas e explicações dos órgãos oficiais

A violência brasileira ganha contornos cada vez mais bárbaros. Da violência que mata a população jovem negra da periferia como um genocídio (Waiselfisz, 2016; Atlas da violência, 2018; 2019; 2021; Anuário de Segurança pública, 2019) à violação constante dos direitos humanos mais básicos como a alimentação e habitação, o Brasil é forjado na e pela violência secular de um país à periferia do capitalismo e profundamente desigual.

Para compreender melhor o retrato da violência brasileira, a seguir serão expostos os dados a partir de cinco referências: *Atlas da Violência*⁸ (2018; 2019), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); *Anistia Internacional – informe 2017/18: o estado dos Direitos Humanos no mundo* (2018), produzido pela Organização Não Governamental (ONG) Anistia Internacional⁹; *Mapa da violência: homicídios por arma de fogo no Brasil* (2016)¹⁰, desenvolvido pela FLACSO¹¹; *13º Anuário brasileiro de segurança pública*¹²(2019), produzido por Open Society Foundation; *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras* (2017), trabalho realizado pela OXFAM¹³, sendo este último sobre

⁸ Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O IPEA é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Os dados apresentados e discutidos apresentam especificidade segundo o objetivo de cada seção. Na primeira, trata-se de compreender a evolução da taxa de homicídios por arma de fogo no mundo entre os anos de 2000 e 2013. Os números são da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em seção que trata do problema brasileiro, os autores utilizam como fonte de dados o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) entre os anos de 2006 e 2016.

⁹ Segundo a definição contida na introdução do relatório, “A Anistia Internacional é um movimento global de mais de 7 milhões de pessoas que se mobilizam para criar um mundo em que os direitos humanos sejam desfrutados por todos. Nossa visão é de que todas as pessoas usufruam de todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais de direitos humanos. Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões, e financiados principalmente por nossos membros e por doações públicas”. Responsável pelo relatório *Anistia Internacional – informe 2017/18: o estado dos Direitos Humanos no mundo* (2018).

¹⁰ Mapa da violência é um conjunto de pesquisas realizado sob a coordenação do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, com o objetivo de compreender e divulgar os números da violência brasileira. O primeiro trabalho data do ano de 1998 e o último publicado é de 2016. Sua realização conta, entre outras instituições, com a UNESCO e FLACSO.

¹¹ Segundo a descrição do *site*: “A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) é um organismo internacional, autônomo e de natureza intergovernamental, fundado em 1957 pelos Estados Latino-Americanos que acolheram uma recomendação da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)”.

¹² Relatório financiado por Open Society Foundation (OSF), organização filantrópica fundada por George Soros. Em março de 2006, realizou o primeiro Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Desde 2006, anualmente é realizado o fórum citado e deste resulta um relatório, o Anuário. O Anuário que apresentamos aqui está em sua 13ª edição, com compilação de dados de 2018. Os dados foram recuperados de: <http://www.forumseguranca.org.br/perfil/historia/>

¹³ Conforme definição contida no relatório, “A OXFAM é uma confederação internacional de 20 organizações que trabalham em rede em mais de 90 países como parte de um movimento global em prol de mudanças necessárias para construir um futuro livre da injustiça, da pobreza e da desigualdade”. Responsável pelo relatório *A distância que nos une: um retrato das desigualdades que nos unem* (2017).

desigualdade social. A opção por estes relatórios se justifica pela credibilidade das instituições que os realizam, como também pela relevância das informações neles divulgadas.

Antes de apresentarmos os dados, é importante salientar que embora tais relatórios e documentos tratem diferentes formas de violência, apresentam principalmente o homicídio em comum. Entendemos que o exercício da violência é muito mais amplo e diverso, mas como explicam os pesquisadores do Anuário de 2019, o homicídio é um dos tipos de violência mais bem notificados. Além da sua gravidade, este é um fator importante que justifica sua ampla utilização como medida para violência em um país. Outras formas de violência como estupros, roubos e furtos normalmente são subnotificados, portanto, os números apresentados são menos fiéis à realidade. Ou seja, a violência apresentada pelas estatísticas nacionais, embora assustadora, é subnotificada.

Os números ou índices de interesse à temática contribuem para uma leitura mais articulada e, por conseguinte, mais complexa e científica da violência no país – reconhecido como um dos mais violentos do mundo (Mapa da violência, 2016; UNODC, 2019). Compreendemos, como exposto por Vigotski (2018), que a análise isolada do contexto social não explica o psiquismo, tampouco é possível compreender seu processo de constituição sem convocar a realidade concreta.

Além disso, os relatórios e os documentos podem ser lidos como um levantamento do estado da arte sobre o problema tanto do ponto de vista concreto (como os números e as estatísticas), quanto da explicação das causas da violência brasileira. Embora saibamos os limites institucionais das pesquisas e suas análises, geralmente orientadas pela lógica de reforma no/pelo Estado, a investigação e apresentação das características do país o revelam em suas dificuldades e orientam a construção de saídas nos marcos do capitalismo.

Um exemplo da importância desse retrato para o conhecimento do país é o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste são apresentados os dados da população brasileira atualizados a cada 10 anos. O último censo que deveria ter ocorrido em 2020, foi adiado para 2021 por conta da pandemia; por fim, acabou sendo cancelado pelo governo Bolsonaro por falta de orçamento, devendo ocorrer agora neste ano de 2022. A ausência de dados ou sua subnotificação nos encaminha para uma leitura falseada da realidade, que pouco faz referência ao problema real. O retrato do país feito por órgãos oficiais do governo ou por outras instituições nos instrumentalizam à problematização da realidade e à sua crítica radical.

Segundo o Atlas da Violência publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em junho de 2018 com o objetivo de apresentar a violência no país, o Brasil atingiu em

2016 a marca histórica de 30,3 homicídios para 100 mil habitantes. Em publicação de 2019, esses números revelam o avanço da violência no país e uma nova marca histórica: foram 65.602 homicídios no país, uma taxa de 31,6 mortes por 100 mil habitantes. (IPEA, 2018; 2019)¹⁴ Os dados publicados pelo IPEA (2021) que fazem referência a 2019 mostram uma queda de 21% nos números de homicídios em relação ao ano de 2018.

Embora seja observada uma diminuição considerável na porcentagem de homicídios, o número de mortes ainda impressiona: foram 45.503 assassinatos no país. Além deste número, os pesquisadores apontam para um aumento de quase 90% no número de mortes violentas sem causa determinada¹⁵, entre os anos de 2017 e 2019 (IPEA, 2021).

Os números das estatísticas são tão assustadores e ao mesmo tempo tão naturalizados, que somente a comparação com outros locais nos dá uma estimativa da dimensão do problema. Segundo o IPEA (2018), no Brasil mata-se 30 vezes mais que a média dos países europeus! Entre os anos de 2000 e 2013, a partir das informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas (ONU) “(...) os indicadores mostraram a concentração do problema dos homicídios nos países latino-americanos, sendo que o Brasil, lamentavelmente, entra sempre na lista das nações mais violentas do planeta” (IPEA, 2018, p. 15). É importante salientar o emprego do advérbio *sempre* – o qual demonstra que este é um lugar ocupado com frequência pelo Brasil e confirma a denúncia sobre constante violação dos Direitos Humanos feita em relatório da Anistia Internacional (2017). Ainda em 2017, a Anistia Internacional havia afirmado que o Brasil era um dos países mais perigosos das Américas para os defensores dos Direitos Humanos, fato que ganhou ainda mais atenção em 2019, quando a ONG avaliou os primeiros meses do governo Bolsonaro e apontou para um recrudescimento desse problema.

O estudo qualitativo acerca dos dados do Ministério da Saúde apresenta elementos que permitem construir um perfil dos mortos no país (IPEA, 2018, 2019, 2020; 2021; Waiselfisz, 2016). Algumas categorias foram elencadas a fim de traçá-lo: gênero, idade e cor da pele com os números apresentados pelo IPEA nos anos elencados, que mostram um Brasil especialmente violento com as mulheres e homens negros que vivem na periferia e têm baixa escolaridade. Isso revela que as mortes por homicídio não são aleatórias e que existe uma parte da população em situação de maior vulnerabilidade social, mais exposta à violência social. A diferença é tão

¹⁴ No Atlas da Violência 2020 não há uma atualização desses dados. Contudo, indicamos a consulta aos Gráficos 1, 2 e 3, que constam disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

¹⁵ São mortes violentas de causa externa nas quais não foi possível conhecer a causa. São possibilidades de morte por autolesão, acidentes ou homicídios.

grande que “É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos” (IPEA, 2018, p. 40).

A esse respeito, é importante salientar que no ano de 2020 foram muito divulgados pela mídia os vários protestos realizados no mundo todo, em grande parte derivados da atuação de movimentos, sobretudo o *Black Lives Matter* – BLM (Vidas Negras Importam)¹⁶. Em 2020, a frase “*I can't breath! I can't breath!*” (Eu não consigo respirar! Eu não consigo respirar!) ecoou pelo mundo. Foram as últimas palavras de George Floyd, um afro-americano de 46 anos que morreu de modo estarrecedor. No Brasil, como não é de se surpreender, infelizmente no dia 19 de novembro de 2020, em Porto Alegre – RS, algo semelhante ocorreu. Com a frase “Milena, me ajuda”, João Alberto Silveira Freitas, 40 anos, negro, pedia por socorro à esposa enquanto era espancado até a morte.

Os números e o cotidiano mostram um país especialmente violento com os homens negros, principalmente os que vivem na periferia e têm baixa escolaridade. Entendemos que a compreensão de modo mais fidedigno desses números requer que os coloque em perspectiva com a luta de classes e sua relação com gênero e raça. Visto que a violência vitima mais os pobres, é necessário destacar que a classe trabalhadora não é homogênea e suas diferenças historicamente construídas pela divisão internacional, social e sexual do trabalho constroem uma sociedade que precariza a vida dos que a ela pertencem e a agudiza em razão do gênero e da raça.

Além das formas de violência citadas, trazemos também alguns dados sobre a violência contra a mulher, uma vez que o Brasil também figura como um dos países mais violentos para a mulher. Existem duas formas de registro de morte de mulheres: o homicídio de mulheres e o feminicídio. O homicídio diz respeito ao assassinato de mulheres em circunstâncias diversas, como por exemplo um assalto seguido de morte, ou seja, o assassinato não tem relação com o gênero. Já o feminicídio é um agravante ao crime de homicídio, segundo especificado na Lei do Feminicídio (Lei no 13.104, de 09/03/2015) quando uma mulher é assassinada em razão do seu gênero, isto é, por ser mulher.

¹⁶ O BLM se constituiu em 2013, por ocasião da absolvição de George Zimmermann, que matou o jovem negro Trayvon Martin em 2012. O movimento fundado por Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi iniciou com a hashtag #BlackLivesMatter. São três palavras que têm catalisado “(...) o que muitos acadêmicos concordam em qualificar como o maior movimento de protesto da história norte-americana. Seja ‘em intensidade e em alcance geográfico, é o movimento de protesto mais amplo da história dos Estados Unidos’”, segundo Neal Caren, da Universidade da Carolina do Norte, especialista em movimentos sociais contemporâneos. Para mais, ver em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-07/black-lives-matter-o-rumo-incerto-do-grande-movimento-antirracista.html>

Os dados do Anuário de Segurança Pública de 2021, mostram que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência no Brasil nos 12 meses anteriores à pesquisa. Do total de vítimas, 35,2% das mulheres e meninas tinham entre 16 e 24 anos de idade e em 70% dos casos o autor de violência era conhecido da vítima. Durante a pandemia, oito mulheres foram agredidas fisicamente por minuto no Brasil.

Quando tomamos o feminicídio como exemplo, os dados do IPEA (2019) revelam ser difícil afirmar se o feminicídio aumentou nos últimos anos ou se o que houve foi uma maior notificação, considerando o debate público sobre o tema e a existência e execução da Lei do Feminicídio. Há ainda outras questões que dificultam uma precisão nos números sobre feminicídio, como falta de preparo das autoridades competentes na notificação e ausência de dados no Ministério da Saúde, uma vez que o CID (Classificação Internacional de Doenças) não trata da tipificação legal e nem do motivo que gera a agressão.

Segundo dados do Anuário de Segurança Pública de 2019, no qual são apresentados os números derivados dos boletins de ocorrência das polícias civis estaduais, o feminicídio aumentou 11,3%; o que significa a morte de 1.206 mulheres. Quase 60% dos casos ocorrem entre pessoas de 20 e 39 anos; e 88,8% das mortes são provocadas por companheiro ou ex-companheiro. Também há um perfil das mulheres que sofrem violência, além da faixa etária já citada, 61% são negras e 70% possuem no máximo o ensino fundamental.

Além da apresentação dos números de violência no país, os relatórios e documentos apresentam também algumas conclusões sobre as causas da violência no Brasil. Entre outros fatores, apontam a falta de enfrentamento verdadeiramente engajado do poder público, o aumento na circulação de armas e seu incentivo e a crescente desigualdade social (Waiselfisz, 2016; Mapa da violência, 2016; IPEA, 2018, 2019; Relatório da Anistia Internacional, 2018).

Os pesquisadores do IPEA (2018) afirmam que a violência no país é multicausal, resultado de uma “(...) profunda desigualdade econômica e social, a inoperância do sistema de segurança pública, a grande presença de mercados ilícitos e facções criminosas e o grande número de armas de fogo espalhadas pelo Brasil afora” (p. 71). A diminuição da violência, de acordo com Waiselfisz (2016), requer uma série de ações “(...) como a reforma do Código Penal, das instituições policiais, do sistema prisional, o enfrentamento da impunidade vigente e das transgressões institucionais de diversos organismos encarregados de fazer cumprir as leis” (p. 9).

No julgamento dos pesquisadores supracitados, além da ausência de políticas públicas efetivas para o enfrentamento à violência no país, a qualidade dos serviços públicos ofertados à população também deve ser considerada na perpetuação das desigualdades e promoção da

violência. Waiselfisz (2016) compreende que uma das possíveis explicações para o aumento da violência no Brasil é a negligência histórica do Estado.

Para Waiselfisz (2016) outra causa apresentada para o grande número de mortes no país está ligada à circulação de armas de fogo. A arma de fogo é um dos principais meios utilizados nos homicídios e esteve em uma crescente até o ano da publicação do Estatuto do Desarmamento, em 2003. Dados recentes¹⁷ mostram que o Brasil dobrou, em 3 anos, a quantidade de armas em posse da sociedade civil. Waiselfisz (2016) é taxativo ao afirmar que quanto mais armas, mais mortes. O aumento da desigualdade social e da precarização da vida, como apontam os dados da OXFAM e da Anistia Internacional, aliado ao aumento da circulação de armas de fogo e ao discurso que dá legitimidade ao seu uso e que vende a falsa ideia de segurança, indicam um futuro ainda mais violento.

Por fim, uma das causas de violência mais apontadas nos documentos estudados é a desigualdade social. A desigualdade social é um problema em todo mundo. Segundo dados do relatório *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*, da ONG OXFAM Brasil, publicado em 2017, no mundo todo, oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população. No Brasil, segundo os pesquisadores, a situação é ainda pior, porque apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. “Entre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é o que mais concentra renda no 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe (atrás somente da Colômbia e de Honduras)” (OXFAM, 2017, p. 21).

De acordo com os dados publicados pelo IBGE sobre a distribuição de renda no ano de 2018¹⁸, o rendimento do 1% mais rico no Brasil é quase 35 vezes maior do que o rendimento dos 50% mais pobres. “Os 10% da população com os menores rendimentos detinham 0,8% da massa, enquanto os 10% com os maiores rendimentos concentravam 43,1%” – dados esses que ajudam a explicar a liderança do Brasil no campo da desigualdade.

O conhecimento sobre os números de violência e desigualdade social no Brasil encaminha ao estabelecimento de uma relação entre eles: um dos países mais desiguais do mundo também figura entre os mais violentos. De acordo com OXFAM (2018), “Segundo dados atualizados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2018

¹⁷ Segundo reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, recuperado em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/15/brasil-dobra-o-numero-de-armas-nas-maos-de-civis-em-apenas-3-anos-aponta-anuario.ghtml>

¹⁸ Para mais, ver em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>

o Brasil passou a ocupar a 9ª pior posição em matéria de desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini num conjunto de 189 países” (p. 27).

A vida concreta no Brasil e nos demais países da América Latina foi e é marcada por uma profunda desigualdade social. Segundo dados do IBGE (2019), enquanto metade da população brasileira vive com R\$820 mensais, o 1% mais rico têm renda média de R\$27.744 por mês, 34 vezes mais do que a metade dos brasileiros. Na vida concreta, esses números se traduzem como violação dos direitos básicos à alimentação, segurança, lazer, educação e saúde de grande parte da população brasileira.

A desigualdade social derivada da exploração e expropriação do trabalho no capitalismo precisa ser mais bem explicitada em suas consequências na vida de quem vivencia a pobreza e a miséria. A desigualdade capitalista produz uma forma de vida sub-humana que muitas vezes é invisibilizada nas pesquisas e na práxis do (a) psicólogo (a), justamente por este pensar ser suficiente considerá-la como categoria. É necessário e urgente que a desigualdade seja apropriada pela Psicologia não somente como uma categoria fundamental para a compreensão humana, mas sobretudo como forma de vida inaceitável e que deve ser superada em favor de uma vida livre de opressões. O conceito ou categoria precisa revelar a realidade e a realidade brasileira é a vida reduzida à sobrevivência parca e empobrecida, tal qual uma mercadoria descartável.

1.2 Estado e políticas públicas: por que não solucionam a violência?

Embora os dados apresentados sejam impactantes e provoquem reflexão, nenhum dos relatórios citados no tópico anterior faz referências à sociedade de classes como elemento explicativo para a violência, tampouco citam o regime de produção capitalista como perpetuador de violência. Nesse sentido, as discussões sobre o papel do Estado tanto na provisão de políticas de enfrentamento ao problema, quanto de sua possível prevenção ocorrem no âmbito reformista. Importante ressaltar que os relatórios citados, em nossa avaliação, não fazem uma análise ingênua ou equivocada do problema. Ante os fatos incontestáveis, apresentam explicações, por vezes críticas, mas limitadas a uma perspectiva não implicada com a superação de uma lógica de reprodução social, ética e politicamente comprometida com o projeto de reprodução da existência sob os moldes capitalistas.

A partir dos pressupostos marxistas entendemos que o Estado moderno se constitui a partir da propriedade privada dos meios de produção e enquanto gestor dos interesses da classe dominante. De acordo com Osório (2019)

O Estado é muito mais do que dominação de classes. *Mas é essencialmente dominação de classes.* O Estado é muito mais do que condensação de relações de poder, mas é *fundamentalmente a principal condensação das relações de poder.* O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, *mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória.* Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. *Mas é principalmente violência concentrada* (grifos do autor, p.17)

Osório (2019) explica que o Estado é a instituição capaz de fazer parecer que os interesses dominantes são interesses universais e atua de maneira de defendê-los como importantes à toda população. O Estado moderno, afirma o autor, cumpre o papel que nenhuma outra instituição é capaz de cumprir: construir a falsa ideia de comunidade. Disto tem-se que o Estado é uma construção a partir de necessidades históricas, não uma forma de organização societária resultante do processo de uma suposta evolução social, mas sim de uma determinada forma de organização para a produção. Sendo assim, cabe ao Estado garantir a reprodução capitalista.

Consideramos que as causas citadas pelos relatórios são coerentes com o desenvolvimento da violência no Brasil, pois são aspectos que historicamente compõem a vida brasileira: negligência do Estado, primazia mercantil e profunda desigualdade social. No entanto, por mais que os fatores apontados sejam importantes para compreensão, explicação e intervenção em relação à violência, não resultam mais do que a mera aparência do problema, já que não trazem para o debate a causa desses problemas que, à luz da perspectiva histórico-dialética, está na apropriação privada dos meios de produção e consequente divisão da sociedade em classes.

Um exemplo do que afirmamos acima está no Atlas da violência de 2021 (IPEA, 2021). Os pesquisadores apresentam como síntese dos números levantados o perfil das vítimas de violência no Brasil, que orienta a necessidade de atenção especial das políticas públicas aos grupos em maior vulnerabilidade social. Textualmente dizem: “dessa forma, o desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento das altas taxas de violência, portanto, não pode prescindir de um olhar sobre o racismo e a discriminação e como estes fatores afetam desigualmente as mulheres” (p. 40).

Qual o problema fundamental das análises que se fixam na defesa das políticas públicas para superação da violência e da desigualdade social? Os problemas nunca serão superados de fato, pois sua gênese se mantém intocada. Se a violência estrutural não for revelada e apresentada como instituinte da vida social capitalista, toda atuação profissional será restrita. Por isso passamos agora à discussão sobre a violência e a necessária superação da ideia de que uma atuação crítica se restringe ao campo das políticas públicas. Aqui estamos debatendo tanto

a atuação individual, quanto como categoria profissional, e defendemos que a análise materialista histórico-dialética instrumentaliza a Psicologia a compreender a violência em sua dimensão concreta – não ideologizada. Como dito pelo teórico marxista G. Lukács (1885-1971) em uma entrevista à Naïm Kattal (2021), “O marxismo nos reconduz sempre ao concreto” (p. 13).

A fim de esclarecer a esse respeito, resgatamos o que escreve F. Engels (1968) em carta para Heinz Starkenburg, em 1894. O autor explica que as condições econômicas condicionam, em última instância, todo desenvolvimento histórico. Segue afirmando que, em nenhum momento ele e Marx postularam serem as condições econômicas as únicas responsáveis pelo desenvolvimento social, mas sim que desempenham papel radical neste processo. Nas palavras do autor, “o desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc., descansa no desenvolvimento econômico. Mas todos eles repercutem também uns sobre os outros e sobre sua base econômica” (Engels, 1968, p. 89).

Os autores alertam que o desenvolvimento político, filosófico e religioso se fundamenta no desenvolvimento econômico, mas não são fomentados apenas por ele. Não é que o aspecto econômico seja a única causa ativa da constituição da História, sendo passivos todos os demais aspectos da vida humana. De acordo com Marx e Engels (1980), há uma ação recíproca com base na necessidade econômica que, em última instância, se impõe. Os homens fazem sua história, mas só a fazem em dadas condições, das quais a base econômica, ainda que em relação aos âmbitos políticos e ideológicos, se afirma como decisiva “(...) formando a linha vermelha que as atravessa e conduz à compreensão (...)” (p. 47), inclusive a compreensão sobre a violência que se acirra em nossos dias.

Dessa forma, a desigualdade social capitalista, a prioridade no atendimento das demandas mercantis e a precariedade ou insuficiência de políticas públicas não são um acidente numa suposta organização social harmônica, algo a ser corrigido politicamente. A separação do trabalhador dos seus meios de produção e a obrigatoriedade da venda da força de trabalho àqueles que detêm os meios de produção gera, como regra, desigualdade na relação entre os homens, nas condições de produção e reprodução da vida. Nesse sentido, a violência estrutura o capitalismo porque se constitui a partir de uma relação de violação, de expropriação do trabalho humano e, na mesma medida, como forma de garantir que essa relação se perpetue, criando um aparato institucional violento para sua manutenção como o exército, a polícia civil e militar e o sistema judiciário. Como escrevem Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1998), “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (p. 12).

Como componente estrutural da organização societária vigente, o reconhecimento dessa forma de violência depende de uma profunda mediação teórica que permita revelar a essência do problema. Da mesma forma, a desigual distribuição de renda não é uma negligência do Estado em suas políticas, senão uma consequência orgânica do capitalismo. Embora essa seja uma característica fundante dos países capitalistas, ela se acirra em países de periferia do capital e é profundamente expressiva no Brasil.

Para compreender a realidade e seus fatos e fenômenos para além da aparência que a falseia e leva à reprodução constante de exclusão e desigualdade, é necessária a mediação de uma lente pela qual seja possível analisar as demandas encaminhadas à Psicologia em sua gênese e desenvolvimento. Nas palavras de Pasqualini e Martins (2015):

Dentre os preceitos do método marxiano, fundamento primário tanto das elaborações de Lukács quanto da Escola de Vigotski, destaca-se a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, isto é, como sínteses de múltiplas determinações instituídas no transcurso histórico e que se formam e transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza. Nessa perspectiva, a representação do real no pensamento não se limita à captação da realidade em suas manifestações fenomênicas, demandando a superação da representação sensível pela mediação das abstrações do pensamento. (p. 363)

Nesse sentido, Pasqualini e Martins (2015) e Oliveira (2005) afirmam que a práxis do (a) psicólogo (a) deve fundamentar-se na compreensão de que os fenômenos ora apresentados singularmente, se constroem na universalidade e, ao mesmo tempo, a universalidade se encarna na singularidade por mediação da particularidade. Dessa maneira, para compreender a realidade é necessário desvelar os vínculos entre as dimensões singular-particular-universal dos fenômenos. Tratar da totalidade dos fenômenos significa resgatar a dupla dimensão que compõe o objeto de análise e pesquisa da Psicologia e do (a) psicólogo (a): a dimensão singular e a universalidade. E neste percurso, compreender como as condições sociais e as relações entre os homens encarnam nos sujeitos individuais e constitui a sua consciência.

A manifestação singular de um problema nunca fornece a resposta sobre seu processo de constituição. Ela nos mostra apenas uma faceta – a sua expressão imediata – aparente. Essa face empírica é verdadeira, mas sua essência encarna muito mais do que mostra sua aparência. Ainda, sua investigação exige compreendê-la em relação à universalidade, com a totalidade da qual faz parte. O fenômeno singular só existe como expressão da totalidade, processo que é mediado pela particularidade.

Os números apresentados sobre a violência no país expressam o real, porém, apresentam à população apenas a aparência do problema, quer seja sua manifestação empírica. De igual modo, quando apresentam como causa a negligência do Estado brasileiro e a ausência

de políticas públicas, ficam presos ao aspecto particular que condiciona as diversas manifestações de violência social. Fora da dinâmica singular-particular-universal, o problema aparece em sua relação com o âmbito particular e isso leva a alguns problemas.

O primeiro deles é o de naturalização da violência social, da sua leitura como um fenômeno que acompanhou, acompanha e sempre acompanhará a sociedade, devendo o Estado ser responsável por sua regulação, por propostas de intervenção que a minimize, caracterizando o segundo problema. Esta forma de análise pressupõe a existência do estado burguês como algo próprio das sociedades modernas, inerente às formas complexas de organização social. A relação que se analisa é entre singular e particular, tomando a particularidade no lugar do polo universal. A existência do Estado não é questionada porque é tomada como natural, de forma que toda crítica será feita a partir desta relação que acaba por falsear a realidade.

Ao considerar o capitalismo uma forma particular de organização social e não universal, ganhamos mais um elemento para análise e compreensão da violência – a historicidade – e junto dela, a possibilidade de conhecer o outro polo da dinâmica que compõe o fenômeno estudado – a universalidade.

Oliveira (2005) afirma que a confusão entre os polos universal e particular é um equívoco muito comum. Quando a autora explica sobre o processo de formação humana, afirma o fato de ser corriqueiro que se compreenda o sujeito em relação à sociedade como expressão da dinâmica singular-particular, descartando o polo universal que caracteriza o gênero humano. Nesse sentido, o desenvolvimento é pensado somente a partir daquilo que a sociedade (como categoria particular) é capaz de oferecer, e não como ela é mediadora entre o indivíduo e o desenvolvimento do gênero humano.

Para G. Lukács (1978 citado por Oliveira, 2005), na prática cotidiana, o particular se confunde ora com o singular, ora com o universal. Isso porque no imediatismo os extremos se apresentam à percepção humana antes dos elementos de mediação. Oliveira (2005) afirma que a complexificação da sociedade está em uma relação direta com a complexificação dos elementos mediadores e suas relações. Para a autora, captar a mediação em sua complexidade e movimento caracteriza a única maneira de superar atuações baseadas nas limitações do conhecimento cotidiano espontâneo.

Este pensamento cotidiano, com base no senso comum, não tem orientado somente a vida diária em uma sociedade alienada, ele se instala também no pensamento científico. Como exemplo, Oliveira (2005) expõe a tomada do indivíduo como polo singular e a sociedade como polo universal. Daqui derivam dois problemas: a sociedade perde seu caráter de mediadora na relação indivíduo-gênero humano; e como o polo gênero humano não é considerado, perde sua

função de universal. Assim, o gênero humano “(...) não é o elemento em que se encontra a meta máxima do desenvolvimento do indivíduo e sim os estreitos limites da sociedade” (p. 18).

Quando a relação singular-universal é considerada epistemologicamente somente do ponto de vista da relação entre o indivíduo e a sociedade, a emancipação do homem singular fica restrita somente ao que Marx chamou de mera "emancipação política" que está inerente à concepção de cidadão, à relação do indivíduo com o Estado, somente, e não a relação do indivíduo com o gênero humano. Nesta visão o objetivo último da relação indivíduo-sociedade fica restrita ao processo de adaptação do indivíduo à sociedade, que, na concepção neoliberal de indivíduo e de sociedade, se tornou hoje a palavra de ordem. (Oliveira, 2005, p. 19)

Sobre a análise da violência, a perda da categoria universal ou o estabelecimento da particularidade como universalidade, carrega consigo também as consequências citadas por Oliveira (2005) acerca da compreensão do desenvolvimento humano. Na violência social, cria-se a ideia de que seu enfrentamento e sua suposta superação dependem da atuação estatal e da atuação consciente do cidadão.

As explicações oficiais não fazem relação do fenômeno com a totalidade e acabam por perder de vista o caráter histórico de cada sociedade. Esbarram no particular – Estado – e apresentam a ideia de que este modelo deve ser corrigido, porque, presos nisto, lidam com os acontecimentos a partir da consequência e não da causa. Lidam com a violência como resultado da ausência do Estado e não como resultado de uma dada forma de produzir que, por sua vez, também cria o próprio Estado (burguês) e tem na violência um mecanismo para sua existência e reprodução.

Quando o particular é conduzido como universal, se naturaliza a situação dada – a existência do Estado. E toda interpretação se dará a partir desta falsa relação. A falsa compreensão leva a crer que o Estado é omissor, e não que ele é exatamente quem regula a violência por meio das suas instituições, como gestor da classe dominante e dos seus interesses. Assim, a resposta a que chegam os relatórios, como os citados, é o dever de procurar formas dentro do Estado para enfrentar e/ou superar a violência, e não que é preciso superar a forma de organização social responsável por criar o Estado burguês e todo seu aparato de manutenção social.

A aparente contradição entre violência e civilização está na negação da violência estrutural como alicerce para a formação e perpetuação das sociedades de classes, em especial, o capitalismo, que dispõe de formas cada vez mais cruéis de violação do outro. Entendemos como mais cruéis porque historicamente já há possibilidade de superação da fome, da miséria, da precarização do trabalho, da vida e da saúde que impactam diretamente na constituição subjetiva. No entanto, a superação da violência não se concretiza porque é uma consequência

da organização social para a produção que se fundamenta na propriedade privada, sendo essencial a sua manutenção. Não há, portanto, uma contradição entre o avanço da civilização e o aumento da violência, pelo contrário, a sociedade de classes burguesa se funda na e pela violência. Ao passo de já haver historicamente condições materiais para a garantia da vida e de desenvolvimento pleno dos sujeitos – o que levaria à superação da violência capitalista contemporânea –, esse mesmo fato, a existência dessas condições em situação de desigualdade, reforçam o exercício e legitimidade da violência social, institucional e estrutural.

Estamos de acordo com Lacerda Jr. e Guzzo (2011), quando afirmam que é preciso “Superar a defesa do consenso liberal e democrático e reafirmar que não há como falar de liberdade no capitalismo, pois aqui a democracia é a ditadura da burguesia” (p. 16), sobre a impossibilidade de enfrentar as consequências do capitalismo com o próprio capitalismo, pois a gênese da violência social precisa ser superada como um todo e não somente as suas expressões. O Estado e suas políticas não solucionam o problema da violência porque são seus gestores, engendram o problema e não a sua solução.

1.3 Da atuação da Psicologia: reflexões para a práxis

A Psicologia contribui para a compreensão e análise da violência quando explica o psiquismo humano a partir da relação entre o homem e a realidade social, do drama vivenciado por cada sujeito em sociedade. A violência é um fenômeno individual e, na mesma medida, social e histórico. O comportamento singular de violar algo ou alguém não pode ser explicado somente com os olhos fixos na singularidade, ele exige que o drama individual seja dialeticamente posto em relação às condições históricas e sociais de desenvolvimento.

A partir do que expõem os documentos e relatórios sobre a violência no Brasil, construímos uma análise materialista, dialética e histórica, a fim de enfrentar as ilusões próprias às explicações ideológicas que situam a superação e/ou enfrentamento à violência como um problema possível de ser resolvido com intervenções do Estado. Essa defesa se apoia no apagamento da História e na ausência da lógica dialética, pela qual nos é permitido desvelar a relação entre o fenômeno singular e sua relação com a totalidade mediada pela condição particular. A ausência da historicidade como categoria de análise da realidade conduz à sua naturalização e cumpre uma função ideológica importante: o escamoteamento da sua condição concreta, sua estrutura violenta e o silenciamento em relação à transformação social. A consequência mais direta é a espera pela mudança social como algo possível de forma mágica e independente da luta dos movimentos populares.

O papel da Psicologia frente a este cenário bárbaro, como área da ciência e como uma profissão, consiste em enfrentar práticas e concepções que naturalizam a violência e a reduzem a um problema individual. Para que a Psicologia possa contribuir com o enfrentamento à violência social é preciso, antes de tudo, que ela compreenda a violência brasileira em seu desenvolvimento histórico, desde sua gênese, pois só então terá os instrumentos necessários a uma práxis que não seja alheia à realidade social para lidar com seres humanos reais. A Psicologia contribui com a explicação sobre a violência à medida em que explicita o caráter histórico e social deste comportamento humano, e com isso denuncia as condições bárbaras nas quais têm se produzido e reproduzido a vida.

O trabalho do (a) psicólogo (a), nesse sentido, deve ser pensado a partir das contradições que engendram a realidade. Com isso, enquanto tarefa histórica o (a) psicólogo (a) deve atuar para além das políticas públicas. Um dos caminhos possíveis para a emancipação humana é o apontado por Lacerda Jr. (2015), alianças com movimentos sociais anticapitalistas. Quando compreendemos o capitalismo como estruturalmente violento, não é possível considerar que haja emancipação humana nos seus marcos. A violência é uma condição inalienável do capitalismo e aqueles que objetivam enfrentá-la não devem perder de vista a urgente necessidade de enfrentar também o capitalismo e sua condição desumanizante. Por outro lado, se esta deve ser a orientação do trabalho – superação de toda forma de violência e opressão –, a urgência da vida exige também que ações imediatas sejam tomadas, e neste campo cabem as discussões sobre políticas públicas.

Diante do exposto, destacamos duas direções que parecem importantes quando a violência é discutida desde a perspectiva da Psicologia. A primeira delas, já apontada no início do texto, é a importância da apropriação teórico-conceitual que permite ao/a psicólogo (a) apreender a realidade para além do falseamento da aparência fenomênica. A segunda, que integra e deriva da primeira, é a atenção necessária ao processo formativo dos (as) psicólogos (as) que deve subsidiá-los/as em uma práxis crítica.

Conforme destacam Mello e Patto (2008, p. 594):

Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado do que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta, e sem a consciência da imensa responsabilidade dessas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais das pessoas e, no limite, colaborar para a negação de seu direito à vida. Um psicólogo que não adquirir a capacidade de pensar o próprio pensamento da ciência que pratica - ou seja, de refletir sobre a dimensão epistemológica e ética do conhecimento que ela produz - certamente somará, insciente, com o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura.

A retomada de conceitos essenciais ao pensamento marxista sinaliza a importância da mediação teórica frente aos problemas postos na realidade. O (a) psicólogo (a) que trabalha com o tema da violência precisa ter clareza tanto das possibilidades e limites da sua atuação e das políticas públicas, quanto da natureza da violência social e singular. O primeiro aspecto implica assumir um posicionamento ético-político que enfrente a violência; e o segundo explica a violência como resultado de um processo social. A apropriação teórica da natureza da violência revela a contradição orgânica entre sua superação e as propostas estatais, pois, como destacado por Lacerda Jr. (2015) “(...) esperar das políticas públicas contribuições emancipatórias significa esperar que brotem forças de natureza anticapitalista no interior de mediações políticas estatais” (p. 112).

Nossa crítica às políticas públicas não representa uma invalidação desta forma de atuação do Estado, mas sua contextualização no marco das estreitas possibilidades que pode oferecer. No que tange a condição dos trabalhadores, as políticas públicas têm possibilitado melhor qualidade de vida ao proporcionar acesso aos serviços essenciais que visam garantir os direitos humanos básicos, mas não enfrentam o problema que gera a desigualdade – apenas lidam com suas consequências. No campo da Psicologia, como exposto por Lacerda Jr. (2015), não é difícil atestar a importância das políticas públicas para o avanço da sua relevância social como ciência e profissão. Foi por conta dos avanços sociais possibilitados pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, e posteriormente do Sistema Único de Serviço Social (SUAS) em 1993, que a Psicologia pôde fazer um enfrentamento mais contundente às críticas feitas às práticas elitistas que marcaram sua história. No entanto, esse movimento de aproximação das políticas públicas não garantiu à Psicologia um enfrentamento radical às condições que provocam a necessidade de articulação destas intervenções.

Porém, tais preocupações raramente são acompanhadas de uma análise crítica a respeito dos insuperáveis limites das políticas sociais na sociedade capitalista, bem como de uma adequada angulação sobre as possibilidades reais de um profissional assalariado fortalecer processos de emancipação humana por meio de sua ação em seu local de trabalho (Lacerda Jr., 2015). O resultado desse processo é uma hipertrofia do papel da Psicologia na transformação das condições sociais desiguais e excludentes. Para Lacerda Jr (2015), esse exagero pode levar a dois caminhos: de um lado a ideia de que as políticas públicas sejam o limite do trabalho da Psicologia neste campo, justapondo reforma social com transformação social; e de outro lado, oposto ao primeiro, ao entendimento de que nada pode ser feito dentro dos limites das políticas.

É de fundamental importância que o (a) psicólogo (a) e a Psicologia consigam apreender as contradições da realidade social, sem assumir uma postura idealista ou idealizada do seu

papel que o superestime em uma atuação isolada ou o paralise diante dos problemas encontrados. O problema da violência demanda explicação científica das mais diversas áreas do conhecimento como parte de um processo que objetive seu enfrentamento. A superação da violência social é uma tarefa histórica que exige a superação do capitalismo e da sociedade de classes. Entretanto, seu enfrentamento deve ser norteador das práxis do (a) psicólogo (a). Essa contradição engendra a prática psicológica e é fundamental não a perder de vista, sob a pena de uma atuação que ora nega qualquer possibilidade de mudança, ora deposita toda transformação social na prática profissional.

Não se trata de uma oposição entre políticas públicas e uma atuação revolucionária por parte do (a) psicólogo (a), mas de redimensionar as possibilidades alcançadas pelas políticas públicas. Há uma contradição posta nas políticas públicas, mas isso não as faz desnecessárias ou um obstáculo ao avanço de práticas profissionais coletivas que busquem emancipação. O dilema políticas públicas *versus* transformação social é uma falsa polêmica quando apreendemos as contradições que forjam a realidade e a vida humanas. Uma atuação crítica, ainda que este termo tenha muitas significações, apreende as contradições postas historicamente e se compromete com o enfrentamento da violência em suas expressões cotidianas e estruturais.

Dessa maneira, pela perspectiva teórica assumida, compreendemos que em momentos de recrudescimento das relações de violência e opressão o enfrentamento teórico não pode se furtar à crítica radical à sociedade capitalista. Não pode, como afirmam Lacerda Jr. e Guzzo (2011), satisfazer-se em buscar explicações que legitimem os fundamentos da sociabilidade capitalista, tampouco em descrever os fenômenos como se fossem universais ou naturais. O enfrentamento teórico necessário requer que consideremos os fenômenos sociais e psíquicos em perspectiva com a reprodução da lógica da livre acumulação privada e da reprodução da desigualdade. E também, que a causalidade dos mesmos não se explica pelas bases racial, étnica, religiosa e volitiva pessoal tomadas de modo apartado do motor da história – a luta de classes.

É preciso denunciar, mostrar os efeitos psicossociais da violência e a necessidade de se enfrentá-la. Para isso, é fundamental irmos à raiz, à estrutura que a engendra; acompanhar o percurso que faz até encarnar-se nos sujeitos como se naturalmente a eles pertencessem. A teorização marxista a respeito da constituição da sociedade e do ser humano permite ler a violência social para além da aparência, da sua apresentação fenomênica, como se fosse, por exemplo, resultante da ausência do Estado e que se possa eliminá-la no sistema que a produz e que dela necessita.

Em tempos de negação da ciência, da teoria e da história – como este em que nos encontramos no Brasil – é mister marcarmos nossa concordância com Lacerda Jr. e Guzzo (2011), quando afirmam que a defesa da teoria marxista está longe de representar uma espécie de saudosismo. Significa uma volta ao clássico, que sobrevive aos embates contemporâneos por sua consolidação teórico-metodológica e vigorosa contribuição na análise da realidade atual [visto que a base de análise pelo pensamento marxista – o capitalismo – não mudou, pelo contrário, assume novas roupagens a cada tempo para manter-se cada vez mais incontrolável].

Por ter o materialismo histórico-dialético como seu fundamento epistemológico, as investigações sobre a violência a partir desta perspectiva colocam como fundamento dos fatos e fenômenos da vida as relações sociais de produção. Deriva daí a crítica radical à sociedade de classes, o que encaminha, necessariamente, ao exercício de uma ciência que desvela o real. Disso se encaminha ao posicionamento político, que visa a superação da sociedade capitalista e a construção da sociedade socialista.

A Teoria Histórico-Cultural, em sua cientificidade de ir à radicalidade do objeto – valendo-se dos elementos do real que se permitem notar à primeira vista e contando com dados que a autorizam atravessar essa aparência em busca dos seus determinantes/condicionantes – assume-se política e assim enfrenta supostas concepções que se colocam como neutras para a compreensão do fenômeno psicológico (Martins, 2008). Caso contrário, afirma Bock (2015), faz-se ideologia e não Psicologia.

SEÇÃO 2- PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS: DA FILOSOFIA DA PRÁXIS À TEORIZAÇÃO DE MARTÍN-BARÓ

Na seção anterior, apresentamos dados estatísticos da violência social com atenção ao contexto brasileiro. Tratamos os números alarmantes como expressão de múltiplas determinações advindas da sociedade capitalista desde sua estrutura. Nesta seção, temos como objetivo apresentar os fundamentos teórico-conceituais de Adolfo Sánchez Vázquez (1915-2011), Angel Pino (1933-2013) e Ignacio Martín-Baró (1942-1989), como autores que têm contribuições importantes para a explicação materialista histórico-dialética da violência.

Em Vázquez encontramos os fundamentos filosóficos que subsidiam a discussão sobre violência a partir da práxis. Pino, filósofo e psicólogo espanhol radicado no Brasil, discute o processo de desenvolvimento cultural proposto por Vigotski e avança em campos importantes para a Teoria Histórico-Cultural. Nesse processo, escreve um texto sobre violência a partir da perspectiva materialista-dialética com contribuições fundamentais ao tema, as quais orientam a refletir sobre a pesquisa e a práxis do (a) psicólogo (a).

Feito isso, vamos a Ignacio Martín-Baró e suas contribuições à compreensão da violência a partir da historicidade. Damos maior destaque a este autor pela importância teórica e política de seu trabalho, mas sobretudo pela vasta teorização sobre violência. O debate trazido por nós a partir de outros autores, se realiza à medida em que foram inspirados pela teorização de Martín-Baró sobre a violência como um fenômeno psicossocial. Entendemos que, embora os autores citados tenham seus campos teóricos muito bem postos e definidos, é possível o diálogo entre eles à medida em que têm no materialismo histórico seu fundamento epistemológico.

Justificamos o destaque ao resgate das contribuições teóricas de Martín-Baró sobre a violência por algumas razões. Primeiro, pela sua importância teórica-metodológica na construção de uma Psicologia política na América Latina e em virtude disso, a atualidade do autor nas discussões dos problemas ainda vividos pelos latino-americanos. Concordamos com Lacerda Jr. e Guzzo (2011) sobre a importância do resgate contemporâneo das obras de Martín-Baró, que se justifica ante o “(...) 1) resgate da crítica marxista; 2) o resgate da realidade como ponto de partida e de chegada; 3) a libertação, como fim e projeto histórico das massas” (p. 19). Acrescentamos, além do compromisso revolucionário do autor, a sua vasta e consolidada produção teórica sobre violência como um processo psicossocial. Por fim, justificamos também pela contraditória falta de aprofundamento nos estudos e na divulgação de sua obra no Brasil, conforme exposto por Lacerda Jr. (2017) e Dobles e Rosa (2021).

Martín-Baró contribui para a explicação psicossocial da violência pela sua radicalidade. O autor discute a violência a partir das relações estruturais capitalistas e as denuncia como a origem de toda violência vivida na América Latina, de modo a postular a libertação da situação de exploração como a condição de superação da violência. A lógica dialética que sustenta seu trabalho enfrenta e supera as concepções subjetivistas e biologicistas sobre violência e em seus lugares coloca o movimento da história.

2.1 A violência na práxis humana

Para entendermos o papel da violência na vida humana e responder à pergunta que colocamos nesta seção, vamos apresentar e discutir a compreensão de Vázquez sobre a vinculação da violência à práxis. Ao escrever sobre a violência como atrelada à práxis, o autor contribui para uma apropriação concreta da violência, colocando-a como forma de atuação humana não atrelada à psique, mas à atividade vital do trabalho.

Segundo Vázquez (2011), a violência é um atributo humano que acompanha sua práxis. Esta é definida como atividade consciente objetiva cuja finalidade é a transformação de uma matéria como uma atividade com direção, reflexão e finalidade. Existem várias formas de práxis, artística, produtiva, social, revolucionária, e a sua definição depende da matéria-prima da atividade que pode ser natural, artificial ou o próprio homem. Em todas estas formas – no trabalho, na arte, em sociedade – a práxis é orientada à transformação daquilo que está posto e à criação de uma nova condição. O autor explica que esse processo de transformação [destruição do antigo e criação do novo] é sempre acompanhado de violência.

Vázquez (2011) define a violência como “(...) destruição ou alteração humana de uma determinada ordem natural (...)” (p. 377) com o objetivo de transformar sua condição natural ou atual em uma construção humana que satisfaça suas necessidades. É nesse sentido que o autor afirma a violência como um atributo humano, como uma ação que acompanha sua práxis e cumpre a função de meio para a transformação de algo. Em suas palavras, “(...) na medida em que a atividade prática humana é exercida sobre um objeto físico real e exige a alteração ou destruição física de sua legalidade ou de certas propriedades suas, pode-se dizer que a violência acompanha a práxis” (p. 374). Dessa forma, no que diz respeito à práxis produtiva, Vázquez (2011) afirma que “a humanização da natureza não é mais do que um processo pelo qual o homem lhe impõe uma lei estranha, uma lei humana, forçando ou violentando sua lei natural. A sociedade é a violação constante na natureza” (p. 374).

A violência, por este prisma, não é somente algo destrutivo, também é parte da composição do novo, ou seja, é parte do processo criativo humano, embora não seja suficiente. Com isso, o autor afirma que a criação do novo passa pela violação da ordem posta, mas precisa também de outros elementos para ser levado a cabo. Essa é a única condição da violência ser parte da natureza do homem: a sua capacidade de impor sua força com o objetivo de transformar a ordem natural das coisas rumo à satisfação das suas necessidades – que são produzidas e renovadas de modo infundável.

Com a destruição de uma ordem estabelecida, a violência é um atributo humano, mas esta não se mostra apenas pela presença da força. Na natureza há forças naturais, mas a violência não é a força em si, ou em ato, senão o uso da força. Na natureza, as forças atuam, mas não se usam; só o homem usa a força, e pode usar a si mesmo como força. Por isso dizemos que a força em si só não é violência, e sim apenas a força usada pelo homem. Daí o caráter exclusivamente humano da violência. (Vázquez, 2011, p. 375)

A práxis artística também é uma atividade orientada à transformação, o que a diferencia é sua matéria-prima e finalidade, já que não se guia por uma necessidade prático-utilitária, mas de comunicação e expressão humanas (Vázquez, 2011). A criação artística, assim como o trabalho, se dá a partir da transformação de uma matéria que é retirada de sua forma originária e conduzida a uma outra legalidade, ou seja, é desarticulada para que a nova forma tome lugar.

As duas formas de práxis apresentadas pelo autor e expostas anteriormente por nós demonstram a violência e seu enraizamento na atividade criativa do homem. O autor ressignifica a violência como uma ação humana intencional e planejada que serve como meio para atingir um determinado objetivo. Na práxis artística e na práxis produtiva, a violência não pode ser outra coisa que não um meio a serviço de um fim (Vázquez, 2011). A violência tida aqui como ato de violar a legalidade de algo ou como uso orientado da força é inserida em seu aspecto genérico, universal:

Disso resulta que tanto na práxis material produtiva como na artística, a violência só existe do lado do sujeito, cumprindo por sua vez uma dupla função: por um lado como negação de uma determinada legalidade (ou seja, destruição de uma forma, de uma ordem, de uma realidade) e, por outro, como negação dessa negação, negação dialética da matéria que resiste a ser vencida para receber, ao fim, uma nova legalidade. (Vázquez, 2011, p. 376)

Outra forma de práxis que contribui para a compreensão da violência como um processo histórico e um fenômeno social é a práxis social. O objeto de violação nessa forma é o próprio homem e esta tem como objetivo a destruição ou alteração da sociedade. Diferente da ação dirigida a objetos e suas propriedades, as ações dirigidas aos homens não objetivam a

modificação do seu corpo físico – ainda que este seja afetado diretamente – mas antes atingir o ser social, a sua condição de sujeito circunscrito em determinadas condições sócio-históricas:

Trata-se aqui da práxis como ação de seres humanos sobre outros, ou como produção de um mundo humano depois da subversão da realidade social estabelecida. A prática social assume, assim, a forma da atividade prática revolucionária que implica a destruição de uma determinada ordem social para instaurar ou criar uma nova estrutura social. (Vázquez, 2011, p. 376)

Se nas práxis artística e produtiva o objeto que sofre a ação oferece uma resistência que é material (e por isso a forma de violência empregada também é física), a práxis social, revolucionária, encontra uma resistência humana, uma antipráxis que responde à violência da transformação social com contra-violência. Assim, diferente das práxis anteriores, há aqui a violência de quem atua e a violência de quem resiste à atuação “(...) tanto na atividade que tende a subverter a ordem estabelecida como a que luta por conservá-la” (Vázquez, 2011, p. 379). Deriva daí a organização da violência social tanto em seu aspecto estrutural, como das relações cotidianas.

O aparecimento e o desenvolvimento da violência nas relações sociais estão vinculados a fatores objetivos – o império da propriedade privada e a divisão da sociedade de classes – que tornaram impossível até agora a solução das contradições fundamentais por um caminho pacífico. A luta de classes se desenvolve historicamente com um coeficiente maior ou menor de violência, mas a experiência histórica demonstra que quando a existência da classe dominante se encontra em perigo, essa não vacila em recorrer às formas violentas mais extremas, inclusive ao terror maciço, pois nenhuma classe social está disposta a abandonar voluntariamente o cenário da história. (p. 379)

Quando os autores citados definem violência, eles nos apresentam um aspecto importante desse fenômeno: seu caráter eminentemente humano. Pino (2004) destaca que as discussões sobre violência são sempre atravessadas por paixões, dado que somos profundamente afetados pela barbárie vivida e/ou relatada cotidianamente. Quando a compreendemos como um atributo humano, isto é, construída histórica e socialmente, é possível tomá-la como objeto da Psicologia, como uma das possibilidades de expressão humana não animalesca ou instintiva.

Pino (2004) explica que essa impressão sobre uma suposta irracionalidade da violência se constrói quando nos deparamos – estudiosos, mídia e população – com atos cruéis que parecem não controlados pela razão ou pela consciência:

Ora, se a violência é irracional, não é por ser obra de um ser desprovido de razão, mas por ser, paradoxalmente, o produto de uma razão perigosamente racional. É o que ocorre quando certos mecanismos racionais, como a "simplificação", que reduz tudo a um único princípio explicativo, e a "polarização", que vê a realidade como feita unicamente de elementos antagônicos e irreconciliáveis (Hacker, 1972), deixam o

indivíduo sem alternativas. Esses mecanismos traduzem a racionalidade de uma razão incapaz de lidar com os antagonismos, as diferenças e a diversidade. Portanto, o problema que levanta a violência é muito menos o da irracionalidade do que o de uma racionalidade repleta de "razões" para não se deter diante de limites e de regras estabelecidas pela própria razão humana. (Pino, 2007, p. 769)

Embora date mais de uma década, a exposição de Pino (2007) parece um relato dos nossos dias em 2022. Além de sermos considerados um dos países mais violentos do mundo, o último processo eleitoral para presidência da república, senado e câmara de deputados federais (2018) trouxe à tona exatamente a violência que se fundamenta em uma razão alienada, pela qual se compreende a realidade de forma polarizada. Essa não se abrandou nos anos seguintes, mas passou a fundamentar o modo de se governar e de se legislar o Brasil. Podemos afirmar que tal forma de consciência sobre a realidade, seus conflitos e problemas é marca de uma constituição fragmentada e unilateral, que resulta em uma apropriação ideológica e falsa do mundo.

Outro problema da polarização política citado por Pino (2007) quase como um prenúncio para os nossos dias, se diz da falsa simetria que se coloca nas disputas políticas entre a esquerda e a extrema-direita. Há no senso comum e em alguns movimentos políticos que se julgam neutros, uma tendência a identificar as insatisfações e as críticas de grupos de extrema-direita com grupos da esquerda radical. Diante do que foi apresentado por Pino, mais do que uma interpretação equivocada do que sejam as diferenças radicais entre os dois posicionamentos, essa falsa simetria é uma estratégia de desqualificação da luta e do enfrentamento ao capitalismo e suas violências.

Nos dedicaremos mais no desdobramento deste tema com a exposição de Martín-Baró, mas já adiantamos que a caracterização da violência somente a partir do seu caráter negativo é um dos problemas que caracteriza a dificuldade na sua compreensão. Conforme exposto por Vázquez (2011), a interposição da força para modificar algo é própria do ser humano, ao passo que a direção dessa força é própria da história e da sociedade.

Nesse sentido, mesmo como um atributo humano voltado à práxis, não existe uma forma única de violência e nem um objetivo universal que a justifique. O entendimento da sua diversidade e a não identificação com valor negativo na sua totalidade são ferramentas fundamentais para a sua compreensão, mas principalmente, representam um posicionamento político importante. Quando superada a aparente irracionalidade da violência, se abre espaço para compreender a racionalidade por detrás dos fatos, a qual remonta não ao indivíduo, mas a uma realidade de opressão, violência e negação ao desenvolvimento pleno.

2.2 Para uma caracterização das violências

Passamos agora a apresentar e discutir as formas de violência explicadas por Martín-Baró, Vázquez e Pino. Trazemos no título desta subseção a afirmação de que a violência só pode ser compreendida em seu sentido plural. Com isso, queremos dizer que não é possível discutir sobre a violência como um fenômeno abstrato ou fixo no tempo, mas antes, que é necessário tomá-la de forma concreta a partir de suas múltiplas determinações. A diversidade a que fazemos referência não se restringe à sua tipologia, mas principalmente à sua função e orientação social e histórica. Por isso, elencamos os tipos de violência em função da sua relação contextual e da função histórica cumprida por elas.

Iniciamos com a violência estrutural, depois passamos à violência estatal e institucional, à violência interpessoal e, por fim, tratamos da violência revolucionária. A partir destas manifestações múltiplas e diversas da violência com base nos autores eleitos, consideramos possível traçar um percurso de caracterização das violências.

Uma das primeiras e principais definições sobre violência diz respeito ao processo de identificação da violência estrutural como a matriz da violência social. Nesse sentido, a partir do que escrevem Engels (1878/2003), Martín-Baró (1985; 1990) e Vázquez (2011), a violência social é resultado de uma organização social para produção, estruturalmente violenta e excludente, pois é organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção – fato que coloca os indivíduos sob condições de vida radicalmente distintas e com interesses irreconciliáveis. Essa é a forma de violência primeira da qual derivam todas as outras, porque carrega em sua gênese a desigualdade social. Toda sociedade de classes vai dispor de estratégias para manutenção dos privilégios da classe dominante, portanto, podemos afirmar que a violência estrutural é presente enquanto houver luta de classes.

Segundo Vázquez (2011), a violência como ação de violar algo pode se manifestar de duas formas: direta e indireta. O autor assinala a violência cotidiana, indireta, fruto das violações dos direitos básicos da vida como consequência de uma sociedade de classes que fundamenta sua organização na exploração e na alienação. Segundo o autor, apesar de serem vividas de forma banal (a violência da fome, da miséria, das enfermidades etc.), vitimizam mais do que as formas de violência direta, as quais se caracterizam como próprio modo de vida porque assim exige a essência do capitalismo. A manifestação indireta é tão ou mais grave do que a violência direta, porque é naturalizada e muitas vezes reconhecida como causa e não consequência da desigualdade social. Já a violência direta, a qual trataremos a seguir, diz

respeito à forma aberta de sua manifestação intencional, organizada e diretiva com o objetivo de manutenção social.

A violência estrutural diz respeito às privações e violações em que vive a classe trabalhadora assalariada em uma sociedade de classes. A violência da exploração no trabalho e o processo de alienação forjam as formas de violência socialmente construídas em um dado momento histórico. Aqui se evidencia o caráter social da violência como um processo que se desenvolve a partir das condições que a requerem tanto no exercício da expropriação e exploração do homem pelo homem (violência estrutural), quanto para manutenção desta relação (violência institucional ou estatal). Dessa maneira, podemos afirmar que a origem da violência social não é o próprio homem, mas a prática social (Vázquez, 2011).

A vida concreta no Brasil e nos demais países da América Latina foi e é marcada por uma profunda desigualdade social. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), enquanto metade da população brasileira vive com R\$820 mensais, o 1% mais rico tem renda média de R\$27.744 por mês, 34 vezes mais do que a metade dos brasileiros. Na vida concreta esses números se traduzem como violação dos direitos básicos à alimentação, segurança, lazer, educação, saúde, entre outros, de grande parte da população brasileira. “Essa violência surda causa muito mais vítimas do que a violência ruidosa dos organismos coercitivos do Estado” (Vázquez, 1990, p. 382).

A violência estrutural é uma espécie de guarda-chuva sob o qual se reproduzem as outras formas de violência. Lacerda Jr. e Martins (2014) explicam que a Psicologia deveria se interessar pelas diferentes manifestações de violência, como por exemplo a “(...) violência física, psicológica, simbólica ou a violência estatal e a violência revolucionária (...)” (p. 571. Grifos nossos), tanto porque é um fenômeno tipicamente humano, como pela potência para o adoecimento ou para a humanização (quando assume direção revolucionária). Concordamos com a apresentação das formas de violência *derivadas* apresentadas pelos autores e as tomaremos como base para as diferenciações conceituais.

Violências física, psicológica ou simbólica (e poderíamos acrescentar sexual, patrimonial, etc.) são formas de manifestação de violências individuais e coletivas, enquanto a violência estatal e revolucionária são formas postas em atividade em função dos seus objetivos. Sob a primeira forma, como manifestações individuais e sociais estão os comportamentos que causam danos à outra pessoa – com ou sem intenção de fazê-lo –, como explicaremos mais adiante ao tratarmos da diferença entre agressividade e violência. São formas de realização da violência que têm como resultado a violação do outro em sua estrutura física ou subjetiva.

Segundo Vázquez (2011), mesmo que a violência seja física, ela é só um meio, pois o objetivo de quem a perpetra é sempre atingir sua significação social, ou seja, sua consciência.

A violência estatal ou institucional, por sua vez, é a forma de manutenção da organização social por meio da força policial ou do exército. A repressão dos movimentos sociais e o genocídio por parte do Estado configuram uma violência institucionalizada. É a forma mais direta da violência estrutural, pois além de refletir a hierarquização da sociedade, também é parte fundamental para sua reprodução. Martín-Baró dá especial atenção a essa forma de violência em El Salvador, no momento da guerra civil (1980-1992), pois a força policial estava sendo acusada de cometer inúmeros assassinatos em nome da ordem social. Importante salientar que é justamente a violência do Estado que vitima Martín-Baró em 1989.

Corroborando com o autor espanhol o conceito de violência institucional ou estatal discutido por Vázquez (2011), para quem a violência praticada pelo Estado em uma sociedade de classes é tida como uma manifestação direta de exercício de força e destruição. Essa forma de violência tem efeitos físicos evidentes e causa dor, sofrimento e morte. Acrescentamos também um componente psicológico importante: a imposição do medo. Quando manifestações e enfrentamentos populares são combatidos pela polícia por meio da violência física e da ameaça, o aparelho/aparato repressor tem seu efeito aumentado pelo medo de morte ou dano gerado naqueles que são vitimados ou que tomam conhecimento. A direta é caracterizada como violência potencial, organizada pelo Estado e pronta a tornar-se ato quando for necessário defender os interesses da classe dominante, sendo sentida e vivida como real ou possível.

Já a violência revolucionária diz respeito àquela necessária para a transformação social, que é resultado das violações vividas pelos trabalhadores em seu cotidiano. Martín-Baró (1985) afirma constantemente a necessidade de não confundirmos a violência do oprimido com a violência do opressor, uma vez que as razões de uma e outra são radicalmente distintas: enquanto a violência estatal objetiva manter relações de opressão, a violência revolucionária tem como finalidade a superação de toda opressão.

No entanto, nem toda violência exercida pela classe trabalhadora/oprimida tem caráter revolucionário. Concordamos com Odalia (2012) quando afirma que revolução é “(...) toda transformação que afeta de maneira essencial as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, de uma sociedade. A revolução deve ser compreendida como um fenômeno global, sua ação e consequências devem repercutir sobre toda a sociedade” (p. 62). Nesse sentido, para ser considerada revolucionária, deve ter como norte e como direção a transformação radical da sociedade. Segundo o autor, somente retrospectivamente o historiador tem condições de afirmar se a violência de um dado período ou grupo é de fato revolucionária. Isso porque:

(...) toda a sociedade sofre modificações e alterações continuamente. A mobilidade da vida social é um de seus componentes, daí não ser difícil confundir-se modificações normais no interior de uma sociedade com modificações e transformações revolucionárias. ... Estes não foram muitos e os mais próximos de nós foram, indubitavelmente, a Revolução Francesa de 1789, a chamada Revolução burguesa, e a Revolução Soviética de 1917, a Revolução socialista cubana. (Odalía, 2002, p. 63)

Segundo Odalía (2002), a explicação para o uso da violência em um processo revolucionário é simples: nenhuma classe que goza de poder e privilégios deixará seu lugar pacificamente, por isso, historicamente, a alteração de classes no poder se deu por meio da violência. Se a atuação violenta não tem como horizonte a transformação da situação que a incita, poderíamos chamá-la de violência reativa, ou seja, uma atuação cujo objetivo é enfrentar determinada situação que causa insatisfação, mas não o contexto que a constitui. Toda violência revolucionária é reativa, pois faz enfrentamento à situação posta; mas nem toda violência reativa tem direção revolucionária.

Losurdo (2012) considera a ideia da não-violência como uma forma de solução aos problemas históricos resultados dos fracassos das guerras e das revoluções do século XX. Afirma que estas não cumpriram suas promessas de estancar a violência que caracteriza seu combatente. Assim, cita Karl Valentin, comediante e amigo de Bertold Brecht, que disse: “Antigamente o futuro era melhor!” (Magris, 2007, p. XII citado por Losurdo, 2012, p. 15). Nem as guerras e as revoluções, tampouco o avanço da democracia levou o mundo a conquistar a paz. Isso, explica Losurdo (2012), levou à uma compreensão de que a não-violência poderia ser uma prática individual e não um futuro político-social, uma vez que essa tentativa já havia se mostrado falha. Nesse sentido, o autor indaga e provoca:

Por que o recurso às armas com o objetivo de realizar mudanças no plano interno e internacional não deveria seguir o mesmo declínio de outras práticas violentas (de caça às bruxas, a escravidão, o duelo) que no passado tiveram muito sucesso, mas que agora não são mais compreensíveis? (Losurdo, 2012, n.p)

Para Losurdo (2012), a apologia à não-violência como uma forma pacifista de resolução dos problemas sociais resulta em um esquecimento voluntário da história que nos mostra e faz lembrar: “A violência é a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” (Marx, 2013, p. 821). A defesa feita por Losurdo (2012), Odalía (2002), Pino (2007) e Martín-Baró (1985) não é de uma violência generalizada e menos ainda de permissividade em relação a atos de destruição. Os autores chamam a atenção para a violência revolucionária como um meio de superação de formas opressoras e violentas de relação em nome da construção de relações igualitárias. Não se trata de uma defesa aberta e generalizada de violência, mas o reconhecimento da sua necessidade em uma situação de transformação social.

A violência revolucionária que poderia ter caráter humanizador é instrumental, isto é, necessária para superação do antigo e parte da criação de um novo estado de coisas (Vázquez, 2011). Segundo Pereira (2018), a defesa de Martín-Baró sobre a legitimidade da violência revolucionária se dá como ação provisória, necessária à mudança estrutural, mas que deve ser superada. A seu ver, ao falar de revolução, Martín-Baró não faz referência às reformas sociais, mas à revolução de ordem socialista. Esta afirmação já consta em um texto do final da década de 1960, quando Martín-Baró ainda não havia se apropriado do marxismo para suas análises, conforme apresentado por Lacerda Jr. e Guzzo (2011).

A violência revolucionária é a expressão máxima de dois aspectos fundamentais na análise e compreensão da violência: a) a violência como comportamento humano orientado; b) a diversidade valorativa da ação violenta a partir do seu objetivo. Esses aspectos só podem ser compreendidos a partir de uma análise histórica e concreta da violência enquanto um fenômeno psicossocial. Segundo Martins e Lacerda Jr. (2014), a luta por emancipação pode ser também um processo de humanização a partir da superação da alienação, ressignificação e construção de novos sentidos e de uma nova realidade. Nessa situação – e somente nela – a violência faz parte de um projeto humanizador.

Quando trata da violência estrutural, Martín-Baró (1985) toca em um debate muito importante: situar a violência como parte da organização social não quer dizer que todo ato violento seja explicado somente a partir deste aspecto, uma vez que na sua ausência não será entendido adequadamente. É o exercício constante e fundamental de compreender os fatos e fenômenos da realidade social como parte de uma totalidade para a qual faz referência.

Os comportamentos violentos não são iguais, a justificativa e o significado social são diferentes de acordo com a situação específica em que se dão. No entanto, em que pese as características particulares – da situação ou do sujeito –, ela precisa ser analisada a partir da totalidade social. A totalidade social é a fonte de onde derivam os comportamentos humanos, desprezá-la na análise significa perder de vista o fio condutor da explicação sobre a violência. Segundo Martín-Baró (1985, p. 360) “A perspectiva histórica é necessária para encontrar o sentido psicossocial das diversas formas de violência”. Historicizar, na concepção da Psicologia da Libertação, “(...) nada mais é do que contextualizar o comportamento, referenciar a estrutura psicológica que o sustenta a parâmetros que estão localizados fora da pele do indivíduo” (Blanco, 1998, p. 23. Tradução nossa).

2.3 A violência na obra de Martín-Baró

*(...) la verdad de los pueblos latinoamericanos no está en su presente de opresión,
sino en su mañana de libertad (...)*
(Martín-Baró, 1998, p. 297)

Ignácio Martín-Baró trabalhou intensamente para revelar a miséria da vida latino-americana como resultado de um processo secular de exploração e violência, mas lutou ainda mais para mostrar que o amanhã de liberdade não é só um horizonte, mas o destino histórico de um povo que luta. Caracterizar a vida como livre não expressa uma concepção romântica do autor frente à destrutividade capitalista. O enfrentamento ao fatalismo latino-americano resulta mais do que a esperança e a crença em um mundo justo socialmente, antes revela a historicidade que fundamenta a obra do autor.

Quando historiciza a violência vivida na América Latina, em especial na América Central e em El Salvador, Martín-Baró enfrenta, no campo psicológico, concepções mecanicistas para as quais a violência é um fenômeno único, reduzido à barbárie. A despeito da destrutividade que compõe a violência, o autor explica a sua multiplicidade de manifestações, incluindo também a violência como forma de enfrentamento à opressão. A violência do oprimido, inspirada por Paulo Freire¹⁹, não pode ser comparada à violência do opressor, pois sua orientação e objetivo encaminham a construção da liberdade. A violência como fenômeno único, universal e estático não existe. O que existe, como trouxemos com Vázquez (2011) e Pino (2007), são violências no plural, e toda diversidade histórica e social que faz dessa forma de relação uma relação humana.

Temos como fundamental apresentar brevemente a história de vida de Martín-Baró não somente para conhecimento de sua trajetória, mas porque entendemos que todo ser humano é uma construção do seu tempo. O resgate histórico que contextualiza a obra do autor nos permite, como afirma Martins (2004), apreender os nexos políticos, sociais e econômicos que subsidiam sua produção teórica. Após isso, apresentamos e discutimos elementos para uma caracterização da violência social em seus aspectos históricos, sociais e individuais. Esses elementos expostos nos auxiliam, por fim, a discutir o comportamento violento em uma perspectiva psicossocial.

¹⁹ O pensador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), foi reconhecido internacionalmente ao fazer frente à ditadura militar tratando da educação, da violência e da opressão. Em 2021 celebrou-se o seu centenário.

2.3.1 Breve resgate da vida de Martín-Baró e da construção da Psicologia da Libertação

Ignácio Martín-Baró (1942-1989) nasceu em Valladolid na Espanha e foi um padre jesuíta que, posteriormente, se formou em Filosofia (1963) na Colômbia, em Teologia (1970) na Bélgica, e em Psicologia (1975) em El Salvador. Em seu trabalho como psicólogo, com heranças da Teologia da Libertação, constrói a Psicologia da Libertação – um marco na construção da Psicologia Latino-americana.

Para compreender as contribuições do autor é fundamental o reconhecimento, ainda que breve, da história de El Salvador quando Martín-Baró desenvolve sua teoria. Segundo explicam Waëny e Macedo (2019), a história da América Central foi atravessada por disputas políticas, ditadura civil e militar, intervenção internacional e foi palco de sangrentas guerras civis por conta da relevância dessa região para a geopolítica mundial. Sua condição agroexportadora, as oligarquias dominantes, o Canal do Panamá – ligando os oceanos Pacífico e Atlântico – e sua proximidade com Cuba explicam a razão da violência sofrida pela população. Durante 12 anos (1980-1992), El Salvador viveu uma guerra civil que opunha uma ditadura de extrema direita financiada pelos EUA²⁰ às guerrilhas salvadorenhas reunidas sob a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) (Lacerda Jr., 2017; Matijascic, 2014).

Os anos de guerra civil em El Salvador foram fundamentais para o desenvolvimento da obra do autor, principalmente pelo questionamento frequente em relação ao papel da Psicologia frente à violência e à precarização da vida no país. Segundo Lacerda Jr. (2017), a década de 1980 foi um período ainda mais violento na guerra civil, fato que levou Martín-Baró a se dedicar com mais afinco ao tema, coerente com o compromisso ético e político apregoado pela Psicologia da Libertação.

Seus estudos e pesquisas sobre as condições de vida do povo salvadorenho foram significativas para a Psicologia e também como denúncia da barbárie vivida na América Central, tanto que, em 1989, Martín-Baró e mais seis pessoas foram brutalmente assassinadas dentro da Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA). O relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, publicado em 1993, afirma que as mortes foram autorizadas pelo alto comando das forças armadas de El Salvador e executadas pelo exército com a ordem de

²⁰ Teologia da Libertação é uma doutrina católica voltada aos movimentos populares e ao enfrentamento da desigualdade social, principalmente na América Latina. Essa nova proposta teológica tem forte impacto sobre Martín-Baró e também sobre a UCA, que por sua vez, passa a se aproximar dos movimentos populares do país. Informações disponíveis no *site* da Universidade Jesuíta José Simeón Cañas (UCA): <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/biografia/>

matar os “intelectuais da guerrilha”²¹. Esse fato anuncia a importância científica e a relevância social de uma teoria orientada à justiça social e à libertação da exploração como princípio regente da explicação e da compreensão da realidade. Contudo, para além disso, denuncia as práticas de domínio e controle dos países imperialistas nos países periféricos, bem como o impacto disto na vida da população. A biografia de Martín-Baró é indissociável da sua elaboração teórica e por isso, de maneira rigorosa, expressa suas defesas e lutas.

Martín-Baró foi assassinado, como explicitado no relatório da Comissão da Verdade de El Salvador, porque sua práxis tinha como objetivo final a libertação, a superação das relações capitalistas opressoras que durante séculos imputaram ao povo a violação de todos seus direitos, o compromisso com a superação da violência e a defesa da superação do capitalismo. Denunciava também, a partir das contribuições da Psicologia, os impactos psicossociais da violência estatal e cotidiana. Não é possível defender a libertação, segundo Lacerda Jr. e Guzzo (2011), em uma sociedade desigual e excludente, pois, como categoria universal, a libertação não pode ser parcial, restrita a uma ou outra camada da população. Segundo Blanco (1998), para Martín-Baró “(...) o processo libertador é histórico, envolve conflito, é um processo de natureza coletiva, e através dele uma identidade social é finalmente construída” (p. 12. Tradução nossa).

A violência nos anos vividos na América Latina foi entendida por Martín-Baró como uma forma de vida nas violações dos direitos básicos, as quais perpetuam uma quase desumanização dos sujeitos que dela fazem parte e, também, a violência naturalizada do crime e da morte. O drama da desigualdade, da miséria e da guerra junto aos seus estudos em Psicologia e outras disciplinas, subsidiaram o autor para denunciar e enfrentar a violência e a opressão vividas em seu país como um processo próprio à gênese e ao desenvolvimento do capitalismo, sem com isso deixar de lado os aspectos psicológicos que compõem a construção da violência cotidiana.

Há um compromisso por parte do autor, principalmente a partir da segunda metade de sua obra, conforme apresenta Lacerda Jr. (2017), de construir uma Psicologia que fosse capaz de contribuir de forma significativa para a superação das condições miseráveis da vida latino-americana. Segundo Martín-Baró (2011a, 2011b), para que tal tarefa fosse realizada, a Psicologia precisaria rever toda sua bagagem teórica e prática e deslocar para a vida do povo a sua práxis. Como sintetiza Lacerda Jr. (2017), há pelo menos três preocupações fundamentais

²¹ Informações disponíveis no *site* da Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA). Ver em: <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/biografia/>

para a construção da Psicologia da Libertação: “(...) não deixar a ciência psicológica alheia às lutas sociais; rejeitar e revisar os conceitos que são instrumentais para a reprodução do status quo; e construir uma nova Psicologia, adequada à luta histórica pela edificação de um mundo novo” (p. 15).

A Psicologia da Libertação exige a tarefa de libertação da Psicologia da escravidão colonial vinculada às ciências europeias e norte-americanas, e a luta pela libertação da exploração do povo latino-americano (Martín-Baró, 1998). É essencial que se destaque: não se trata de uma Psicologia construída para a América Latina, mas a partir da América Latina, das suas dificuldades e esperanças (Martín-Baró, 2011a, 2011b; Dobles, 2011). Isso significa que a Psicologia da Libertação, embora desenvolvida a partir dos problemas latino-americanos, contribui com a construção de uma Psicologia comprometida com a libertação de outros povos oprimidos não somente como uma justaposição a outras realidades, mas como ferramenta de análise a partir da historicidade da conduta humana.

No século XX, muitos países da África, Ásia, da América Central e América do Sul lutaram pela independência da Inglaterra, França, Portugal e outros, buscando a emancipação de situações de opressão e de domínio econômico, social e cultural, como preconizava a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais – Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960 (ONU, 1960). Certamente que o domínio sofrido se traduzia no campo das ideias – as dominantes eram da classe ou do país dominante. Assim, fazer a trajetória inversa, isto é, de estranhamento e de contraposição a elas significava um longo caminho de descolonização. Fato que toda a força da conquista se fazia presente para se manter o conquistado e contra qualquer insurgência – e é nesse contexto que o autor em tela e a sua obra foram se constituindo.

Pelo pensamento de Martín-Baró, descolonizar a Psicologia significa libertá-la da sua condição de mera reprodutora de teorias elaboradas desde a perspectiva das ideias dominantes/hegemônicas, externas e alheias aos países subjugados ou em vias de emancipação, de modo a construí-la a partir do protagonismo popular. Das Psicologias europeias e norte-americanas resultariam não uma ausência de contribuições para a América Latina, mas contribuições que não encontraram o poder popular e suas demandas como princípio de atuação.

Segundo Martín-Baró, o “que fazer” (*que hacer*) da Psicologia latino-americana esteve à margem das necessidades e dos movimentos da população durante todo o seu percurso científico, salvo raras exceções. De acordo com o autor, a contribuição da Psicologia é tão precária que se sabe mais sobre o povo latino-americano por meio das novelas do colombiano

Gabriel José García Márquez (1927-2014) e do peruano Jorge Mario Pedro Vargas Llosa (1936), do que nos trabalhos da Psicologia sobre personalidade ou caráter.

Essa afirmação do autor ilustra de maneira muito precisa o desfoque da Psicologia em sua práxis nos países latino-americanos. Os autores de novelas são capazes de retratar melhor o sujeito latino-americano porque se atentam à realidade objetiva, aos problemas e conflitos que estão postos no cotidiano como fato ou como possibilidade de vir a ser. É curioso (ou sintomático) que justamente a ciência que se propõe a analisar e compreender a subjetividade humana não tenha sido capaz de apreender os indivíduos concretamente. Na verdade, essa aparente incapacidade não se fundamenta em falta de instrumentalização científica necessária ao processo de politização da Psicologia, mas sim ao longo do processo de subordinação política e econômica que reflete na construção de ideias e concepções universalizantes sobre o desenvolvimento psíquico a partir das ideias dominantes e do poder imperialista.

Como enfrentamento à colonização na qual se encontrava a Psicologia na América Latina, Martín-Baró (2011a, 2011b) afirmou que a construção da Psicologia da Libertação dependia de três elementos essenciais, a saber: um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis. O autor inicia afirmando a libertação como um princípio universal e não como a libertação de uma pessoa no processo terapêutico, mas a libertação de um povo das condições de exploração que tornam a vida miserável, sendo este o horizonte da Psicologia.

Esse é o primeiro passo e se justifica pelo reconhecimento das condições sociais e históricas no sofrimento psíquico que, embora seja individual, não é alheio à história da sociedade. Em relação à epistemologia, o autor evidencia a necessidade deste campo se constituir junto e não para as maiorias populares. Nesse sentido, temas caros à Psicologia devem ser revistos em sua condição abstrata, universalizante e postos em relação à vida dos homens e mulheres que estão desempregados, marginalizados e analfabetos. Uma nova práxis pode surgir como consequência das críticas feitas à Psicologia tradicional, caracterizada agora pelo compromisso ético-político com a maioria oprimida, forjada pela politização da Psicologia.

Martín-Baró (1998; 2011a; 2017) afirma que o movimento de construção da Psicologia da Libertação é uma tarefa prática, não de laboratórios ou feita em escritórios, mas de atuação junto às necessidades da população. Conforme expõe Dobles (2011, p. 168), era preciso aproximar o que acontecia no “mundo dos psicólogos e psicólogas” com o que ocorria nos bairros, nos sindicatos, nas igrejas, etc. Em outras palavras, se a Psicologia versa sobre os indivíduos e sua formação psíquica e tem um compromisso ético com a libertação, ela precisa

estar no lugar onde o povo está. No entanto, essa práxis não se trata de simples presença, mas de refundição da Psicologia a partir da construção popular.

Para uma Psicologia da Libertação é preciso suspeitar de explicações simplistas a problemas complexos. E a violência é um dos temas que enfrenta esse problema, analisa Dobles (2016). Tomar a violência como um problema individual é atar-se à aparência do fenômeno em sua superfície. Além de uma resposta simples, é também um posicionamento político conservador, pois mantém a análise da estrutura social intocada. A investigação radical da violência implica compromisso ético-político com a transformação social, e é essa a exigência da Psicologia da Libertação: compromisso com as maiorias populares e com a transformação social urgente e necessária que dê conta de superar violência em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, para Martín-Baró (2011a, 2011b), as tarefas fundamentais ao desenvolvimento da Psicologia da Libertação são: a recuperação da memória histórica, a desideologização do senso comum e a potencialização das virtudes populares. Estas tarefas, apesar de serem dirigidas à teorização geral, repercutem na compreensão sobre violência de maneira fundamental, pois possibilitam um olhar crítico voltado à já naturalizada violência que caracteriza a vida na América Latina. A recuperação da memória histórica é compreendida como a necessidade de recuperar tanto a identidade de um povo que foi explorado, como a potência para a sua libertação. O fatalismo em que se encontra o latino-americano, explica o autor, o atira em um presente que parece naturalizado e, por essa razão, só pode ser aceito. Recuperar a história do povo latino-americano é resgatar uma trajetória de violações, mas também de lutas que devem orientar o enfrentamento aos processos de desumanização capitalistas.

A tarefa de potencialização das virtudes populares, a qual é posta por Dobles (2011) como uma tarefa ainda pendente e das mais urgentes da atualidade, é estreitamente vinculada à Teologia da Libertação. Solidariedade, capacidade de resistência e criatividade são algumas das virtudes apontadas por Martín-Baró (2011a), que fazem com que o povo latino-americano, mesmo em condição de miséria, acredite e lute por uma vida sem privações. Como exemplo, Dobles (2011) cita os avanços da população mais empobrecida no México e na Bolívia na luta pelos seus direitos, enquanto outros setores em melhores condições não o fizeram. Essa tarefa postulada pelo autor encerra por desconstruir a ideia de natureza humana, isto é, de uma suposta essência individualista e egoísta que carrega consigo todos os traços caros e essenciais à reprodução capitalista a nível ideológico.

Sobre a desideologização do senso comum, Martín-Baró (2017) afirma ser uma tarefa de grande relevância para a Psicologia, pois é no senso comum que a ideologia²² dominante avança a passos largos. Esse universo simbólico criado a partir das condições sociais concretas subsidiam a formação humana e a relação entre as pessoas no cotidiano. Martins e Lacerda Jr. (2018) apontam essa prática como essencial à práxis do (a) psicólogo (a), quando este (a) tem diante de si o compromisso com o enfrentamento à violência social que se reflete na constituição dos sujeitos.

Recuperar alguns dos pressupostos da Psicologia da Libertação é importante ao nosso objeto porque reconduz o papel da Psicologia e da (o) psicóloga (o) frente à violência. Historicamente, afirma Martín-Baró (1985), a Psicologia se preocupou com a violência enquanto uma forma de comportamento que perturbava a ordem posta, como algo a ser corrigido; e isso ocorria pela orientação epistemológica e consequente compromisso ideológico da Psicologia como ciência e profissão. Nas palavras de Martín-Baró (1985):

Uma sociologia do conhecimento psicológico sobre violência e agressão mostra que, com honrosas exceções, geralmente a “matéria violenta” que é tomada como objeto de análise é o ato contrário o prejudicial ao regime estabelecido, a agressão física individual, a violência delinquencial ou a violência das massas, assumindo em todos esses casos que seu caráter negativo deriva do dano causado à convivência sob a ordem social imperante. (p. 368. Tradução nossa)

O excerto acima ilustra que a falta de uma definição sobre violência e agressão que as considere de natureza social e histórica levou a uma práxis psicológica responsável por reiterar a prática social capitalista excludente quando anunciava como violentos somente os comportamentos contrários à ordem posta. Em posse de uma definição estática de violência, e valorada sempre como algo negativo “venha de onde venha”, a Psicologia buscou avaliar ou descrever aqueles que se “encaixavam” como ruins, objetivando mudá-los (os sujeitos, não a situação social que os provocava violentos). Por isso, afirmava não ser estranho que a maioria dos trabalhos sobre violência em Psicologia Social tivessem como objetivo reduzir ou controlar o comportamento antissocial (Martín-Baró, 1985). Fazer da violência tábula rasa, afirma o autor, só traria benefícios àqueles que, por meio da sua naturalização, mantêm seu lugar de poder e privilégios.

Não por acaso, a violência ocupa um lugar muito importante na obra de Martín-Baró (1998; 1985; 2017). Segundo nos explica Lacerda Jr. (2017), para alguns estudiosos da obra do autor, a teorização sobre violência é sua maior contribuição para a ciência. Para Lacerda Jr. (2017), a dedicação ao estudo da violência se justifica em razão do contexto vivido por Martín-

²² Ideologia é definida por nós na página 67 do presente trabalho.

Baró aliado à coerência teórica de que a Psicologia deve se preocupar com os problemas mais urgentes do seu povo. A década de 1980 foi um período de muitas violações para o povo salvadorenho e, devemos acrescentar, também para todos os países latino-americanos que sofreram com golpes militares e outras formas de opressão como as injustiças, a miséria e a desigualdade social.

2.3.2 Violência como um fenômeno psicossocial

Qual o papel da Psicologia no reconhecimento e no enfrentamento da violência? Martín-Baró (1985) afirma que as contribuições da Psicologia podem ser iluminadoras quando introduzidas no marco mais amplo de outras disciplinas, mas podem também, ao contrário, serem enganadoras se pretender construir um conhecimento absoluto. Um alerta importante feito pelo autor é que a Psicologia precisa estar ciente de suas limitações no enfrentamento e na explicação da violência social, uma vez que as explicações para a violência latino-americana não estão na Psicologia. Interessante notar que o autor adjetiva as limitações da Psicologia social como necessárias. Disto podemos entender duas questões principais e complementares: 1) a violência não é um problema que diz respeito unicamente à formação psíquica dos sujeitos que estão diretamente/imediatamente envolvidos com fatos relativos a ela; e 2) tomar a Psicologia como área da ciência e de atuação profissional que pode sozinha explicar a violência é assumir o risco de psicologizar a realidade.

A superação do embate entre o psicologismo e o sociologismo, afirma o autor em tela, só foi possível com a apropriação da lógica dialética para a leitura e explicação dos fenômenos psicossociais. Por esta orientação teórico-metodológica, defendemos que a Psicologia tem importantes contribuições para a compreensão do processo de formação humana e sua relação dialética com as condições sociais de um tempo. Em Martín-Baró (1985) a violência aparece como um processo interpessoal no interior de uma determinada estrutura sociopolítica e, em virtude disso, precisa ser compreendida pela Psicologia como um fenômeno psicossocial.

Martín-Baró (1985) postula a definição de violência como essencial para a discussão acerca do tema, então começemos por ela. Para Martín-Baró (1985; 1990), um dos grandes problemas da Psicologia que versa sobre violência é a sua definição (ou a falta dela), pois é a partir disso que se orienta a práxis do (a) psicólogo (a). O autor critica as definições do senso comum e das ciências, que tomam a violência a partir de uma noção estática tal qual um esquema de comportamento que se define a partir de uma valoração unanimemente negativa, e também da necessária intencionalidade do autor. A seu ver, tais características conduzem a

uma leitura a-histórica do fenômeno pela qual, além de não refletir a sua condição social, acaba por tomá-la a partir de uma avaliação moralizante.

Em uma perspectiva psicossocial, Martín-Baró (1985) afirma a violência como conceito mais amplo, que expressa fenômenos ou atos aos quais se aplica excesso de força sem se restringir à força física (e sem depender da intencionalidade do autor). Já a agressividade é compreendida como uma possibilidade de realização da violência, como a aplicação da força contra alguém de forma intencional com objetivo de causar dano. A valoração da violência é sempre dependente da sua significação social; por isso, esse aspecto é fundamental para a compreensão desta como um processo dinâmico e multifacetado. Dessa maneira, já que para uma ação violenta não é necessária a intencionalidade, é possível afirmar que a estrutura social é violenta, ou ainda, que a sociedade capitalista é estruturalmente violenta, visto criar “(...) condições sociais que forcem as pessoas a agirem de uma dada maneira” (Lacerda Jr. & Martins, 2014, p. 6).

Ainda no campo da caracterização do objeto, Martín-Baró (1985) apresenta três pressupostos que compõem a violência: a multiplicidade de manifestações, sua historicidade e a espiral de violência. Além dos pressupostos que passaremos a apresentar na sequência, o autor anuncia e explica os fatores constitutivos da violência, os quais também compõem a justificativa para a conduta violenta.

A multiplicidade no exercício da violência se caracteriza por formas muito distintas de atuação e significação da violência, que vão desde a violência estrutural até a violência nas relações interpessoais, educativas e institucionais, bem como a violência revolucionária. Martín-Baró (1985, citado por Lubek, 1979) explica que a violência é um conjunto de comportamentos e atitudes e não um esquema permanente. Por exemplo, uma forma de exercício da violência é a estrutural, como já explicado anteriormente, e a outra é a violência interpessoal, que pode ser tanto expressão da primeira, como também pode assumir uma forma mais autônoma que tenha uma relação mais estreita com a vivência individual. Contudo, mesmo que o autor aponte esta última forma como autônoma, não deve ser entendida como absoluta, mas sim como uma autonomia relativa uma vez apreendida sua gênese social.

Compreender a multiplicidade da violência como um pressuposto requer reconhecer que há sentidos diferentes no seu uso.

(...) distinto é o sentido que tem a utilidade da violência no caso de um pai que pune seus filhos do que no caso do policial que tortura o líder sindical, no do assaltante que mata sua vítima do que no caso do soldado que explode os participantes de um baile. Em alguns casos, o aspecto mais importante é a falta de alternativas comportamentais,

em outros, pressão grupal ou cultural, e em outros, ofuscação ideológica a serviço de interesses sociais. (Martín-Baró, 1990, p.136. Tradução nossa)

Aqui há uma diferença importante entre a violência estatal e a violência em sua expressão singular. Os dois resultam de sua eficácia instrumental, no entanto, no caso do Estado – da violência institucional – esta é uma característica que garante sua criação e permanência. Já no que diz respeito ao comportamento humano, seu uso pode representar falta de repertório comportamental.

Para Martín-Baró, o pai que usa da violência na educação do seu filho o faz por falta de outros recursos nesse processo. A violência como um rompante, como uma ação que responde de forma imediata a alguma situação pode ser entendida como uma falta de recurso simbólico. Dizemos “pode”, porque Martín-Baró e os demais autores citados não explicam diretamente essa forma de violência ou agressividade. No entanto, há elementos suficientes para caracterizá-la quando Martín-Baró (1990) discute sobre o papel do psicólogo no enfrentamento às práticas violentas que causam danos a outra pessoa. Uma intervenção psicossocial teria como objetivo fazer com que os comportamentos violentos ou agressivos perdessem eficácia social, principalmente aquelas condutas que mais ferem direitos humanos fundamentais.

Até agora afirmamos que sua manifestação é diversa e devemos compreendê-la em razão de seu contexto social, porque é o contexto e não a ação em si que vai nos mostrar o caráter da violência exercida. Isso não quer dizer que sua definição seja de caráter subjetivo e sua identificação relativizada, pois não se trata de relativizar a violência, suas causas e efeitos, mas antes localizá-la como um fenômeno histórico e, portanto, dinâmico. Nem se trata de avaliar se um fenômeno é ou não violento, mas de reconhecer a constituição de seu processo.

A práxis do (a) psicólogo (a) se modifica em razão do reconhecimento dessa multiplicidade. Quando se trata da falta de recursos comportamentais, como no caso da violência parental, Martín-Baró (1990) afirma a importância de um trabalho que possa contribuir para a construção de novos recursos que não sejam fundados na violência. Para que a violência deixe de ser eficaz, que perca sua instrumentalidade nas relações, é preciso um outro recurso assumir o seu lugar. Não se trata de um treinamento de habilidades, e sim de uma reflexão sobre relações de poder, sobre papéis sociais e, principalmente, sobre as consequências da violência na formação do indivíduo.

O segundo pressuposto é o caráter histórico da violência. A compreensão da violência circunscrita a um processo histórico significa que toda forma de violência é produzida nos marcos de determinados valores e interesses sociais. A compreensão da violência como um processo histórico é resultado de uma elaboração teórica do autor ao longo da década 1980,

momento em que suas análises passam também a ser subsidiadas pelo marxismo. É nesse momento então que Martín-Baró tece críticas às teorizações sobre violência que se pretendiam neutras, com vistas a elaborar uma nova compreensão da violência (Lacerda Jr. e Guzzo, 2011).

A afirmação de um processo como histórico e diverso diz respeito à sua compreensão como algo dinâmico, que se desenvolve e se modifica ao longo tempo assumindo características diversas e contraditórias. Significa afirmar que todo fenômeno humano – e a violência é um deles – é forjado na relação com os determinantes sociais de cada momento histórico e, por isso, não é universal. Quando um fenômeno ou fato é definido como histórico, a proposição derivada disso é a superação da ideia de que existem processos sociais e psicológicos universais, possuidores de características imutáveis, fixas. É afirmar a necessidade de reconhecer sua forma atual como resultado de um processo que lhe imprime gênese, desenvolvimento e fim ou transformação. Como apresentado por nós, Martín-Baró (1985) entende como uma das maiores falácias na compreensão da violência o fato de condená-la “(...) ‘venha de onde venha’ fazendo tábula rasa de sua gênese, significação e consequências” (p. 371. Tradução nossa).

Segundo Dobles (2016), o posicionamento de Martín-Baró é de enfrentamento a “posicionamentos cômodos e intelectualmente fracos” (p. 172. Tradução nossa), os quais colocam sob o mesmo signo a violência que escraviza e a violência que liberta. Do ponto de vista científico e da práxis psicológica, não se trata de justificar ou legitimar a violência nas relações entre as pessoas, mas de compreender sua gênese e desenvolvimento, de retirá-la do campo da moral e posicioná-la no campo analítico-científico.

O Brasil, diferentemente de El Salvador, não foi marcado por uma guerra civil, todavia, a história nos mostra um país construído pela violência do colonialismo e da escravidão de indígenas/nativos e negros africanos. A história de exploração nos países da América Latina, embora tenham suas especificidades, têm um pano de fundo muito semelhante: o fato de terem sido colônias de exploração durante séculos a fio e sua permanência como subsidiária do desenvolvimento capitalista dos países centrais. Martín-Baró (1985) faz referências à especificidade da violência na América Latina a partir de sua função de dependência e exploração no mercado mundial, assim como das violações que derivam desta relação:

A exploração dos trabalhadores, sobretudo o camponês e indígena, a contínua repressão a seus esforços organizativos, o bloqueio a satisfação de suas necessidades básicas e às exigências para o desenvolvimento humano, e tudo isso como parte de um funcionamento “normal” das estruturas sociais, constitui uma situação em que a violência contra as pessoas está incorporada à natureza da ordem social, bem chamado de “desordem organizada” ou “desordem estabelecida”. (Martín-Baró, 1985, p. 376. Tradução nossa)

Ante o exposto, podemos pensar quanto a violência no Brasil do século XXI só pode ser compreendida se remontarmos ao passado do país. Devemos considerar o quanto ela é resultante de práticas sociais advindas de quando o país era uma colônia escravagista, que ocupava papel fundamental aos interesses da acumulação capitalista europeia. As marcas dessa forma de “sociabilidade” própria ao escravagismo, de relação de subjugação de homens – tomados como escravos, coisas, maquinaria, feitos “pés e mãos do senhor do engenho”²³ – relembrando o que escreveu o padre André João Antonil em *Cultura e opulência do Brasil*, caracterizavam a vida do Brasil Colônia (1500-1815/1822) e Império (1822-1889). Contudo, em sua fase republicana ainda é possível identificá-las, mesmo que não da mesma forma, intensidade e frequência. Neste ponto, ainda estão vivas na constituição do país e do homem brasileiro contemporâneo, pois, como afirmam Apple e Teitelbaun, (1991, citado por Bianchetti, 1998, p. 30): “A história tem o hábito de não permanecer no passado”.

Pino (2007) também traz contribuições para a leitura do Brasil contemporâneo e seu contexto de violência social, ao afirmar que os índices de violência no país que vêm se avolumando cotidianamente não são um “(...) acidente na história nacional (...)”, nem podem ser atribuídos “(...) a perturbações intempestivas da consciência de alguns indivíduos, nem a uma repentina mudança das condições do país” (p. 771), senão que a explicação para este fenômeno será encontrada na análise da história social e econômica brasileira.

O último pressuposto anunciado pelo autor para o entendimento da violência é aquilo que ele chama de espiral de violência. Isso significa que “(...) os atos de violência social têm um peso autônomo que os dinamiza e os multiplica. A agressão desencadeia um processo que, uma vez posto em andamento, tende a incrementar-se, sem que para detê-lo seja suficiente conhecer suas raízes sociais” (Martín-Baró, 1985, p. 371. Tradução nossa).

Dobles (2016) explica que a violência se nutre de si mesma. Ela entra em uma escalada onde não se sabe mais a sua origem, dada a relativa autonomia que os processos violentos vão constituindo em relação à sua gênese. Para Martín-Baró (1990), ainda que a transformação estrutural seja o caminho para a superação da violência, esta não ocorre como um efeito dominó e precisa também ser enfrentada em seus aspectos constitutivos.

Como pressupostos destacados pelo autor, devem subsidiar as análises e leituras sobre violência. A diversidade que caracteriza a violência é consequência do seu caráter histórico, tendo nas relações sociais a dinâmica para sua reprodução. Martín-Baró (1985) traz a história,

²³ “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço” (Antonil, 1982, p. 89).

a política e a economia para a compreensão da violência, mas não cai em um sociologismo no qual perde de vista o caráter singular/psicológico do problema. Junto dos pressupostos metodológicos pelos quais afirma o imperativo das relações sociais de produção na leitura da violência social, ele explica o comportamento violento a partir de quatro fatores constituintes: estrutura formal do ato, equação pessoal, contexto possibilitador e o fundo ideológico.

O primeiro deles, a estrutura formal do ato, consiste no papel que a violência cumpre, podendo ser dois: instrumental, como um meio para alcançar determinado fim; ou quando se tem a finalidade em si mesma, ao que o autor denomina caráter terminal.

Segundo Martín-Baró (1985), embora haja uma aparente proximidade entre as duas formas, diferenciá-las é muito importante para que se possa compreender o ato em sua significação. Essa análise da forma permite que a intenção não seja descolada do ato, de modo a transformar o comportamento violento em algo asséptico, instintivo. Assinala que um dos grandes problemas no campo dos estudos sobre o tema é considerar quase sempre a violência como uma ação terminal, quando, na verdade, segundo o relato de estudos experimentais citados pelo autor, a forma de violência mais comum é a instrumental. A instrumentalidade da violência revela muito sobre seu papel nas relações e contribui para superar a ideia de que a pessoa que violenta deseja sempre causar um mal.

Segundo os estudos de Sabini (1978, citado por Martín-Baró, 1985, p. 414) geralmente a violência “(...) é um ato instrumental, destinando a algum fim; ou uma resposta a uma humilhação ocasionada por insulto; ou uma resposta a violência de certos critérios comunitários – todo o qual não é nada profundo, nem intrapsíquico e nem difícil de entender”.

Martín-Baró (1985) acrescenta que a violência tem uma própria racionalidade, uma vez que seu exercício se orienta a fim de alcançar algum resultado, ou seja, faz-se uso da violência porque é eficaz. A opção pela violência e pela agressão é justificada por sua eficácia instrumental: é provável conseguir aquilo que se deseja quando há ameaça à vida, submissão e opressão, censura e medo. No entanto, apesar de existir a compreensão de que os atos violentos ou agressivos tenham racionalidade, isso não quer dizer que sejam razoáveis ou aceitáveis. A racionalidade da violência concreta deve, segundo o autor, ser relacionada ao momento histórico e às condições sociais que a produzem, pois é essa realidade objetiva que a confere sentido. Em suma: bárbaras são as razões e possibilidades historicamente construídas para o uso da violência.

Essa forma de violência como meio para conseguir algo (poder, obediência, privilégio, ordem e controle) é apontada por Martín-Baró como a forma mais comum de exercício da violência e da agressividade. O enfrentamento a essa forma de violência seria prover os sujeitos

de outras formas de se relacionarem. No entanto, considerando que a violência estrutural e institucional não são desvios de uma ordem pacífica – mas parte de produção e reprodução social –, entendemos que sua superação esbarra no enfrentamento às condições sociais que produzem a superação da sociedade classista.

A violência como ação instrumental reorienta a análise e a avaliação do (a) psicólogo (a) que trabalha com a violência. Surge aí uma nova pergunta a ser feita no lugar de uma repreensão cega – que supõe saber tudo sobre a violência: Qual o objetivo da ação violenta? Causar dano geralmente é o resultado, mas não o motivo da violação do outro. Ao conhecer a resposta da qual a violência se encaminha, o profissional pode compreender a dimensão individual da violência praticada, sem deixar de tocar na dimensão ideológica que subsidia a ação. No campo individual, tendo a violência como recurso nas relações interpessoais, Martín-Baró (1990) entende que a violência instrumental pode ser superada como a possibilidade de elaboração simbólica e o desenvolvimento de recursos para lidar com as situações desencadeadoras da reação de violência. Essa forma de exercício da violência nas relações interpessoais também pode ser ressignificada e superada rumo a outras formas de conduta que igualmente expressam insatisfação, raiva, etc.

Como ilustração do exposto, recorreremos à Dobles (2016), que compartilha a reflexão sobre a instrumentalidade da violência feita por Martín-Baró em uma conferência:

Em 1987, em uma palestra ministrada na Universidade da Costa Rica, nosso autor se perguntou por que havia tanta violência nos países da América Central. A resposta foi articulada em torno da ideia de que há tanta violência porque funciona, pois tem um valor instrumental para quem a exerce, uma vez que determinados propósitos são alcançados pela realização de ações violentas. A tarefa que se impõe, portanto, certamente monumental, e cada vez mais difícil, é tornar a violência menos eficaz, assumindo uma importância fundamental e estratégica, para esse fim as tarefas educativas. (Dobles, 2016, p. 174. Tradução nossa)

Em relação aos efeitos psicossociais da violência, eles seriam sempre resultado da falta de humanidade ou desumanização? Tal como no início da seção, quando apresentamos a instrumentalidade da violência, os autores a desmistificam como algo sobre ou sub humano e a colocam no exato lugar de humanidade: a vontade humana. Nesse sentido, fica evidente que não pretendem com isso estabelecer violências aceitáveis ou benéficas, mas apresentar que o resultado de uma ou outra forma vai significar coisas completamente diferentes: de um lado a opressão e desumanização, e de outro a luta pela emancipação e humanização.

A partir dessas discussões parece importante reafirmar o dito por Martín-Baró, de que muitas vezes o comportamento violento é discutido em si como um impulso, algo sobre o que o sujeito que violenta não tem controle ou desconhece. Este aspecto constitutivo é ferramenta

de análise importante porque permite ao (à) psicólogo (a) investigar também os elementos que podem conduzir às relações violentas. Ainda que a ação (jogar a carteira da sala de aula, chutar algo ou alguém, esfaquear alguém, etc.) seja executada em um momento de impulsividade, ela é expressão de uma determinada relação com a realidade. Assim, ao que sempre é julgado como algo repentino, instintivo ou imediato, é possível buscar explicações que extrapolem a descrição do ato em si.

O segundo aspecto assinalado por Martín-Baró (1985) como constitutivo do ato violento diz respeito à equação pessoal. Esta representa os elementos singulares de cada sujeito que só podem ser explicados por sua história. Diferente da tradição psicológica de trazer a vida pessoal como explicativa para a violência, Martín-Baró conjuga a violência estrutural e institucional à vida particular do sujeito. No âmbito singular, existem condições que favorecem a violência; os elementos que desencadeiam a ação agressiva ou violenta podem ser: 1) pelo ressentimento ou raiva causados pela frustração por não atingir objetivos ou desejos; 2) certos estímulos ambientais; 3) situações de poder que autorizam a violência de um grupo a outro; 4) pressão grupal como um dos mais importantes; 5) forma consciente e racional para alcançar algum fim.

O terceiro elemento, aponta Martín-Baró (1985), é o contexto facilitador, pois para que uma ação violenta ocorra é preciso um ambiente propício para isso, que pode ser de duas formas: um contexto social amplo ou uma situação imediata.

Antes de tudo deve se dar em um contexto social que estimule ou ao menos permita a violência. Com isso nos referimos a um marco de valores e normas, formais e informais, que aceite a violência como uma forma de comportamento possível e inclusive a requeira. (Martín-Baró, 1985, p. 374. Tradução nossa)

Para que possa ser violento é preciso sê-lo em um ambiente que permita, como explica Dobles (2016), os atos de violência ocorrer porque podem ocorrer. A história do Brasil e os dados recentes da violência no país não deixam dúvidas de que um contexto socialmente violento contribui de forma radical para o desenvolvimento de ações violentas nas relações interpessoais, pois, como afirma o autor, um contexto violento estimula a violência. Uma situação constante de violência física, psicológica ou outra pode levar o indivíduo a responder da mesma forma, seja como uma maneira de revidar, como repertório de aprendizagem ou até mesmo como modo de se indignar contra ela – revelando certo nível de consciência ou noção de realidade. A violência aumenta à medida em que é institucionalizada, naturalizada, convertida em normas e rotinas ou mesmo esperada, almejada ou buscada. Martín-Baró (1985) afirma que não é possível *a priori* conceber um limite para a violência e reconhecer seu alcance,

isso só é possível com a história, responsável por colocar um dado momento em relação ao desenvolvimento histórico geral e anunciar quão violenta foi uma ou outra sociedade.

Ainda sobre a importância do contexto como um facilitador, Martín-Baró (1985) segue afirmando que a estratégia de enfrentamento à violência tem sido equivocada em seu país, quando os métodos e alternativas são tão ou mais violentos do que a violência social posta. Traz uma visão interessante acerca da polêmica discussão sobre a influência da mídia. Segundo ele, talvez o mais poderoso não seja a sua influência direta – como a reprodução de determinados comportamentos –, mas a criação da ideia de que o mundo é um lugar violento e dele é preciso proteger-se, caso contrário, pode-se ser arrastado pela agressão dos outros.

Seria a criação de uma cultura do medo e da violência tão presentes em nosso cotidiano, não somente na televisão em seus variados programas e noticiários, como também nos jogos virtuais que naturalizam a violência. Aqui não estamos fazendo uma análise sobre a influência da mídia no desenvolvimento de condutas violentas, pois isso exigiria um longo estudo. Estamos apenas apresentando a violência como um tema que alcançou o nível de entretenimento da população infantil, jovem e adulta; e isso parece sintoma de um povo que convive de forma muito natural com as violações cotidianas.

Por fim, o quarto e último aspecto constitutivo é o ideológico, a se firmar pela justificativa e legitimidade social que a violência tem na sociedade de classes. As justificativas para a violência (e até mesmo sua incitação) encontram razão nos interesses das classes dominantes e são reproduzidas cotidianamente, mesmo que não haja intencionalidade. Martín-Baró (1985) faz uma ressalva importante quanto ao aspecto ideológico, algo que merece nossa atenção. A seu ver, a ideologia é um componente fundamental das relações violentas, contudo, não é fundante, não cria as condições para a violência. Para Martins e Lacerda Jr. (2018), a maior contribuição de Martín-Baró para os estudos sobre violência é a sua articulação com a ideologia, pois é a partir das ideias dominantes de um dado momento histórico que se constitui toda justificativa para a violação do outro.

Nas palavras de Martins e Lacerda Jr. (2018):

(...) para Martín-Baró, a ideologia não é algo meramente externo à violência, mas é parte constitutiva. Por exemplo, o individualismo coloca as pessoas umas contra as outras; a propriedade privada faz com que as pessoas sejam avaliadas pelas suas posses, o que reforça as ações violentas para a consecução e manutenção dessas posses. (p. 234)

A vinculação da violência com a ideologia é um dos aspectos mais importantes da teorização de Martín-Baró sobre a violência (Dobles, 2016; Lacerda Jr., 2017). A violência não pode ser entendida somente a partir da realidade imediata das pessoas, ela deve ser, antes de

tudo, analisada no marco nas lutas e interesses dominantes, momento no qual os processos ideológicos se constituem.

Em uma concepção marxista, a ideologia pode ser entendida como um conjunto de ideias responsável por cumprir a função social de justificar e legitimar simbolicamente a realidade material, encaminhando para o escamoteamento da realidade concreta. As ideias hegemônicas de um tempo são as da classe dominante; são ideias, concepções, valores, teorias, etc. que explicam a realidade de maneira a escamotear seus verdadeiros determinantes – o que contribui para sua naturalização e perpetuação. Estas são as ideias que compõem a consciência individual, uma vez que estão hegemonicamente disponíveis à apropriação de cada indivíduo nessa sociedade. Lembremos que a singularidade é composta na prática social, e a consciência individual é reflexo desta. Não se trata, a consciência individual, de elaborações abstratas realizadas à parte; mas sim, de elaborações feitas conjuntamente pelos sujeitos, os quais estão cada vez mais abstraídos do real que protagonizam e subtraídos em suas capacidades de compreendê-lo.

A esse respeito, consideramos que a compreensão do real se dá pela mediatização do pensamento teórico, a permitir com que os objetos ou fenômenos possam ser apreendidos em suas múltiplas determinações, em suas causalidades e processualidade. Essa compreensão é fundamental quando se tem como objetivo o enfrentamento à alienação instituída. Embora o caminho de desalienação não se garanta pelo mundo das ideias, a consciência em relação às condições de vida e a identificação das possibilidades de sua superação deve ser buscada como ponto inicial.

Se afirmamos que a violência não é universal, mas antes histórica e social, faz-se necessário compreender o que Martín-Baró (1985) conceitua como significado social das ações violentas. Sobre isso, o autor afirma que a compreensão e explicação do ato violento passa, necessariamente, pelo estudo da sua manifestação enquanto uma condição possível em uma dada sociedade. Todo ato violento ou agressão está sempre acompanhado/a de uma justificativa. Essa valoração, a qual dá ao comportamento violento ou agressivo um caráter positivo ou negativo, justificável ou injustificável, é histórica; e aquilo considerado violento em uma época pode não ser o mesmo em outro momento. Ou ainda, o que é considerado violento contra um grupo não o é contra outro, a depender da classe, etnia ou gênero a que pertença.

Martín-Baró (1985) explica que a justificativa constitui um aspecto fundamental para a compreensão da conduta violenta, isso porque a violência não encontra explicação em uma racionalidade abstrata, mas em uma ideologia que assegura os interesses da classe dominante.

Segundo Martín-Baró (1990, p.130. Tradução nossa):

Se toda forma de violência exige uma justificção, é porque não a tem em si. O que leva à consequência de que a violência não pode ser considerada em abstrato como boa ou má, o que contradiz uma das suposições implícitas da maioria das abordagens psicológicas; a bondade ou maldade da formalidade violenta advém do ato que a substantiva, isto é, daquilo que um ato tão violento socialmente significa e historicamente produz. E é aqui que o caráter ideológico da violência aparece claramente.

O fato de haver legitimidade social para atos violentos traz a pergunta sobre as raízes dessa justificativa, não somente a descrição de quais sejam os grupos. Disso implica afirmar que a ação violenta não pode ser entendida como uma expressão simples de estímulo e resposta, ou como resultado de um conflito mal resolvido. Martín-Baró (1985) considera a ação violenta como ideológica, e por essa razão, compreendê-la implica ir além das aparências de uma conduta puramente individual para reconhecê-la em suas raízes históricas “(...) tanto pelo que têm de expressão de estruturas sociais, quanto pelos interesses de classe que a pessoa ou grupo envolvidos põem em jogo” (p. 370. Tradução nossa).

A complexidade da expressão singular da violência se revela na sua diversidade de manifestações. Retomando o que fora dito por Martín-Baró (1990), a violência pode representar uma falta de alternativas comportamentais, uma escassez de recursos para lidar com a realidade, seus conflitos, frustrações e violações; pode também ser consequência de uma pressão grupal ou cultural, como uma legitimidade dada a determinados grupos para causar dano a outros; também uma orientação ideológica a serviço dos interesses sociais, como o aparato militar do Estado, sem esquecer a violência revolucionária. Todas estas formas são violentas, contudo, cada uma delas tem uma causa e uma direção diferentes, uma significação social distinta.

A violência das relações interpessoais, por exemplo dos castigos físicos de pais aos filhos, da violência física entre adolescentes, dos danos físicos e psicológicos da relação professor-aluno é uma forma de relação que pode e deve ser superada. Essa forma de violência deve ser enfrentada nos espaços de intervenção dos psicólogos, uma vez que produz naqueles que a vivem sofrimento, frustração, ira e demais sentimentos negativos que mais amedrontam e revoltam do que ensinam ou resolvem conflitos postos. Estes também são exemplos da violência como objetivo instrumental, como forma de conseguir aquilo que se deseja: controle, obediência, visibilidade, etc. Qual a razão do uso da violência? A sua eficácia instrumental. Como dito anteriormente, Martín-Baró (1990) entende que deve ser uma tarefa do psicólogo, instrumentalizar para relações não violentas.

Já a violência como resultado de pressão ou legitimidade cultural e como recurso de manutenção da ordem social, não diz respeito à falta de recurso comportamental, mas tem na violência o principal meio de conseguir aquilo que se queira. A justificativa social nestes dois casos é ainda mais importante, pois legitima, a partir dos valores e práticas de uma dada sociedade, o exercício da violência contra grupos específicos. Se tomarmos a violação sexual, por exemplo, para ilustrar o exposto, não se pode afirmar que o sujeito que viola sexualmente outras pessoas o faça por descontrole físico ou emocional ou por falta de alternativas comportamentais. Somente uma sociedade patriarcal e machista, resultado da propriedade privada e da divisão sexual do trabalho, cria condições para a perpetuação desta forma de violência contra a mulher, vítima de 81,8% dos casos de estupro no país (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

Afirmamos, nesse sentido, que a socialização brasileira se dá como um processo machista que produz nos sujeitos que dela e nela se constituem, uma valoração e compreensão sobre gênero assimétrica. Este é o espaço de criação de justificativas que são necessárias ao comportamento violento, conforme explicação de Martín-Baró (1990, 1985). Este é o prisma pelo qual se projeta e materializa a forma universal da violência, produzindo as formas singulares de violência de gênero, por exemplo. Essa forma de violência só pode ser superada com a igualdade de gênero. Não se trata de discutir sobre conduta, mas sobre as relações sociais de produção que dão origem a uma determinada cultura. Assumimos a tese marxiana de que a realidade modifica a consciência, portanto, somente a superação da forma de reprodução da vida sexista pode modificar as relações sociais, a cultura e a consciência humana.

2.3.3 “Violentos são os outros”: a desidentificação como caminho para violação do outro

Como síntese do que discutimos durante a seção e frente aos recentes casos de violência brasileira, fazemos introdução a um tema que pode e deve ser mais bem explorado em outras circunstâncias: a criação da figura do inimigo social. O que trazemos aqui são reflexões a partir de Martín-Baró, sem objetivo de promover uma discussão aprofundada – o que nos levaria a outro trabalho.

Diante das discussões propostas por Martín-Baró, entendemos que para abrir espaço à violação do outro é preciso compreendê-lo como inferior, menos humano ou até merecedor da violência sofrida. A relação de poder é um elemento fundamental para explicar o problema da violência. É necessário que este outro não esteja no mesmo patamar daquele que viola, dado

que submeter um semelhante à violência é como supor a própria submissão à violência. Violentos são os outros e por isso posso usar da violência para defender ou atacar se ameaçado. O que ocorre é uma descaracterização do outro como humano, e a sua objetificação permite à pessoa violada que seja destituída de toda indagação acerca das razões do seu comportamento, afinal, o inimigo deve sempre ser combatido.

Os aspectos social e individual estão imbricados aqui. Além destes, há também o aspecto político. Criar inimigos como resposta ao fracasso do capitalismo é um recurso muito eficiente para sua manutenção. Ao se aproximar da ideia de que a economia ou a política vão mal por conta de determinados grupos ou pessoas, a análise da aparência encaminha à defesa da eliminação daqueles e não do sistema.

Ao explicar sobre os efeitos da violência repressiva nas pessoas que a observam, Martín-Baró nos fornece subsídios teóricos para entender o fenômeno de linchamentos públicos que vêm ocorrendo no Brasil²⁴. Quando miramos a realidade e a barbárie a que o Brasil está submetido, fica evidente o que é discutido por Martín-Baró: embora a violência seja uma manifestação individual, sua explicação está na sociedade e na história da qual o indivíduo faz parte. Isto porque são muitos os casos que estarrecem a opinião pública sobre a violência social²⁵ e os grupos vitimados são sempre os mesmos.

Quando o espectador se diferencia e se desidentifica da vítima de violência, facilmente encontra uma justificativa que legitima a violência sofrida pelo outro. O espectador se entende como muito distante daquela situação e se identifica com características opostas àquelas que caracterizam a vítima de violência. Para Martín-Baró (2003), isso abarca uma discussão moral sobre o bom e o mau, sendo este último merecedor de todo tipo de violência.

Como uma espécie de profecia – o que demonstra a cientificidade e atualidade da teorização de Martín-Baró – o autor escreve sobre como a identificação de determinados inimigos é muito presente na prática ideológica capitalista e, embora o texto date da década de 1980, parece ter sido escrito para a realidade brasileira do século XXI. O “subversivo”, o “comunista” e o “guerrilheiro” são personagens eleitos pela extrema-direita a fim de direcionar a responsabilidade pelos males sociais. A fim de justificar a violência ao outro, é preciso que

²⁴ Notícia sobre a morte por espancamento do congolês que vivia no Brasil há 10 anos. Ver em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1723677813850672-moise-mugenyi-foi-espancado-e-morto-no-rio-de-janeiro>

²⁵ Em três semanas foram registradas 12 tentativas de linchamento no Rio de Janeiro, somente no primeiro mês do ano de 2022. Ver em: <https://oglobo.globo.com/rio/tentativas-de-linchamentos-em-praias-do-rio-ja-chegam-12-em-tres-semanas-revela-levantamento-exclusivo-confira-video-25374148>

os traços sejam facilmente identificáveis. É importante a eleição de atributos socialmente puníveis pelos quais a identificação de um grupo seja conduzida.

Nas palavras de Martins e Lacerda Jr. (2018):

A criação do inimigo facilita a desumanização da vítima. Esta converte-se em mero elemento sem singularidade que pertence a um grupo, ou seja, é abstraído de individualidade e humanidade. Seu status social é despersonalizado, desvalorizado e demonizado. (p. 230)

A criação do outro como inimigo cria o “nós” e o “eles”. E esse processo de distanciamento entre opressor e oprimido contribui para a naturalização da violência, como também para sua legitimidade frente a determinados grupos. Além disso, Martins e Lacerda Jr. (2018) explicam que no campo das políticas públicas, a ideia do outro como inimigo incentiva a criação e o fortalecimento de políticas repressivas que têm ampla aceitação por parte dos grupos, os quais que se consideram em uma posição social oposta àqueles que serão reprimidos pela violência estatal e institucional.

A inversão da realidade é um dos mecanismos de operação da ideologia que implica em inverter a relação entre causa e consequência de maneira a justificar a situação posta (Chauí, 1980). A criação do inimigo e a desidentificação com o outro obedecem a essa inversão, porque contribuem para o escamoteamento da realidade enquanto deslocam para os sujeitos a culpa ou responsabilidade por aquilo que vivem. A sociedade e sua estrutura de exploração saem de cena e entram os “baderneiros”, os “subversivos”:

Psicologicamente (...) por ser concebido como fonte de frustrações, o inimigo se torna foco de agressividade e desvia a atenção em relação a outros problemas. Sociologicamente, o inimigo é usado para fortalecer e justificar políticas repressivas, promover solidariedade e coesão interna do grupo e, por fim, orientar a conduta e as crenças de um grupo para certo rumo. Politicamente, o inimigo ajuda a configurar as imagens ideais do que uma sociedade deve fazer e ser, criando uma diferenciação daqueles que estão dentro desse padrão e dos que não estão contribuindo para separar o "nós" dos "outros". Esta ideologização precede e desencadeia diversos atos violentos e serve para elucidar que a violência não é justificável por si mesma e sempre serve a determinados interesses. (Martins & Lacerda Jr, 2014, p. 579)

Se as vítimas são quase sempre os mesmos grupos, é preciso entender o momento em que ocorre a agressão como a última parte de um processo construído e legitimado coletivamente. Se no Brasil contemporâneo morrem mais jovens negros do que jovens brancos, como apresentamos na seção 1 a partir de estatísticas mais recentes, isso se deve, antes de tudo, ao racismo estrutural de uma sociedade com passado recente escravocrata e às consequências deste aspecto concreto na construção da consciência. A violência povoa o imaginário e a prática

dos sujeitos, ao passo que a repulsa a ela é relativizada na medida em que são identificadas as vítimas e autores.

A aceitação da violência contra grupos tidos como minoritários do ponto de vista político – não por coincidência – é uma forma de camuflagem da realidade e de sua desigualdade de classe. Há, na ideologia burguesa, uma espécie de tolerância com a violência, mas somente a depender de onde venha. Quando ameaça a propriedade privada da classe dominante, a violência é tratada como um recurso válido, legítimo para garantia dos privilégios sociais da burguesia. Quando se trata de interesses imperialistas, da invasão militar em países da periferia do capital, a violência aparece como “mal necessário”, como instrumento com vistas a garantir a estabilidade e paz, embora a incoerência seja evidente. No entanto, quando a violência se manifesta em um contexto de enfrentamento às condições sociais injustas e desiguais, é tomada como sinal de barbárie, de falta de civilização. Para Hobsbawm (1998) é fundamental que a sociedade compreenda as diferentes manifestações da violência, no entanto:

Nada é mais difícil para um povo educado numa cultura liberal, com sua crença de que qualquer manifestação de violência é pior do que a não-violência, supondo-se que os demais fatores não variem (coisa que não ocorre). É claro que é pior, mas infelizmente tal generalização moral abstrata não proporciona orientação para os problemas práticos da violência em nossa sociedade. (p. 322)

As significações que constroem a compreensão sobre violência no capitalismo cumprem uma função ideológica importante, pois a legitima para a conservação da sociedade e, ao mesmo tempo, a rejeita como manifestação de recusa e enfrentamento à exploração. Coloca um signo de contradição entre o avanço civilizatório e a violência social, sem considerar que são expressões de um mesmo processo quando se trata de uma sociedade de classes. A divisão da sociedade em classes cria interesses que são irreconciliáveis e destes resulta a luta de classes – natureza de toda violência posterior.

Do exposto, a violência parece um recurso válido e necessário quando obedece às ideias da classe dominante, que a legitima e justifica. Contudo, quando aparece como resposta social à desigualdade – seja no cotidiano ou como violência revolucionária –, então deve ser descartada ou enfrentada com ainda mais violência. Nesse caso, a possibilidade de reconhecimento das violações cotidianas é abafada e a violência social é vista como responsabilidade dos indivíduos.

Sobre a discussão acerca do caráter ideológico da violência, Hobsbawm (1998) escreve em um texto de 1969, que:

Mesmo de uma maneira mais remota, estamos informados da existência, em nossa época, de fenômenos da vasta destruição de massas, concretamente inimagináveis, para

os quais há símbolos adequados (“a bomba”, “Auschwitz” e outros); como também da existência de setores e situações da sociedade em que a violência física é fato comum e que é provável estar crescendo.

Estas são experiências curiosamente irreais e, por isso, torna-se muito difícil compreender a violência como um fenômeno histórico ou social, como o evidencia a extraordinária desvalorização de termos como “agressão” na linguagem psicossociológica popular, ou da palavra “genocídio” em política. As ideias dominantes do pensamento liberal não tornam as coisas mais fáceis, já que adotam uma dicotomia totalmente irreal entre “violência” ou “força física” (má e retrógrada) e “não-violência” ou “força moral” (boa e resultado do progresso) ... Porém, como ocorre com aquele outro produto da moralidade liberal, a afirmação de que a “força nunca resolve nada”, há um momento em que o estímulo para o bem se torna incompatível com a compreensão da realidade – isto é, com a construção de sólidos alicerces para o estímulo a bondade. (Hobsbawm, 1998, p. 318)

Embora o texto seja de 1969, passados mais de cinquenta anos sua argumentação continua atual. A crítica de Hobsbawm à violência como um problema moral põe em destaque a compreensão da violência como um fenômeno abstrato, descolado da realidade social, tal como se a consciência humana fosse um produto da escolha deliberada dos indivíduos, uma escolha entre o bem e o mal. A consciência individual só pode ser explicada a partir da sua relação dialética com a consciência social e todo aparato histórico que a sustenta.

Enquanto a violência estrutural capitalista estiver intocada, permanecerá intocada também a gênese da violência social. Assim, as saídas apresentadas aos problemas capitalistas estarão sempre presas à superfície. Esta superfície encaminha saídas educacionais ou judiciais que não fazem mais do que lidar com as consequências do problema e ainda contribuem com a sua reprodução por meio do escamoteamento da realidade. Os fundamentos teóricos de Vázquez, Pino e Martín-Baró evidenciam dois alicerces da compreensão da violência sem os quais nenhuma construção posterior poderia se sustentar: a violência estrutural e a historicidade. Em uma perspectiva dialética, não há análise científica da violência que possa prescindir dessas categorias. Na ausência da análise materialista-histórica, a violência se torna um fenômeno abstrato.

Ao assumirmos a violência como um processo psicossocial, como proposto por Martín-Baró (1985; 1990; 1998), afirmamos que este é um fenômeno social e psicológico, coletivo e individual. Isto precisamente deve ser de interesse da Psicologia: a relação entre sujeito e sociedade como a unidade que promove desenvolvimento psíquico. A perspectiva psicossocial adotada pelo autor tem como objetivo analisar a violência em sua gênese e desenvolvimento a partir da relação dialética sujeito e sociedade, no processo de constituição do humano no homem como um movimento que encarna as forças sociais nos indivíduos e grupos. Reside aí um desafio imenso à Psicologia: não perder seu objeto em meio a um reducionismo sociológico

ou psicológico dos comportamentos humanos. A defesa da indissociabilidade entre a formação do psiquismo e as condições concretas de vida representam um marco fundamental na compreensão da violência social. Estas serão explicadas a partir da teorização vigotskiana na próxima seção.

2.4 Tecendo algumas considerações: pode haver sociedade sem violência?

Retomamos aqui a nossa pergunta inicial, cuja resposta vem sendo construída com os argumentos teóricos expostos, mas que doravante pode ser mais bem explicada. A partir do que discutimos sobre a relação entre singular-particular-universal na primeira seção, estendemos o debate para as contribuições dos autores tratados nesta seção.

Entendemos que a explicação de Vázquez (2011) sobre a violência nos possibilita compreender sua significação como o polo universal da unidade singular-universal. Dessa maneira, a violência como ato de violar algo com objetivo de forjar o novo é a totalidade a que faz referência às diversas práticas singulares de violência. As expressões singulares de violência, interpessoais, estruturais ou revolucionárias são formas diferentes de exercício do ato de violação. Todas essas formas contêm em sua manifestação singular a materialização da forma universal: a capacidade exclusivamente humana de subjugar a natureza, objeto ou pessoa por meio do emprego intencional da força.

No caso da práxis produtiva, do trabalho, a transformação da natureza também ganha outro caráter que não o da satisfação de necessidades: o de produção e acúmulo de capital, o qual tem levado à destruição ambiental. No campo das relações interpessoais, a violação do outro ganha contornos específicos no capitalismo devido à sua função social de manutenção da propriedade privada e da desigualdade social que dela deriva.

Por isso afirmamos ser a violência um processo histórico e social, não natural e nem individual, mas sim datado historicamente e construído socialmente. A sociedade capitalista produz violência capitalista: do crime, da negligência, da miséria, da morte, do estado, da revolução. Não diz respeito à forma de violar somente – se com um soco ou uma arma nuclear – porque isso é menos importante em relação ao objetivo ou objeto da agressão ou violência. O diverso, a forma singular da violência remonta à prática social, à função e justificativa do seu exercício.

A expressão singular da violência nos mostra sua aparência, isto é, o fato de que alguém matou, violou, bateu e/ou torturou; mas não nos explica as razões dessa conduta tanto a nível individual quanto coletivo. A realização de uma ação violenta ou agressiva é a materialização

mediada da forma universal do fenômeno. É essa mediação que possibilita a concretização do polo universal da relação singular-particular-universal mediada pela particularidade (a sociedade), que possibilita sua realização segundo as condições históricas e sociais de cada tempo.

Nesse sentido, reafirmamos o caráter histórico e social da violência, embora sua expressão seja singular-individual ou grupal. O homem, em sua genericidade, tem a violência como um recurso de conduta, porém, o uso da força física ou a imposição da violência psicológica não se dá de modo apartado das condições históricas e sociais. Como instrumento de ação e como meio para conseguir algo, encontra sua razão e justificativa na organização social.

Do ponto de vista filosófico, adotamos a concepção de Vázquez (2011), pela qual nos é permitido entender o caráter histórico, social e eminentemente humano da violência. A exposição dos autores sobre o aspecto essencial da violência humana nos permite compreendê-la em sua dinâmica e responde a uma pergunta fundamental ao estudo: é possível uma sociedade sem violência? A resposta para esse problema científico e filosófico não pode ser dada plenamente nos marcos deste trabalho, mas entendemos ser possível esboçar um caminho. A resposta pode ser *sim* e *não*. *Não*, a violência (como uso intencional da força para transformação de algo) não vai desaparecer porque compõe a atividade humana e, no sentido exposto por Vázquez, faz parte do trabalho em seu sentido ontológico. Por outro lado, *sim*, vai transformar-se no decorrer do tempo e as formas vividas atualmente podem ser superadas à medida em que as razões que as sustentam também o forem, como no caso da propriedade privada e das desigualdades geradas por ela.

Posto isso, afirmamos desde o início que a violência é uma forma de comportamento humano assumida por pessoas e grupos, cujo conteúdo é construído pela história e pela cultura de uma sociedade. A força e a intencionalidade na sua interposição são humanas, mas a direção e os objetivos só podem ser sociais em virtude de serem construídos nas relações que as pessoas estabelecem a partir de uma determinada forma de reprodução da vida. Da mesma forma que é necessário enfrentar a naturalização da violência e sua atribuição ao psiquismo humano, é preciso superar concepções que romantizam a construção da sociedade socialista, justa e igualitária. Afirmar que toda forma de conflito e de violência será extirpada da sociedade, é cair no mesmo problema das concepções idealistas e a-históricas: tomar o problema como fenômeno divorciado da relação entre os seres humanos e a sociedade.

SEÇÃO 3- TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL, DESENVOLVIMENTO E VIOLÊNCIA

Na primeira seção, apresentamos os fundamentos teórico-metodológicos que revelam a violência estrutural e sua expressão social para além das aparências de um desvio individual ou de grupos a ser corrigido pelo Estado burguês via educação, tratamentos clínicos e, sobretudo, políticas públicas sociais. Após traçada a relação essencial entre a violência estrutural e as formas de violência vividas cotidianamente, resgatamos as contribuições de Martín-Baró para uma explicação psicossocial da violência, justificada pela importante teorização do autor sobre o tema. Ainda, resgatar Martín-Baró neste momento é também reivindicar a necessária implicação política da Psicologia, bem como reconhecer a secular história de violações sofridas pelos países da periferia do capital. No momento em que o Brasil vive o aumento da pobreza e da miséria, é urgente que os fatos e fenômenos que tanto incomodam a sociedade sejam postos em sua relação com a destrutividade própria ao capitalismo. Martín-Baró é um autor que colocou essas violações em relevo, de modo com que sua teorização contribui para revelá-las também no Brasil.

Todavia, é necessário explicar de modo mais detido como um fenômeno social se encarna como individual. Assim, na presente seção temos por objetivo explicar a violência como um comportamento humano de natureza histórica e social segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural. Entendemos que a essência daquilo que se apresenta enquanto atributo individual reside no reconhecimento da luta de classes e das múltiplas determinações que esta produz na constituição da subjetividade, posto que para a teoria eleita a formação humana é indissociável das condições históricas e sociais de cada tempo. Dessa forma, interessa à Psicologia, ao lado das investigações de ordem histórica e material, a dimensão subjetiva que acompanha tais processos, quer seja a violência como recurso nas relações entre as pessoas.

A Teoria Histórico-Cultural se desenvolveu no seio da Revolução Russa e a partir da situação de crise em que se encontrava a Psicologia no início do século XX. As críticas feitas às elaborações teóricas da época se davam em torno da sua insuficiência na explicação da consciência humana: ora por tratá-la de forma muito simples, voltada a uma tendência biologicista; ora por concebê-la de maneira idealista. Era preciso “(...) realizar o estudo psicológico concreto da consciência como realidade concreta” (Vigotski citado por Leontiev, 2004, p. 435).

Em nosso trabalho anterior, quando iniciamos a pesquisa de mestrado sobre as contribuições da THC para o enfrentamento à violência nas escolas, buscamos textos de Vigotski que versassem sobre violência e/ou agressividade. Na ocasião encontramos pouquíssimo material. O tema é tangenciado em *Introdução à versão russa do livro de K. Bühler “Ensaio sobre o desenvolvimento espiritual da criança”* (1930/1991), quando o autor critica a teorização da autora sobre a criminalidade como um problema hereditário; no texto *Moral Insanity* (1997), no qual o autor escreve sobre crianças com deficiência moral, expressão esta que inclui delinquência e condutas a-sociais; e em *Fascismo em Neuropsicologia* (1934/2020), quando expõe a psicologia alemã da época como lugar de reprodução dos ideais fascistas no campo do desenvolvimento humano.

Nestas três obras, a crítica de Vigotski é direcionada ao biologicismo que fundamentava as explicações sobre criminalidade, formação moral e eugenia, respectivamente resultado de um aporte metodológico ao qual se sustenta uma explicação sobre o desenvolvimento humano que comunga com a sociedade de classes porque a naturaliza. O autor também acena para o tema no texto *Quarta aula: a questão do meio* (2018), obra na qual explica sobre o conceito de vivência a partir do caso de uma mãe alcoolista que é violenta com seus filhos. Neste texto, Vigotski (2018) faz enfrentamento às concepções materialistas mecanicistas que tomam o ambiente como fator absoluto no desenvolvimento psíquico e apresenta a vivência como sua unidade mínima de análise.

Durante a pesquisa por textos vigotskianos que subsidiassem as discussões aqui empreendidas, nos perguntávamos por que o autor e seu grupo não discutiram o tema abertamente, já que a violência social também era um problema do seu momento histórico e da sociedade russa e soviética. Inicialmente tínhamos algumas hipóteses, até entendermos que estávamos fazendo a pergunta errada. A resposta ao nosso problema não estava ausente das obras, mas contida nos conceitos fundamentais que explicam a natureza histórica e social do psiquismo. Vigotski apresentou, ao longo do seu trabalho criativo, as leis gerais do desenvolvimento humano e, uma vez postas estas leis, se faz possível ter a chave para a análise de objetos específicos, como no caso da violência. Vigotski apresenta uma proposta à Psicologia Geral, e a partir dos seus postulados é possível responder a problemas específicos.

Frente ao exposto, é necessário resgatar elementos teóricos para uma Psicologia que responda à compreensão do que leva os sujeitos a se tornarem violentos. Desde a THC, com ênfase nos estudos vigotskianos, entendemos que isso é possível e constitui-se o propósito deste capítulo. Deste modo, sob a tese central da formação social do psiquismo, trataremos da relação indissociável entre psiquismo, a objetividade da vida e a possibilidade para a violência.

O início dos anos 20 do século XXI marca o centenário do desenvolvimento da PHC. Diante disso, poderíamos nos perguntar a razão de estudarmos os pressupostos teórico-metodológicos postulados por A. R. Luria (1902-1977), A.N. Leontiev (1903-1979) e L. S. Vigotski (1896–1934). Os autores pesquisavam em uma época completamente diferente da nossa, sob a promessa de construção de um mundo novo e justo socialmente.

Vigotski, a quem Luria (2012) atribuiu a liderança teórica e metodológica na constituição da Teoria Histórico-Cultural, nasceu no ano de 1896 na cidade de Orsha, na Bielorrússia, teve sua vida e obra profundamente marcada pelo período histórico do qual fez parte. A Europa vivia um momento de intensa movimentação política e intelectual orientado pela busca por explicações para a realidade capitalista, uma vez que esta já se mostrava extremamente destrutiva à vida do trabalhador e organização das cidades. Além disso, muitos acontecimentos históricos construíram o início do século XX. Em 1914, tem início a Primeira Guerra Mundial com término somente ao final do ano de 1918, tendo como resultado profundas consequências em toda formação política e econômica mundial. É neste contexto que a Revolução Russa – que já vinha sendo desenhada – se consolida com o Partido Bolchevique sob liderança de Lênin em outubro de 1917. Vigotski tinha 21 anos quando a Revolução Russa se consolidou; fato este que, como explica Leontiev (2004), foi determinante na produção teórica do autor.

Além da transformação social e política vivida naquele período, havia também um intenso desenvolvimento da Psicologia científica na Europa e Estados Unidos. Em 1879, pouco antes do nascimento de Vigotski, a Psicologia começava a ser reconhecida como ciência a partir da criação do primeiro laboratório de Psicologia na Alemanha, sob a condução de Wilhem Wundt (1832-1920). Os próximos anos foram de grande inquietação quanto à constituição da psicologia científica e de questionamentos acerca da sua aplicação prática, o que conduziu à elaboração de diversas teorias que buscavam definir a Psicologia como uma ciência e explicar a formação da consciência e/ou comportamento humanos. É com estas teorias formuladas ao final do século XIX e início do século XX, que Vigotski passa a debater, como bem evidencia seus textos, sobre a crise da Psicologia.

O momento histórico e contexto social vividos por Vigotski eram marcados pela importância e necessidade de criação do novo: uma nova ciência e uma nova sociedade. Havia urgência na criação de uma psicologia soviética que respondesse aos problemas da nova sociedade socialista, e fosse capaz de compreender a consciência superando as teorias idealistas e mecanicistas que até então caracterizavam a psicologia científica. A construção da nova psicologia seria uma tarefa histórica própria daquele momento de radicais mudanças sociais, e

uma demanda social urgente de respostas práticas a problemas concretos apresentados pela Rússia dos anos de 1920. (Luria, 2012)

Em 11 de junho de 1934, aos 37 anos, Vigotski morreu de tuberculose, doença esta, que segundo Prestes (2014), era muito comum em sua época e vitimou outras pessoas de sua família. Na sua última década de vida, as produções teóricas avançaram em ritmo acelerado. Em entrevista à Prestes (2010), Vigodskiaia contou que seu pai parecia saber mais do que qualquer outra pessoa sobre a gravidade de sua doença; por isso produzia tão intensamente. Prestes (2014) afirma que os períodos de crise da doença – diagnosticada em 1921 – coincidem com os momentos de maior produção intelectual de Vigotski. Para a autora, ele temia a possibilidade de não conseguir registrar tudo o que havia desenvolvido.

A nova sociedade tida por Vigotski como horizonte em sua vida e suas produções não se concretizaram como parecia possível à época. Embora a Rússia tenha alcançado um patamar de desenvolvimento econômico e político muito melhor do que se tinha antes da Revolução e tenha rivalizado com os Estados Unidos, o movimento internacional necessário ao fim do capitalismo não se consolidou. Os problemas sociais decorrentes dele permaneceram e se agudizaram, principalmente nos países que ocupam a periferia desse sistema, como o aumento da violência, da desigualdade social e da pobreza, precarização dos serviços públicos, entre outros. A Psicologia Histórico-Cultural é uma teoria atual, vigorosa e fecunda por seu método de análise, mas também porque os problemas que a fizeram nascer continuam vivos no século XXI, fazendo avançar o capitalismo em toda sua destrutividade.

A atualidade desta teoria reside também no enfrentamento a outras teorias, as quais concebem o desenvolvimento psíquico apartado das condições concretas que o constituem e lhe conferem sustentação. Ao contrário de outras teorias que tratam dos aspectos sociais no desenvolvimento psicológico como elementos de interação ou influência, a THC postula a formação humana como imbricada na apropriação da cultura. As relações sociais formam o ser humano e instituem seu psiquismo.

Seguimos buscando resposta de cunho explicativo a partir da PHC por que, além do vigor teórico-metodológico para responder aos problemas capitalistas que avançam, tem declarado um caráter político-científico em tempos de negação da política e da ciência. Devido à orientação marxista inalienável da THC, outra justificava movimenta a importância e atualidade da teoria: a orientação revolucionária em meio à naturalização da barbárie.

3.1 O desenvolvimento psíquico e a formação da personalidade: a trajetória para a liberdade

“Uma grande imagem do desenvolvimento da personalidade: [é] um caminho para a liberdade.”

(Vigotski citado por Zavershneva, 2016)

Em um conjunto de anotações²⁶ recentemente cedido pela família de Vigotski para tradução e publicação, o autor faz referência à personalidade como uma construção para a liberdade. A afirmação de Vigotski não é somente filosófica, mas também resultado do desenvolvimento cultural: a determinação racional da vontade e a possibilidade humana de agir livremente. No mesmo parágrafo, Vigotski declara que o problema central de toda Psicologia é a liberdade, ou seja, explicar como o ser humano passa a atuar conscientemente a partir de uma determinada imagem psíquica da realidade (Zavershneva, 2016).

Ao trazermos como epígrafe desta seção uma elaboração já bem-acabada sobre a personalidade e o papel da Psicologia, estamos com isso iniciando pelo final, isto é, pelo resultado do desenvolvimento cultural do psiquismo humano. Vigotski (2004b) nos conta que a PHC foi acusada de não dar atenção devida à personalidade e até mesmo esquecer-se dela em suas teorizações e experimentos. A estas críticas, ele respondeu que a explicação da personalidade esteve presente todas as vezes nas quais versava sobre as funções psicológicas superiores (FPS).

Quando Vigotski (2004b) diz que ao explicar o desenvolvimento das FPS está com isso explicando coisas simples por meio de complexas (personalidade), o autor afirma a máxima marxiana de que uma chave para a compreensão do macaco é o homem (e não o contrário). Se o autodomínio da conduta é o que diferencia a atividade humana dos outros animais no mundo, é o processo de construção da autodeterminação e da ação consciente que precisa ser explicado, para então ser explicada também a personalidade – não como pressuposto da existência humana, mas como resultado do desenvolvimento cultural da pessoa em sua vida concreta. Segundo Vigotski e Leontiev (2021), o estudo da PHC “(...) consiste no reconhecimento do desenvolvimento *histórico* da personalidade humana e de suas funções *psicológicas*” (p. 115. Grifos dos autores). Inclusive, é essa trajetória teórico-metodológica que dá nome à teoria

²⁶ As anotações nas quais este trecho aparece datam de 1932, período em que a THC já estava bem desenvolvida conceitualmente e por isso o acesso a estes trabalhos, ainda que em forma de notas, é tão importante à compreensão contemporânea da THC.

vigotskiana, posto ser uma teoria do desenvolvimento histórico e cultural das funções psicológicas superiores.

Tendo em vista explicar o processo de formação do psiquismo humano e como a violência se constrói enquanto um comportamento possível, se faz necessário explicar a história do desenvolvimento cultural. A historicidade consiste em um pressuposto teórico-metodológico na teoria vigotskiana, o qual orienta a investigação da formação psíquica a partir das noções de movimento e transformação. Segundo Vygotski (1996), o psicólogo genético entende a explicação histórica como a melhor de todas, pois concebe o objeto em investigação como um processo que tem gênese e desenvolvimento.

Com a finalidade de explicar a história da formação das condutas superiores, é preciso começar pela sua gênese, ou seja, as funções psíquicas elementares. Estas são “(...) como uma capacidade ou propriedade de ação de que dispõe nosso psiquismo no processo de captação da realidade objetiva” (Pasqualini, 2016, p. 70). Tal capacidade de captar a realidade não obedece às mesmas leis durante todo o curso de desenvolvimento. Como elementares são entendidos os atributos naturais próprios da espécie humana, que orientam a apropriação do mundo nos primeiros anos sem que haja intencionalidade ou lógica nessa captação.

Já as funções psicológicas superiores são formações artificiais, forjadas na e pela apropriação dos signos culturais, sendo a palavra o principal signo de mediação entre o indivíduo e seus pares. Essas funções tidas como formas superiores de conduta permitem ao ser humano uma relação consciente e voluntária com o mundo e suas relações. São funções tipicamente humanas que só podem se desenvolver a partir da vida em sociedade, na relação com o outro. Há uma diferença radical entre as duas formas de comportamento, algo que os pesquisadores contemporâneos a Vygotski já tinham observado, faltava explicar no que radicava essa diferença e qual a relação entre elas.

As primeiras investigações da THC partem desse problema: desvelar a gênese e o desenvolvimento das FPS. Como resultado desse trabalho, Vygotski (1996; 1995; 2004b) postula a lei genética geral de desenvolvimento cultural:

Podemos formular a lei genética do desenvolvimento cultural da criança do seguinte modo: toda função do desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos; primeiro no plano social e depois no psicológico, a princípio entre os homens como uma categoria intersíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica (...) Por trás de todas as funções superiores e suas relações se encontram geneticamente as relações sociais, as autênticas relações humanas (Vygotski, 1995, p. 150. Tradução nossa)

A lei genética geral posta por Vygotski (1995) evidencia a constituição da subjetividade como indissociável da realidade concreta e da intersubjetividade. Por este viés, as funções psíquicas superiores são relações sociais interiorizadas, ou seja, primeiro foram compartilhadas coletivamente e mais tarde, no curso do desenvolvimento cultural ontogenético, vieram a tornar-se funções singulares, constitutivas da personalidade. Esse processo de traslado ao interior das funções psicológicas superiores só pode ocorrer a partir da apropriação de signos e atividades necessariamente mediados pelo outro. Nesse sentido, Vygotski (2000) afirma, segundo os pressupostos teóricos da PHC, que “o individual, o pessoal – não é ‘contra’, mas uma forma superior de sociabilidade” (p. 27); fato que reorienta toda explicação sobre o psiquismo dada pela Psicologia até então.

Ao explicar esse processo, Vygotski cita Marx, para quem: “no princípio, o homem olha para outro homem como se fosse um espelho. Somente no caso de o indivíduo Pedro considerar o indivíduo Paulo como semelhante a si, começará Pedro a tratar a si mesmo como um ser humano” (Marx citado por Vygotski, 1996, pp. 228-229). Todo desenvolvimento psíquico é resultado da divisão em dois das funções anteriormente fusionadas em uma só pessoa. Pedro passa a entender-se como ser humano porque Paulo compartilha sua humanidade com ele, e então passa a usar consigo as formas de relação que antes eram direcionadas a si. Isto é o que Vygotski (2000) apresenta como *homo duplex*, o postulado de que por trás de todas as funções superiores estão as relações sociais.

Tomemos como exemplo o desenvolvimento da atenção para melhor compreensão desse processo. Como função elementar, a atenção é difusa, se orienta pelos estímulos externos, tudo o que ocorre no ambiente da criança chama sua atenção e orienta seu comportamento. As relações que estabelece com seus cuidadores está repleta de momentos em que sua atenção é direcionada para um objeto ou a uma pessoa, e isso ocorre principalmente por meio da linguagem.

Quando o adulto fala “*olhe para cá*”, ele orienta e conduz a atenção do bebê ou da criança por meio da linguagem. Este é o signo que faz a mediação entre a forma elementar e difusa da atenção e a sua forma voluntária, que por sua vez, está desenvolvida no adulto. A atenção voluntária é compartilhada pelo adulto com a criança a cada vez que este orienta externamente a sua atenção. Ao longo do desenvolvimento, porque essa forma de comportamento é exigida socialmente, a função que era fusionada em um passa a ser duplicada e se constitui como órgão da individualidade da criança. Se antes essa relação era externa, pois o adulto orientava a atenção da criança por meio da linguagem, em um segundo momento a criança adota com os adultos as formas de relação que estes estabeleciam com ela e, por fim, a

criança aplica para si as mesmas formas de conduta que os adultos outrora estabeleceram com ela. Ocorre assim a progressiva internalização das ações e comportamentos no contexto das relações sociais. A orientação antes externa passa agora a ser interna, de domínio voluntário da criança.

E o que provoca esse traslado das funções superiores do meio interpessoal para o intrapsíquico? Vygotski (1995) explica que a essência no desenvolvimento cultural está na colisão entre as formas primitivas e culturais do comportamento. Quando as primeiras se mostram insuficientes frente às exigências do meio, o emprego dos signos possibilita a construção de vias colaterais de desenvolvimento e a constituição de nexos cada vez mais complexos entre as funções psicológicas, resultando em uma ativa adaptação ao meio exterior. Neste processo de desenvolvimento cultural das funções superiores, Vygotski (1996; 2000) imprime a noção de drama e explica que o desenvolvimento cultural da criança só é possível a partir concepção de conflito.

A gênese da personalidade²⁷ só pode ser entendida em termos de drama. Vygotski (2000) explica que o processo de construção da personalidade só pode existir no contato com o outro e, a partir deste contato, tem-se o desenvolvimento das FPS. A interiorização das funções sociais como funções da personalidade se dá a partir do conflito entre velhas e novas formas de desenvolvimento. Sem conflito e sem contradição não há desenvolvimento.

Essa é a primeira acepção de drama na obra de Vygotski (1995) para tratar do desenvolvimento psíquico. A noção de que o desenvolvimento é um processo vivo que se forma em um curso dramático “(...) de choque entre o natural e o histórico, o primitivo e o cultural, o orgânico e o social” (p.303). A formação da personalidade, portanto, não obedece a um percurso linear e harmônico, ela se faz em meio a conflitos e crises, sendo esta a sua condição de desenvolvimento. Ao postular a contradição como condição de desenvolvimento, Vygotski enfrenta um problema do seu tempo e outro do nosso: a concepção maturacional de desenvolvimento humano que coloca o sujeito como passivo diante da cultura e da hereditariedade, e os processos de patologização e medicalização da infância que presos a um ideal de desenvolvimento harmônico, excluem e penalizam crianças e adolescentes. O

²⁷ Barroco e Franco (2013) definem a construção da personalidade como “(...) o resultado do desenvolvimento ontogênico natural, social e psíquico no ser humano, da relação entre o interno e o externo, entre o objetivo e o subjetivo, o herdado, o adquirido e o aprendido” (p. 13). Afirmam ainda que a personalidade diz respeito a uma organização de formações psicológicas que caracterizam a maneira como o sujeito se relaciona consigo e com os outros. Nesse sentido, a personalidade é resultado da totalidade do desenvolvimento humano, a compreender as dimensões biológica, psíquica e social como uma síntese singular do desenvolvimento cultural. Ao estudar esses processos psíquicos, temos a compreensão do homem singular “(...) o que faz, pensa e sente, e é neste plano que nos deparamos com a personalidade” (Martins, 2004, p. 84). Nas palavras de Vygotski (1996, p. 231. Grifo nosso) “personalidade não é outra coisa senão a autoconsciência do homem”.

desenvolvimento precisa ser provocado e essa é a principal conclusão a partir da ideia de choque e colisão como motores ao desenvolvimento psíquico.

Outro aspecto fundamental ao entendimento do psiquismo é a relação entre as funções elementares e superiores, pois, ao esclarecer a natureza dessa relação, fica esclarecida também a maneira como os autores compreendem o papel da biologia no desenvolvimento psicológico. Inicialmente, com o objetivo de se diferenciarem das teorias idealistas e mecanicistas da época, Leontiev e Vigotski acabaram por destacar mais as diferenças do que as similaridades entre as funções elementares e superiores, situação que levou à interpretação de que as condições biológicas não exerceriam nenhum papel no psiquismo (Vigotski & Leontiev, 2020).

Desta maneira, Leontiev (2004) esclarece que “O processo cultural é o natural convertido em mediato através de instrumentos e meios auxiliares psíquicos específicos” (p. 440). Veresov (2021) sintetiza a explicação vigotskiana da seguinte forma:

(...) Vygotsky explica as relações de funções psicológicas superiores e inferiores e dá a resposta clara: funções psicológicas superiores são sistemas funcionais especiais ‘que não são uma continuação direta ou desenvolvimento de uma função elementar, mas representam um todo no qual as funções psicológicas elementares existem como uma das instâncias que compõem o todo’ (Vygotsky, 2005, p. 13). As funções inferiores, é claro, estão envolvidas como componentes integrais das superiores. No entanto, as funções inferiores em nenhum caso determinam a composição de uma função superior devido ao fato de que estas têm natureza e origem diferentes. Além disso, tendo-se tornado uma instância na composição de um novo todo, as funções elementares começam a funcionar de acordo com as leis deste novo todo. (p. 3. Tradução nossa)

As funções superiores superam as funções elementares por incorporação, são neoformações que se constituem a partir das funções elementares. Essa é uma lógica expressa pelo materialismo histórico-dialético para a explicação do surgimento do novo em qualquer que seja a circunstância. A criação ou o surgimento do novo não implica em anulação ou destruição do anterior, mas em sua incorporação subordinada. A história do desenvolvimento mostra que as funções superiores não estão dadas nas elementares, mas são forjadas pela cultura a partir delas. A atenção involuntária ou o pensamento prático não deixam de existir, e sim integram-se e são subordinadas às novas formações culturais.

Essa é a concepção vigotskiana sobre o papel da biologia no desenvolvimento psíquico. Não se trata de opor o biológico ao social, e sim de posicioná-lo como subsidiário do desenvolvimento cultural, pois toda aquisição cultural se faz a partir do aparato biológico. Aqui encontramos a tese antibiologicista de Vigotski não na negação do papel da biologia no desenvolvimento da personalidade, mas no seu reposicionamento.

A pesquisa feita com gêmeos para verificar o papel da hereditariedade no desenvolvimento psíquico revelou que as funções psicológicas superiores têm menor influência dos fatores hereditários, enquanto as funções elementares têm maior proximidade com as determinações genéticas. Quanto maior o caminho de desenvolvimento da função, assevera o autor, maior seu distanciamento das condições hereditárias; como por exemplo as convicções éticas e a visão de mundo, que guardam pouca ou nenhuma relação com as condições biológicas. Essa é a primeira lei: a hereditariedade guarda diferentes relações com os comportamentos simples e complexos (Vigotski, 2018).

A segunda lei refere-se ao fato de que as funções elementares têm seu destino e caráter determinados em maior grau pela herança genética. Ainda, afirma que a relação de influência com as funções superiores é de condição para seu desenvolvimento, origem para desenvolvimento posterior. Entretanto, o desenvolvimento das funções superiores não resulta de um movimento gradual de transformação, mas sim uma ruptura com as formas anteriores, elementares.

A terceira lei sobre a relação entre hereditariedade e desenvolvimento postula que o papel da hereditariedade muda, seu peso sofre variação ao longo do curso do desenvolvimento infantil. A conclusão de Vigotski (2018) disto é que à medida que o novo se constrói no desenvolvimento humano, o papel da hereditariedade se altera e não pode, portanto, ser considerado constante, tampouco permanente. Podemos afirmar, com isso, que nem mesmo as condições hereditárias se produzem de forma absoluta, como uma realização prévia. Depreende daí a quarta lei, a estabelecer que não há uma definição sumária das influências hereditárias que seja generalizável para todas as idades e aspectos do desenvolvimento.

Como conclusão geral da pesquisa, Vigotski (2018) apresenta a concepção de que o “(...) desenvolvimento contém sempre, numa unidade, aspectos hereditários e do meio” (p. 72). No entanto, essa unidade é variável, se modifica ao longo do desenvolvimento infantil e por mais que a cultura promova desenvolvimento, a influência hereditária nunca chega a zero.

Considerando estas leis, podemos indagar: O comportamento violento pode ser explicado a partir de concepções hereditárias ou instintivas? A essa pergunta respondemos não. O comportamento violento não é resultado de uma determinada organização genética, não há uma pré-disposição à violência. Considerando que a violência é sempre uma relação, como expusemos na primeira seção, a sua expressão requer a construção de justificativas e legitimidade social para que possa se manifestar. Isso é resultado de um longo caminho de uma construção social. Tal como abordamos nas outras seções, a violação sempre segue uma direção, uma orientação, que como mostram os dados de violência no país, não é aleatória.

O problema discutido por Vigotski (1991; 2004b; 2018) sobre a confusão entre a biologia e o social se revela como um problema metodológico, teórico e social. O primeiro problema contempla a análise do complexo pelo simples, ou seja, a tentativa de explicar o comportamento humano complexo a partir da organização e funcionamento do comportamento elementar. O segundo problema, desta vez no campo do desenvolvimento teórico da Psicologia, reduz o campo social ao biológico e encobre as determinações históricas e sociais do desenvolvimento humano, como consequência disso não explica o desenvolvimento da consciência e da personalidade. Por fim, conduz (ou é conduzido) a um problema de ordem social à medida que falseia a realidade. Por consequência, torna inócuo o trabalho do psicólogo. Afirmar que um comportamento social, como a violência, é resultado de uma pré-disposição genética ou instintos agressivos cumpre uma função política muito importante: escamotear a realidade social e as condições que compõem e orientam o comportamento violento.

Outro aspecto importante para a compreensão da formação das funções superiores que está alinhada à lógica de subordinação das funções elementares é a explicação sistêmica da consciência, desenvolvida somente mais tarde no sistema de conceitos dos autores. Em suas investigações, Vigotski primeiro pesquisou cada uma das funções superiores em seu processo de desenvolvimento social, para somente mais tarde, a partir da década de 1930, compreendê-las como um sistema interfuncional.

Segundo Vigotski (2004b) – e o autor apresenta essa explicação como uma convicção fundamental –, as transformações ocorridas nas formas superiores de comportamento não se dão tanto no interior das funções, mas nas relações que estabelecem em cada período do desenvolvimento em virtude da atividade principal. Em suma, “(...) em uma determinada fase do desenvolvimento aparecem novas sínteses, novas funções cruciais, novas formas de conexões, e que devemos nos interessar pelos sistemas e pela finalidade dos sistemas” (p. 135).

Para explicar esse processo, o autor apresenta como principal regularidade no desenvolvimento das funções o fato de que ao longo do desenvolvimento psíquico se alteram os nexos e as relações entre as funções psicológicas, formando, em cada período do desenvolvimento, um novo sistema de relações. No curso do desenvolvimento psíquico da criança, as FPS não se desenvolvem todas ao mesmo tempo ou da mesma maneira, elas se movimentam e se organizam em razão da atividade principal (Vigotski, 2004b; 2018).

O desenvolvimento dos sistemas psicológicos nos mostra que o psiquismo se constitui a partir da atividade da criança no mundo e sua exigência de desenvolvimento frente à necessidade de adaptação – algo cada vez mais complexo ao meio e suas tarefas. No início do desenvolvimento, as funções psicológicas não são diferenciadas na consciência, não é possível

reconhecê-las de maneira independente, embora façam parte do psiquismo ainda primitivo do recém-nascido e do bebê (Vigotski, 2018). A trajetória que se segue é de diferenciação da função – que é predominante na atividade da criança em determinado período do desenvolvimento –, subordinação das demais funções e reorganização das relações entre elas, formando um novo sistema psicológico agora regido pela função dominante. Vigotski (2004b) define sistema psicológico como o aparecimento dessas novas e mutáveis relações nas quais se situam as funções psíquicas. Em cada período do desenvolvimento, em razão da atividade principal, um novo sistema se organiza.

A primeira função a se diferenciar e a se desenvolver é a percepção afetiva que subordina a si todas as outras funções elementares, ou seja, neste sistema psicológico a percepção organiza o desenvolvimento psíquico e é referência no desenvolvimento das outras funções. Por exemplo, o pensamento é concreto-visual, voltado para a ação prática; e a memória é dependente da experiência concreta, se assenta apenas no reconhecimento dos objetos e das pessoas sem resgatar nada sobre si. A percepção ocupa um lugar hierarquicamente superior na consciência e determina todo seu funcionamento, até que a próxima função se diferencie e forme um novo sistema de relações a partir de si (Vigotski, 1996; 2018). A segunda função a dominar a organização psíquica é a memória, todavia, não vamos nos dedicar à sua explicação porque nosso interesse está na lógica de constituição dos sistemas psicológicos e não em detalhar a organização e funcionamento de todos eles.

A síntese desse processo de desenvolvimento se dá na adolescência. Vygotski (1996) esclarece que esse processo não é explicado pela idade ou pelo amadurecimento. A adolescência é marcada pelo desenvolvimento do pensamento por conceitos e essa conquista conduz a uma viragem no desenvolvimento psíquico, pois todas as funções se reorganizam a partir do pensamento e se intelectualizam, com vistas a formar um novo sistema psicológico.

Na idade de transição a percepção, a memória, a atenção e a ação não constituem um conjunto de funções depositadas em um recipiente com água, nem uma série de processos isolados, mas um sistema especial, interiormente coerente que, em sua evolução, se subordina a uma lei única que provém da função diretora central – a função de formação de conceitos. (Vygotski, 1996, p. 166. Tradução nossa)

O pensamento por conceitos²⁸ possibilita ao adolescente compreender a realidade para além das suas relações imediatamente percebidas ou vividas. Ainda, enriquece profundamente

²⁸ Os conceitos a que Vigotski faz referência na adolescência são os conceitos científicos. Estes só são desenvolvidos com instrução; enquanto os conceitos espontâneos – próprios do desenvolvimento infantil e pré-adolescente – são desenvolvidos a partir da experiência concreta. É preciso ter cuidado para não identificar conceitos espontâneos como violentos e científicos com emancipados, pois isso levaria a uma concepção de que a escolarização é suficiente ao enfrentamento da violência social e estrutural.

a sua relação com o mundo e consigo mesmo porque é em virtude do pensamento conceitual “(...) que se pode conhecer toda a realidade exterior e todo sistema de vivências internas” (Vygotski, 1996, p. 172). A memória, percepção, ação e a atenção são forjadas como lógicas e voluntárias. Isso significa que o adolescente pode passar a reger o próprio comportamento de maneira mais consciente, a partir da sua vontade e não mais orientado por estímulos externos. Como expressão do exposto, Vygotski (1996) afirma que enquanto na memória natural algo se memoriza, na memória cultural, com a ajuda dos signos, o homem memoriza algo e esse fato muda toda relação da pessoa com o meio e consigo.

O pensamento por conceitos é tomado com destaque por Vigotski porque reorganiza todo desenvolvimento psíquico na idade de transição. Como dito por nós anteriormente, em cada período do desenvolvimento uma neoformação psíquica se constitui – processo que permite à criança lidar de maneira diferente com os fatos e fenômenos da sua vida, o que define o papel do meio na formação psíquica. Segundo Vigotski (2018):

Em diferentes etapas do desenvolvimento, a criança não apresenta uma correspondência totalmente adequada às ideias de um adulto. Isto significa que, em diferentes etapas do desenvolvimento, ela generaliza de formas diferenciadas e, conseqüentemente, atribui sentidos de forma diferente à realidade e ao meio circundante. Em consequência, o desenvolvimento do pensamento e da generalização infantil também está ligado à influência do meio sobre a criança. (p. 82)

Isso significa afirmar que o papel do meio no desenvolvimento não é absoluto, mas relativo à capacidade da criança em compreendê-lo e dar a ele um significado. Tal processo determina e é determinado pela história do desenvolvimento das FPS. Como a criança pode dar significado àquilo que vive? Principalmente por meio da linguagem e da apropriação do sistema de conceitos construídos socialmente (Vigotski, 2018).

Durante as investigações, ficou evidente que a formação da consciência é mediada não tanto pelo caráter objetivo da interposição dos signos, mas sobretudo pelo seu significado, a ser desenvolvido no curso do desenvolvimento psíquico. A título de esclarecimento, recorremos a Vigotski (2018, p. 81), para quem “(...) o significado da palavra representa sempre, do ponto de vista psicológico, uma generalização (...) ela não se refere a um objeto único, mas uma classe conhecida e a um grupo de objetos”. Somente o ser humano refrata a realidade a partir de um processo de significação que se orienta das formas mais simples às mais complexas, sempre mediada por conceitos.

As condutas são, nesse sentido, sempre orientadas por uma determinada significação da realidade, que por sua vez, é construída por meio da vivência de uma situação social. Em cada período do desenvolvimento uma neoformação se desenvolve e possibilita uma relação da

criança com a realidade concreta, completamente diferente do que havia antes. A experiência de uma situação de violência vai ser refratada pela criança de maneira diferente, a depender do seu período de desenvolvimento, pois nele estão compreendidas sua idade e condição de desenvolvimento da consciência. A refração da situação de desenvolvimento constrói a situação social de desenvolvimento que movimenta todo psiquismo (Veresov, 2016; Delari Jr., 2020). Por enquanto, nós somente elucidamos o conceito de vivência dentro da lógica de desenvolvimento cultural, mas dada sua importância ao nosso tema vamos discuti-lo adequadamente no próximo tópico.

Essa neoformação regida pelo pensamento conceitual é a forma mais complexa de contato com a realidade e consigo, é o patamar mais elevado do desenvolvimento cultural. O pensamento por conceito forja um sistema psíquico intelectualizado devido ao desenvolvimento da palavra enquanto portadora de um conceito. A revolução causada na atenção, memória, percepção e ação evidenciam que as funções superiores se constituem enquanto relações complexas de funções psicológicas e a mediação dos signos. Contudo, o essencial nesse processo não é tanto o desenvolvimento de um sistema ou outro, e sim como ele se realiza na vida concreta de cada pessoa.

O que deve interessar à Psicologia, depois de compreender o processo de desenvolvimento das FPS, é como os indivíduos se valem de suas funções, porque é decisivo o papel desempenhado por elas na personalidade, na via concreta da pessoa que encarna tais funções (Vigotski, 2000; 2004b; Leontiev, 2004). Não é tanto o desenvolvimento do pensamento conceitual, apropriação de inúmeras teorias científicas etc., mas como usa dessas ideias e concepções na sua vida, que podem tanto referendar como rechaçar a violência na relação com o outro. É preciso trazer a pessoa ao centro da discussão do desenvolvimento cultural e não somente as suas funções. As funções psicológicas são funções da personalidade e só podem ser corretamente compreendidas quando circunscritas à vida concreta. O psiquismo sozinho não explica as condutas, o que as explica é sua relação dialética com a vida concreta, suas contradições e conflitos.

Não se trata, portanto, de perguntar se a violência é resultado do pensamento ou do sentimento – pergunta equivocada para PHC se considerarmos o psiquismo como unidade cognitivo-afetiva –, mas qual o papel do pensamento ou dos sentimentos na personalidade de alguém que é violento. A violência, apesar de ser uma forma de comportamento destrutiva, não tem leis de desenvolvimento diferentes do comportamento solidário, por exemplo. É evidente que são comportamentos radicalmente distintos, mas as leis que regem a formação psíquica do homem são as mesmas em um e outro caso. O que os difere? A vivência que cada sujeito teve

das experiências solidárias ou violentas apresentadas no curso do seu desenvolvimento, como pode significá-las a partir da experiência social compartilhada.

As investigações empreendidas por Vigotski, Luria e Leontiev descortinaram não somente as leis que explicam o desenvolvimento psíquico, mas sobretudo, colocaram sob novo signo toda práxis da Psicologia. O que divisa a compreensão histórica e social do desenvolvimento humano proposto por Vigotski das outras psicologias que também advogam as relações sociais, diz respeito à exposição de que a formação psíquica segue um caminho que vai do âmbito das relações sociais ao âmbito individual. Esse processo não ocorre por simples influência da sociedade, ele é, antes de tudo, determinado dialeticamente por ele. Essa é a explicação da natureza social e histórica sobre a personalidade humana em sua estrutura e dinâmica.

Como qualquer outra forma de se comportar, o comportamento violento tem uma história. Não é dada ao nascimento e nem forjada pelos instintos – concepções presas à aparência do fenômeno que podem satisfazer politicamente a classe dominante, que tem nas respostas simplistas e moralizantes a possibilidade ideológica de reprodução societária (esta sim, profundamente violenta em sua natureza). Compreender como o coletivo cria as formas de conduta é essencial tanto à explicação sobre a formação da violência do ponto de vista psicológico, quanto do posicionamento político da Psicologia.

Embora a violência pareça incompatível com o processo civilizatório ou o desenvolvimento humano em suas máximas possibilidades, ela é uma expressão ou possibilidade humana. Do ponto de vista psicológico, a ação de violar algo ou alguém não é sub ou sobre humano, mas uma forma de relação que se estabelece socialmente em um dado momento histórico e que assume as características culturais de cada tempo. A formação da violência como uma forma de relação com o outro não pode construir-se de outra forma senão no movimento dialético do intersíquico ao intrapsíquico.

A esta altura devemos perguntar: Como esse processo de formação do sujeito singular ocorre em uma sociedade de classes? Os conceitos que formam o sistema psicológico na idade de transição e permitem ao homem adulto leitura e ação na realidade emancipam ou alienam? É relevante expor que os conceitos são resultado de um processo histórico e social de significação da realidade, por isso não são neutros, nem carregam uma condição emancipatória por si mesmos. Porque são históricos, podem tanto revelar quanto camuflar a realidade, fazendo da violência uma forma de comportamento legitimada socialmente.

A afirmação da inalienável condição social da formação da consciência tem consequências importantes para o entendimento da violência nas relações humanas.

Entendemos, apoiados em Vázquez (2011) e Martín-Baró (1985), que a violência não é somente a força, é também o uso dela em determinada situação ou relação. Assim, ao reconhecer a violência como ato de uma pessoa consciente, temos elementos para investigar a violência como ação atrelada à constituição da vida da pessoa que viola.

A história do desenvolvimento da conduta por meio da lei de desenvolvimento genético geral postulada por Vigotski apresenta subsídios para que possamos afirmar que a violência, de maneira geral, não é um comportamento atípico, passional, irracional ou qualquer que seja a adjetivação que retire sua condição histórica e social. Não é na irracionalidade que se encontra resposta para a violência, mas em uma forma específica de racionalidade construída a partir do modo de produção capitalista. Nesse sentido, em uma sociedade de classes o conhecimento do real é mediado pelas ideias dominantes que ocultam a realidade e suas determinações. O conhecimento do real que Vygotski (1996) apresenta como uma conquista ao desenvolvimento na idade de transição é, nesta sociedade, parcial, fragmentado, com vistas a contribuir com a reprodução do sistema capitalista e suas desigualdades.

O sistema de conceitos faz a mediação entre o indivíduo singular e a consciência social, definida por Almeida *et al.* (2011):

(...) os modos de pensar, sentir e agir dominantes em uma dada sociedade, por exemplo, as formas de explicação para suas relações, para os fatos e acontecimentos históricos, para os fenômenos da natureza, as formas de sentir-se diante de certas situações, bem como as formas de atribuir valor (positivo ou negativo) a tais pensamentos e sentimentos. (p. 552)

Todo o movimento de internalização da consciência social só é possível mediado pela linguagem e pelo conseqüente desenvolvimento das funções psicológicas superiores. É importante destacar que a gênese e desenvolvimento dos conceitos é imbricada na atividade vital humana, porque é desta relação que deriva o caráter histórico das significações sobre a realidade. Nesse sentido, apesar de assumirem formas dominantes em diferentes momentos da história, os conceitos que nomeiam e revelam a realidade não são estáticos no tempo e nem na formação individual (Almeida *et al.*, 2011).

O próprio conceito de violência, por exemplo, sofreu mudanças ao longo do tempo. Historicamente, somente a violência física era reconhecida como uma forma de causar dano ao outro, sem referência à diversidade de manifestações que reconhecemos hoje, como o *bullying*, a violência moral e psicológica. A modificação do conceito não só amplia a definição da violência, como também seu reconhecimento na vida concreta – movimento que acena para o enfrentamento a formas de violência que até então eram naturalizadas. São históricos tanto o conceito quanto a ação humana.

Isso nos é importante pois, para que se abra a possibilidade de violar o outro é preciso que concretamente haja condições para isso. Condições que são materiais, que colocam os seres humanos em uma situação tal de desigualdade a ponto de a violência ser um recurso; e culturais, as quais explicam e justificam a realidade de maneira a naturalizar a violência como *uma* forma de vida, ou ainda, como *a* forma de vida possível. A decisão individual pelo uso da violência é, em última instância, uma decisão ou permissão coletiva. O sentido que cada pessoa atribui às suas relações e a si mesmo está em uma relação genética com as significações sociais. Estas, por sua vez, têm relação direta com a forma de produção e reprodução da vida pelo trabalho e pelo desenvolvimento cultural

Por trás dessa situação dramática, a luta de classes revela a contradição das sociedades divididas em classes, pois expressa os interesses irreconciliáveis dos burgueses e dos trabalhadores. Essa contradição, explicam Almeida *et al.* (2011), também se manifesta na formação do sistema de conceitos da sociedade e na consciência dos sujeitos que dela fazem parte. Essa relação conflituosa, fundada na divisão social do trabalho, é a base material para a alienação. Dessa maneira, explicam os autores “(...) embora se expresse na consciência, a alienação não tem origem na consciência, mas na atividade material humana, fonte da consciência” (p. 553).

Em situações sociais e educacionais emancipatórias, os indivíduos têm condições de superar o pensamento concreto a favor do pensamento lógico-conceitual, abstrato. Esta última, estritamente cultural, permite formular explicações mais complexas sobre a realidade, que superam o senso comum e as concepções simplistas de causa-efeito sobre violência, ou que levam a ela, por exemplo. Possibilita também tomar como objeto de reflexão a violência estrutural já naturalizada e reproduzida cotidianamente. Reside aí a importância da educação, formal e não-formal, por meio da qual o mundo é apresentado para cada pessoa.

Entendemos que a educação não é a responsável pela superação da violência estrutural. No entanto, sua função não pode ser descartada no enfrentamento à violência cotidiana. Os sentidos e sentimentos humanos são educados cotidianamente sob o signo da violência e, quando isto é posto como objeto de reflexão, temos a possibilidade de fazer alguns enfrentamentos que não podem ser postergados para a superação da sociedade capitalista.

3.2 A violência como possibilidade nas relações capitalistas ou quando o caminho para liberdade é interrompido

A afirmação vigotskiana de que a personalidade é o social em nós, diz sobre uma síntese de toda história do desenvolvimento cultural que se orienta para o autodomínio da conduta (Vygotski, 1996). A transformação fundamental que as FPS promovem é que o ser humano pode dominar sua própria conduta, subordinar suas reações ao seu próprio poder. Em outras palavras, pode ser livre.

Ao explicar sobre o desenvolvimento das FPS na idade de transição, Vygotski (1996) menciona algumas vezes a condição de liberdade que este patamar de desenvolvimento proporciona ao ser humano. A atenção e a memória quando convertidas em lógicas, ficam livres e independentes das leis que regem as funções elementares e são dirigidas pelo pensamento consciente. Em relação à percepção e à ação da criança ocorre o mesmo. Nos primeiros períodos do desenvolvimento, quando a percepção regia ao sistema psicológico, o pensamento era subordinado a ela e pensar era compreender as próprias percepções. Já na idade de transição, perceber é pensar por meio de conceitos, sintetizar o concreto e o geral (Vygotski, 1996). Da mesma forma, a ação que antes dos conceitos era dirigida pelo campo sensorial, passa a ser livre, voluntária e lógica a partir do pensamento conceitual. Essa é uma das maneiras em que a concepção de liberdade aparece na obra de Vigotski, adjetivando as conquistas das formas superiores de desenvolvimento psíquico.

Agora voltamos ao início da seção, quando apresentamos a compreensão vigotskiana de que “Uma grande imagem do desenvolvimento da personalidade: [é] um caminho para a liberdade” (Vigotski, 1932, citado por Zavershneva, 2016). Em tempos de defesa da liberdade individual como argumento para todo o tipo de atrocidade, é preciso esclarecer que para Vigotski liberdade não significa a realização sem limites de desejos e vontades particulares, ou o rompimento com os laços coletivos. Essa acepção liberal faz da liberdade um movimento individual, além de impossível em qualquer sociedade.

Retomando Engels, Vygotski (1995) expressa sua compreensão sobre liberdade e autodomínio da conduta por meio da seguinte citação:

Mas ninguém expressou com tanta clareza a ideia geral de que livre arbítrio surge e se desenvolve em um processo de desenvolvimento histórico da humanidade como Engels ‘A liberdade não consiste em uma independência imaginária a respeito das leis da natureza, mas no conhecimento dessas leis e na possibilidade, baseada em tal conhecimento, de obrigar sistematicamente essas leis da natureza, a atuarem para determinados fins. Isto se refere tanto as leis da natureza exterior como as regem a existência física e espiritual do próprio homem. São duas classes de leis que somente mentalmente se pode dissociar, mas não na realidade. O livre arbítrio, portanto, não significa mais do que tomar decisões com conhecimento do assunto’. (Vygotski, 1995, p. 300. Tradução nossa)

Do ponto de vista psicológico, a liberdade é conquistada na ontogênese à medida que, por meio da apropriação e emprego dos signos culturais, a relação do indivíduo com o seu entorno e consigo mesmo se torna mais consciente. Nesse processo, há a construção de uma relação menos dependente da experiência sensorial direta e mais determinada pela significação dos fatos e fenômenos. A ação humana é mais livre, tendo em vista que a pessoa pode conhecer os motivos das suas escolhas quando toma uma decisão a partir de um conhecimento que apresenta a realidade para além da sua aparência fenomênica. A eleição entre um caminho ou outro só pode ser verdadeiramente livre quando se conhece o que está disposto em um lugar e no outro, se está ciente das consequências e dos motivos da opção realizada. A livre escolha não é sobre poder escolher qualquer um, mas sobre fazer uma eleição consciente sobre um dos caminhos que estão dispostos. Quem sabe até pela criação de um novo, caso nenhum dos existentes satisfaça.

Estão mobilizados aí tanto o pensamento quanto a atenção, a imaginação e a vontade enquanto funções psicológicas superiores. Conhecer, pensar, imaginar, eger e agir. Tudo isso só é possível ao ser humano no curso do seu desenvolvimento cultural. Tomando o pensamento conceitual como forma complexa de compreensão da realidade, temos a possibilidade de superação das meras impressões sobre o real em favor da sua interpretação a partir das determinações que a constituem. As aparências podem enganar o sujeito porque são apenas uma face da realidade, entretanto, a investigação da essência apresenta todo processo de formação daquilo que se vê, mas que à primeira vista não é possível apreender. A isto se refere o autocontrole da conduta, ao conhecimento dos motivos que encaminham a ação e este conhecimento é mais rico e complexo a depender das possibilidades de desenvolvimento históricas e pessoais.

Como dissemos, a conquista do pensamento conceitual como forma de pensamento é a possibilidade de superar as leituras simplistas da realidade em favor do reconhecimento das determinações complexas que a constituem. Contudo, tudo isso é condicionado ao conteúdo exposto nos conceitos apresentados ao sujeito ao longo da vida, caso contrário afirmaríamos que basta o desenvolvimento do pensamento conceitual para a superação da ideologia, ou ainda, que o avanço do processo de escolarização levaria ao fim da exploração humana. E isso pode incorrer em problemas ainda maiores, como a ideia de que a violência é um problema de quem não foi escolarizado ou daquele que não se desenvolveu a contento.

A nossa defesa faz enfrentamento a isso e traz a violência como uma forma de relação do nosso tempo, algo que não é condicionado por falta de desenvolvimento cognitivo ou intelectual, senão que engendra o desenvolvimento cultural de todas as pessoas. Seja pela

naturalização ou permissividade/seletividade com a violência, seja pela submissão de alguém à sua manifestação direta, todos vivemos e nos desenvolvemos sob o signo da violência estrutural e social.

Pode haver escolha livre e consciente da violência? Sim, quando fazemos referência à escolha não coagida pelo uso da violência; e não, se considerarmos que a violação do outro só pode existir em um contexto de desigualdade. Podem coexistir violência e liberdade? Não. Talvez possamos sintetizar nossa ideia da seguinte forma: do ponto de vista individual, a ação pode ser livre, mas historicamente ela é aprisionada por uma compreensão ideológica do mundo.

Todavia, a autodeterminação do comportamento não pode ser compreendida somente pelo ponto de vista psicológico. A liberdade a que faz referência Vygotski (1996; 2004b) está vinculada aos processos de desenvolvimento cultural que, como tais, são datados historicamente e construídos coletivamente. Com isso, queremos dizer que a liberdade enquanto trajetória no desenvolvimento da personalidade, implica dois movimentos dialeticamente contraditórios (ou duas classes de leis às quais Engels faz referência): a conquista individual da liberdade como autodeterminação do sujeito em uma sociedade na qual a liberdade é historicamente negada em favor da exploração e da degradação humanas.

Mediante o exposto, fica evidente que o desenvolvimento cultural conduz a uma forma de relação com o mundo e consigo mesmo – que é mais consciente e intencional do que nos primeiros anos de vida. Há um ganho indiscutível no curso do desenvolvimento psíquico que eleva o ser humano ao plano cultural de atividade. Afirmamos, a partir de Vigotski, que o resultado do desenvolvimento cultural é a capacidade humana de se autodeterminar, de dominar seu próprio comportamento a partir do domínio dos signos.

No curso do seu desenvolvimento, a criança vai abandonando formas de comportamento que obedecem à estimulação externa em favor da autoestimulação. Se antes a palavra do adulto direcionava e organizava seu comportamento, posteriormente, depois de se apropriar da palavra e da sua função de organização, a criança tem a possibilidade de dirigir sua própria conduta. A intencionalidade na ação é conquistada à medida em que são conquistados os meios para isso, antes fora da criança e depois interiorizados. A liberdade como caminho da personalidade está nesse processo: ação livre do espaço reduzido das experiências imediatas e pessoais em favor da apropriação das experiências humanas.

Contudo, esse avanço esbarra em limites históricos que impõem obstáculos ao conhecimento da realidade na forma de ideologia e mutilam o desenvolvimento humano. A

violência social é, antes de tudo, a violação histórica da possibilidade de desenvolvimento pleno dos homens.

A personalidade é resultado de um processo histórico e social e isso significa afirmar que os homens de um dado momento, por compartilharem das significações próprias do seu tempo, terão um processo de personalização datado historicamente. A formação da personalidade é profundamente singular, individual e irrepetível, e da mesma forma coletiva e social. Vigotski (2004a) escreve sobre como a sociedade capitalista expropria o homem de si mesmo e permite a ele uma forma de desenvolver-se precária, limitada pelo necessário ao exercício da sua atividade de trabalho. Apresenta a expressão marxiana de *corrupção da personalidade* humana – que pode ser compreendida como a fragmentação do homem - e a violência talvez seja a maneira mais evidente dessa degradação, a mais bárbara. Com isso, afirma esta última como resultado do avanço da sociedade capitalista, fundamentada na exploração do homem pelo homem.

Vigotski (2004a) explica que a composição da sua personalidade humana e estrutura do seu comportamento são determinadas, em última instância, pela evolução social. Alerta que a sociedade não se apresenta como uma totalidade simples e uniforme, sendo seccionada por distintas classes, o que representa a formação de personalidades também heterogêneas, formando *tipos humanos* diferentes (termo do autor). Para o autor, as contradições das sociedades de classes encontram sua forma acabada tanto na personalidade quanto na estrutura do psiquismo em um dado momento histórico.

A degradação da personalidade no capitalismo não é uma característica que se refere somente à classe trabalhadora. Vigotski (2004a) explica que a formação humana capitalista retira do homem sua possibilidade de desenvolvimento multilateral.

(...) e não só os trabalhadores, mas também as classes que os exploram – direta ou indiretamente – são escravizadas pelos instrumentos de suas atividades, como resultado da divisão de trabalho: os burgueses, amesquinados pelo capital e pela ganância de lucros (...) as ‘classes educadas’, em geral, por suas limitações locais, particulares e unilaterais, suas deformidades físicas e sua miopia espiritual. Estão todos mutilados pela educação que os treina para uma certa especialidade, pela escravização vitalícia a essa especialidade, até mesmo se essa especialidade seja fazer absolutamente nada. (Engels citado por Vigotski, 2004a, p. 4)

Se a imagem do desenvolvimento é um caminho, a liberdade não pode ser considerada um pressuposto, e sim uma possibilidade a ser construída. Concordamos com Delari Jr. (2020) quando este afirma que a conquista da liberdade não é um movimento individual, mas uma possibilidade histórica que, nesta sociedade, é negada aos sujeitos. A violência encontra possibilidade de desenvolvimento e reprodução quanto mais alienada for a forma de relação

dos indivíduos consigo e com outros, quanto menos livre for o processo e resultado de desenvolvimento psíquico. Vigotski (2004b) escreve, a partir de Engels, que a liberdade individual só pode ser alcançada em comunidade como liberdade coletiva de todos os indivíduos, e isso só será possível quando superada a sociedade capitalista.

Violência e liberdade são condições inconciliáveis. Não se pode ser livre – pessoal e historicamente – sob ameaça, medo e coação. Se concordamos com a concepção exposta por Engels, as escolhas humanas livres são fundadas na capacidade de conhecer – a natureza, o outro, a história, a cultura, a si mesmo – e então decidir-se consciente dos motivos e consequências da escolha. Quando são realizadas amparadas por ideologia, não podem ser livres, posto que são alheias ao conhecimento do real. Quando submetidas à violência de qualquer tipo, não podem sequer ser nomeadas escolhas.

3.3 Violência e o papel do meio no desenvolvimento psíquico

Diante do exposto, podemos perguntar: qual papel do meio na formação da conduta violenta? Explicamos até aqui que o desenvolvimento é um processo cultural que se dá em meio a contradições e conflitos. Como uma construção cultural, o meio é evidenciado todo o tempo como fundamental ao desenvolvimento da personalidade. Porém, é importante responder de que maneira o meio o influencia e qual seu papel no desenvolvimento.

A violência está posta na vida de todos aqueles que vivem no capitalismo. Todavia, ela não se apresenta da mesma forma e nem determina igualmente o desenvolvimento da personalidade de todas as pessoas que vivem em um mundo e em um ambiente violento. Por essa razão, a pergunta e a resposta de Vigotski (2018) sobre o papel e influência do meio no desenvolvimento da personalidade é tão importante. O conceito de vivência apresentado pelo autor é a ferramenta teórica que permite conhecer e explicar a refração do meio pela criança e sua influência no desenvolvimento da personalidade. É a ele, portanto, que vamos nos dedicar agora.

A preocupação dos autores com a biologização da Psicologia também se traduz em seu avesso: a sociologização da psicologia. Tomar o psiquismo humano como expressão das relações sociais de um dado momento histórico, não significa apreendê-lo como determinado passivamente por ele, como um reflexo mecânico de situações do cotidiano ou da classe social a que pertence. Esse é um equívoco de concepções materialistas mecanicistas que não consideram a relação dialética entre a formação humana e as relações sociais; ou ainda, que se equivocam acerca de seus objetos de análise.

Para iniciar a discussão, Vigotski (2018) afirma que deve interessar à pedologia – e nós acrescentamos aqui a Psicologia – não o meio em seus parâmetros absolutos, como se o desenvolvimento estivesse dado em seus eventos, mas na relação da criança com o meio. Os acontecimentos e propriedades do meio por si sós nada dizem sobre o desenvolvimento, pois o determinante no processo de desenvolvimento psíquico é a relação que a criança estabelece em cada período do seu desenvolvimento.

Vigotski (2018) explica em suas aulas sobre pedologia, sobre a importância científica da análise do desenvolvimento infantil. Desse modo, nos fornece elementos metodológicos muito valiosos que extrapolam a fase de desenvolvimento eleita por ele naquelas aulas²⁹. Segundo o autor, era preciso que a pedologia – e acrescentamos novamente a Psicologia – soubesse fazer as perguntas certas aos problemas a que se propunha resolver. Afirmou que para entender o desenvolvimento psicológico era preciso pensá-lo em suas determinações biológicas e sociais, hereditárias e do meio ambiente, não de forma absoluta somente, mas relativa ao objeto de estudo da ciência em questão.

Não é possível compreender o desenvolvimento da personalidade e o papel da cultura na ausência das condições psicofisiológicas de cada período etário, tampouco da capacidade da criança de conhecer e significar a realidade, possível somente pela apropriação do significado da palavra. Tudo isso é o que mediará os efeitos das condições concretas que a criança experimenta, é o que converte as experiências em experiências interiores, para si, e são elas que contribuem para a formação e o desenvolvimento psíquico.

O mesmo problema se apresenta de múltiplas formas para as diferentes ciências, não interessa à Psicologia compreender a hereditariedade ou o ambiente em si mesmos, a interessa em que medida estes influenciam e provocam desenvolvimento. Com isso o autor não relativiza a importância da hereditariedade e do ambiente no processo de desenvolvimento humano, pelo contrário, ele os situa em sua relação com o objeto em análise. A pergunta deixa de ser sobre a criança e o meio de maneira isolada e passa a ser direcionada à relação entre as particularidades do meio e as particularidades do desenvolvimento da sua personalidade.

Em face de um contexto de violência, que certamente provoca sofrimento, a Psicologia ganha condições de compreender seus impactos no desenvolvimento para além da ideia comum de que um contexto violento gera pessoas violentas. Se a compreensão do desenvolvimento

²⁹ Nas sete aulas mencionadas, Vigotski (2018) ensina e explica sobre o desenvolvimento da criança, uma vez que suas exposições são sobre pedologia. Entendemos que, guardadas as especificidades do desenvolvimento infantil e da ciência pedológica, os escritos do autor apresentam importantes sínteses acerca do desenvolvimento psíquico que contribuem para a criação de novas sínteses teóricas.

deve ser sempre a partir de uma unidade mínima de análise, então a refração de contextos de violência depende tanto dos eventos do meio, quanto da possibilidade que a criança tem de compreendê-lo e atribuir-lhe um significado.

Este é um postulado metodológico de extrema relevância para a compreensão do desenvolvimento, em termos gerais, e também do comportamento violento. Ao explicar que a menor unidade de análise do desenvolvimento é uma relação e não um elemento isolado, Vigotski reposiciona as análises sobre a relação entre o meio social e o desenvolvimento da personalidade. Como resultado, contribui com a superação das análises que historicamente tomam a relação entre homem e sociedade de forma dicotomizada.

A análise por unidade consiste em tomar como unidade mínima uma relação da qual nada pode ser subtraído, sob a pena de uma interpretação que não representa o movimento dialético do desenvolvimento humano. Para compreender o papel do meio na formação da personalidade, Vigotski (2018) postula a vivência como unidade que representa de maneira indivisível as particularidades do meio junto às particularidades da personalidade da criança. A vivência é uma espécie de prisma pelo qual a criança refrata os acontecimentos do meio e é essa refração – não o meio em si – que influencia no desenvolvimento da personalidade.

Dessa maneira, a vivência expressa o efeito da experiência que fora vivida concretamente de acordo com o desenvolvimento emocional, cognitivo e volitivo alcançado pela criança. Se em diferentes momentos do desenvolvimento a criança toma consciência de uma situação de forma distinta, então a mesma situação cumprirá papéis diferentes no seu desenvolvimento. E como isso ocorre? Vigotski (2018) explica que a atribuição de sentido³⁰ a uma situação se dá a partir da generalização da situação que o desenvolvimento do significado da palavra possibilita. Em um movimento dialético, o desenvolvimento do pensamento e da generalização também está relacionado à influência do meio sobre a criança.

A refração de situações de violência foi retratada por Vigotski (2018) a partir de dois casos recebidos pelo autor na clínica. O primeiro é de uma mãe alcoolista que batia nos seus filhos; e o outro é de uma criança com deficiência que sofria exclusão na escola onde estudava. No primeiro caso, a mãe era alcoolista e desenvolveu transtornos psíquicos, o que tornava a vida das crianças bastante difícil, pois eram frequentes as situações de violência que produziram um “ambiente de pavor e terror” (p. 75).

³⁰ Para Vigotski (2004b), o significado é próprio do signo e se desenvolve na consciência, já o sentido faz parte do significado, mas não é fixado por ele. O sentido de uma situação é construído a partir do significado e revela a relação da pessoa singular com determinada situação. O sentido que a criança atribui às situações de violência e discriminação, por exemplo, depende das condições que ela tem de as significar por meio da generalização proporcionada pela palavra.

Quando Vigotski (2018) recebeu as crianças em sua clínica, cada uma delas apresentava um quadro completamente diferente. A criança mais nova apresentava um quadro de abatimento, tendo desenvolvido uma série de sintomas neuróticos. Já a segunda criança estava em uma situação de extremo sofrimento e havia desenvolvido sentimentos ambíguos pela mãe. A terceira criança, o filho mais velho, havia desenvolvido um senso de responsabilidade com seus irmãos e com a mãe, o que reorganizou completamente seu desenvolvimento, colocando-o precocemente como chefe da casa. Interessante observar que o filho mais velho foi caracterizado por Vigotski como tímido e com baixa inteligência, características que tomaram outro caminho com o papel que passou a cumprir com a mãe e os irmãos.

Com este exemplo, o autor mostra que uma mesma situação social – o alcoolismo e a violência da mãe – é refratada de formas completamente diferentes pelas três crianças, expressando formas de desenvolvimento também distintas. O que provoca essa diferença? A forma como cada criança apreendeu, significou e atribuiu sentido à situação vivida em razão da sua idade, do desenvolvimento da consciência e do lugar ocupado nessa relação. Nas palavras de Vigotski (2018, p. 77), “(...) a influência que a situação exerceu sobre o desenvolvimento das três crianças foi diferente em função do aparecimento, nas mesmas, de três vivências distintas acerca da mesma situação”.

Veresov (2019), a partir de Vigotski, apresenta a importância de diferenciar alguns conceitos referentes ao meio. O autor define ambiente social como lugar objetivo, aquele que independe da criança e da situação social como parte do ambiente social, a se caracterizar pelas situações que às vezes são refratadas pela vivência e influenciam o desenvolvimento da criança. Por fim, define situação social de desenvolvimento como um conceito pelo qual é permitido estudar como o ambiente social influencia todo o curso de desenvolvimento; e ainda, também nos permite identificar as mudanças no desenvolvimento através da análise de uma vivência individual da criança de uma situação social – que cria várias e diferentes situações sociais de desenvolvimento.

Por meio do caso clínico dos filhos da mãe alcoolista, Veresov (2019) explica o ambiente social como a sociedade na qual está contida a situação social. A situação social – neste caso, o evento do alcoolismo da mãe – é refratada pelas três crianças de formas diferentes, produzindo três distintas vivências de uma mesma situação concreta; o que resulta em três diferentes situações sociais de desenvolvimento. Por esta razão, uma pessoa pode formar-se amedrontada ou amedrontadora segundo a vivência de situações de violência (Tuleski *et al*, 2021).

Outro caso clínico discutido por Vigotski (2018) é o de uma criança com deficiência intelectual severa. Em consequência de uma má formação física, era humilhada e excluída por seus colegas. A situação era de sofrimento; todavia, devido à ausência de condições para generalizar as violências sofridas, a criança não compreendia completamente o sentido e o significado do que ocorria com ela. Então, sofria menos com as situações cotidianas. Vigotski (2018) avalia que uma criança com condições de significar e atribuir sentido à toda situação de discriminação poderia ter criado um sentimento de menos-valia e levado a desordens psíquicas em virtude da vivência sofrida.

Uma criança com deficiência intelectual tem obstáculos no desenvolvimento do pensamento conceitual e, via de regra, possui uma forma de pensamento que se aproxima mais das experiências concretas, dependentes da percepção. Dessa maneira, a depender da possibilidade de desenvolvimento intelectual, a criança tem uma experiência desagradável frente à discriminação dos colegas, mas não a compreende em todo seu sentido e significado. Por isso, não sofre como sofreria caso generalizasse as situações de violência vividas.

O caso da criança discutido por Vigotski nos faz lembrar um problema muito comum em nossos dias: a violência na escola. Uma das formas de violência que se manifesta no ambiente escolar é o *bullying* – um problema que tem exigido respostas da Psicologia. Segundo definido por Martín-Baró (1985), os atos de violência não precisam ser intencionais para causarem dano e serem definidos como violentos. É possível ser violento com o outro sem ter intenção de sê-lo, como apontamos. Nesse sentido, talvez o correto seja afirmar que a criança pode ter comportamentos que causam danos e geram sofrimento, mas não tem uma relação plenamente consciente com as consequências dos seus atos. Dizer que uma criança é violenta talvez seja tão equivocado quanto negar a possibilidade de condutas violentas nesse período do desenvolvimento.

Podemos tomar o *bullying* como exemplo. Apesar do termo em inglês contribuir para ocultar seu significado, *bullying* é uma forma de violência na qual um estudante ou grupo é submetido por outro [estudante ou grupo] a manifestações de violência psicológica, estas vão desde apelidos discriminatórios e ameaças, até exclusão e desprezo. Para ser caracterizada como *bullying*, a ação precisa ser sistemática e intencional. Tem de ocorrer dentro de uma relação de poder, pela qual encontra sua explicação nas desigualdades construídas extramuros escolares.

Nas escolas têm sido cada vez mais comum a notícia de que crianças e adolescentes praticam *bullying* com seus colegas de sala – atitude esta que avança também para o mundo virtual. É uma forma de violência típica das relações escolares, ou seja, própria da infância e

adolescência. Por não ser uma manifestação física, mas psicológica, causa danos que muitas vezes não são percebidos à primeira vista e se prolongam por muito tempo, gerando intenso sofrimento às vítimas. O *bullying* é um exemplo de ação violenta na infância e na adolescência, que também não pode ser excluída da reflexão sobre o tema, sob a pena de tomarmos a infância de maneira abstrata, como representado por J. J. Rousseau em *O Emílio*.

O significado da palavra não coincide totalmente em crianças e adultos. Ao passo que os adultos têm na palavra a generalização acerca de um objeto ou fenômeno, sintetizada como conceito, as crianças fazem suas generalizações de maneira mais concreta, a partir de traços visivelmente semelhantes. Como consequência desta particularidade está o fato de que, embora a criança e o adulto usem as mesmas expressões e palavras, eles o fazem a partir de significações diferentes. Enquanto a criança compreende uma fração do que é dito, os adultos podem compreender a palavra como conceito em toda sua correspondência social e histórica. Dito isso, queremos afirmar que é preciso haver especificidade na compreensão do que se entende por violência na infância, superando qualquer versão absoluta que se tenha sobre tal conduta.

Segundo Vygotski (1996), o que falta à criança é a possibilidade de refletir conceitualmente sobre as situações vividas. Antes da palavra, a criança somente vive o mundo, mas não o conhece. Depois do uso da palavra, a criança conhece as coisas, mas somente com a ajuda dos conceitos chega ao conhecimento real e racional do objeto. Ora, o que essa trajetória demonstra? Que a palavra tem uma história de desenvolvimento e sua função se modifica no interior da consciência em razão do desenvolvimento do seu significado. Segundo Leontiev (2004, p. 460) “(...) ao longo da ontogênese, variam tanto o significado das palavras-signo quanto sua função, que vai desde a denominação “pelo sobrenome” até os meios para abstração”.

Tida como signo, a palavra modifica as relações entre as funções psicológicas não somente porque se interpõe como instrumento psicológico, mas principalmente pelo desenvolvimento do seu significado, pela revolução que causa quando portadora de conceito e não somente da representação de objeto. A criança pequena carece de uma concepção de mundo, a qual é definida por Vygotski como “(...) tudo aquilo que caracteriza a conduta global do homem, a relação cultural da criança com o mundo exterior” (1995, p. 333). Segundo o autor, nos primeiros anos de vida e, por vezes, até a adolescência, a criança não tem tanto uma concepção de mundo, antes uma atitude frente ao mundo em que vive, o que pode ser qualificada como uma atitude mágica.

Não é que a criança não pense ou não faça reflexões sobre a realidade ou sobre sua vida, ela só o faz de maneira mais primária, voltada à percepção imediata da realidade – situação que muda radicalmente com a mediação do pensamento por conceitos na adolescência. A criança, portanto, pode agir com violência, mesmo que não tenha intenção de causar dano a outra pessoa. A diferença com a ação do adulto é que a criança não conhece as consequências dos seus atos. A criança pode ser violenta em alguma situação? Sim. A sua conduta pode ser comparada à do adulto? Não, pois a criança não tem as mesmas condições psíquicas de compreender o significado do seu ato. É importante lembrar que a imitação é uma forma de aprendizagem na infância e o modelo que o adulto fornece é uma orientação muito importante para a criança.

A criança pode não ter intencionalidade em causar dano ou sofrimento, nem sequer perceber o resultado do que faz. No entanto, isso não exclui a violência como conduta nesse período do desenvolvimento. Pode não compreender [autor ou vítima] toda expressão contida nas palavras e xingamentos, mas isso não deixa de causar sofrimento psíquico, dado o contexto em que as agressões ocorrem. Não se trata de uma avaliação moral sobre bom ou mau comportamento da criança, e sim de compreender o papel que a violência ocupa nas relações que estabelece entre seus pares. A ameaça ou a força podem ser avaliadas positivamente pelo grupo, de modo a trazer certos privilégios como segurança ou popularidade a quem usa da violência física ou psicológica, o que atesta, inclusive, sintoma importante de uma sociedade que naturaliza e até fomenta a violência.

O principal nesse processo é que o psicólogo não avalie uma situação de *bullying* a partir de uma prévia ideia de condenação daqueles que são autores, ou, ainda pior, de minimização do sofrimento causado às vítimas. Crianças não são por natureza boas ou más, são seres sociais que vão se tornando aquilo que a sociedade e a história permitem. Por isso é preciso entender o que se passa na sua vida concreta. A idade e o período do desenvolvimento são fundamentais à compreensão da história de desenvolvimento da conduta, pois caracterizam a possibilidade de refração da realidade pela criança e consequente significação do que foi vivido.

Segundo Vigotski (2018, p. 87), “o meio é fonte de todas as características especificamente humanas da criança. Se a forma ideal estiver ausente, não se desenvolverá a atividade, a característica, a qualidade correspondente na criança”. Durante o curso de desenvolvimento, a criança vai se apropriar das formas de conduta que são dispostas a ela. Nesta configuração, a violência – desde as formas mais brandas até as mais evidentes – compõe o meio.

Se a criança é exposta à uma família, grupos de amigos ou escola que reproduz preconceitos, ela assim o fará, mesmo que não tenha condições suficientes para compreender aquilo que reproduz. Isso já é adentrar ao campo da violência, pois toda conduta é precedida do desenvolvimento de ideias, valores e hábitos sociais. Se a interação da criança é com um ambiente preconceituoso, a sua possibilidade inicial de desenvolvimento da consciência será marcada também por essa lógica, que pode ser modificada tão logo interaja com outras ideias e concepções.

3.4 O drama da violência na vida concreta do homem

Expusemos, a partir de Vigotski (1995; 1996; 2000; 2018), a condição/natureza social do desenvolvimento psíquico. A partir da historicidade como pressuposto para explicação da formação das FPS, apresentamos como o ser humano deixa de ser orientado pelos estímulos externos e passa a ter comportamentos que são significados, isto é, se orientam a partir de uma representação psíquica da realidade e são dirigidos intencionalmente. Todo esse processo resulta da tomada para si das funções psicológicas que, a princípio, são compartilhadas coletivamente. Vigotski (2000) inverte a lógica da psicologia tradicional da sua época e afirma que “(...) o desenvolvimento segue não para a socialização, mas para a individualização das funções sociais” (pp. 28-29). Disto, concluímos que a violência, como qualquer outra forma de comportamento humano, não pode ser inata e nem forjada pelos instintos.

Por esta orientação, a violência é um comportamento humano de natureza histórica e social. Ela se constrói por meio das relações do sujeito em desenvolvimento com sua vida concreta. Nesta relação dialética entre a história da humanidade e a história pessoal, é preciso compreender, para além das leis que explicam o desenvolvimento psicológico, a realização destas na vida particular de quem viola. Na verdade, não somente em relação à violência, mas como regra para toda forma de conduta humana. Vigotski (2000) afirma que não são as funções e seu desenvolvimento que orientam a vida, é a vida e o contexto significados socialmente que funcionam como dinâmica de funcionamento do psiquismo. Toda conduta humana, afirma o autor recorrendo a Politzer, só pode ser compreendida a partir da pessoa, não do seu psiquismo ou do seu contexto de forma isolada.

Portanto, a compreensão acerca do desenvolvimento psicológico não se encerra no desvelamento das suas leis, ela tem aí o seu início. A partir do que escrevem Vigotski (2000) e Politzer (1998), o fundamental na Psicologia é explicar, a partir do drama, como a formação de cada indivíduo é instituída. O comportamento humano, explicam os autores, é sempre uma

conduta com significado, e este último não se encontra em leis universais, mas na vida concreta e seus dramas.

No texto *Manuscrito de 1929*, publicado em russo como *Psicologia concreta do homem*, Vigotski (2000) faz referências à Georges Politzer (1908 -1942)³¹ e à discussão deste sobre a necessidade de construção de uma Psicologia Concreta, cujo objeto de análise para a compreensão da vida psíquica seria o drama. Em nota, o autor russo contemporâneo A. A. Puzirei (2000) afirma que Vigotski dialoga com o trabalho de Politzer intitulado *Crítica dos fundamentos da Psicologia*, de 1928. Segundo Carvalho *et al* (2021), Vigotski e Politzer têm muitos pontos em comum na discussão que estabelecem acerca da Crise da Psicologia³², bem como sobre o drama tido como conceito importante à Psicologia. Contudo, ainda que Vigotski tenha conhecido parte da obra de Politzer, citado o autor e se alinhado a algumas de suas formulações, o contrário não ocorreu, não se tem notícia do conhecimento por Politzer da obra de Vigotski.

Apesar de a proximidade dos autores não ser nosso objeto de discussão, é interessante observar que ambos, atentos e críticos à crise da Psicologia no início do século XX, propuseram saídas que se aproximam e por vezes se encontram. Uma das razões para isso, além do *zeitgeist*, está no fundamento ontológico do ser social, na interpretação materialista histórica da realidade e dos conflitos humanos. Ambos os autores, assim como outros trazidos por nós durante a tese, superam a dicotomia que caracterizou a psicologia durante seu nascimento e desenvolvimento como ciência, a apontar para uma nova Psicologia, desta vez, imbricada dialeticamente com a realidade concreta.

Ainda sobre o interesse de Vigotski sobre a obra de Politzer, em um trecho do texto citado, Vigotski (2000) chega a afirmar que sua “(...) história do desenvolvimento cultural é a elaboração abstrata da psicologia concreta” (p. 35). Segundo Puzirei (2000), essa afirmação pode soar estranha aos leitores atuais de Vigotski, mas é completamente coerente com a postura do pesquisador na avaliação e crítica constante ao trabalho de construção da THC. Desta afirmação de Vigotski (2000), podemos inferir que a teorização de Politzer contribui para o desenvolvimento da Teoria Histórico-Cultural, mas concordamos com Carvalho *et al* (2021) que é apressado identificar a THC com a Psicologia Concreta de Politzer.

Passamos a essa discussão sobre a dinâmica do desenvolvimento humano. Até aqui, apresentamos a compreensão vigotskiana sobre a estrutura do desenvolvimento psicológico,

³¹ Georges Politzer foi um filósofo e psicólogo francês que também pesquisou a partir dos fundamentos marxistas. Morreu assassinado pelo regime fascista.

³² Para saber mais sobre o tema, ver em Carvalho *et al.* (2021), Carvalho (2020) e Delari Jr. (2011).

mas, para o alcance do nosso objetivo, é necessário abordarmos a dinâmica da personalidade na vida concreta. Iniciamos pela necessidade de definir o drama – tarefa que não é nada fácil dada a polissemia do conceito que transita nas mais diversas áreas do conhecimento e da cultura. Alertamos que não temos como objetivo tomar este problema como objeto de estudo³³, antes enquanto conceito que parece fundamental ao nosso tema.

O drama não aparece na obra de Vigotski somente após seu conhecimento dos escritos de Politzer. Mas tem no *Manuscrito de 1929*, a exposição mais contundente da importância do drama como um conceito para a explicação da dinâmica da personalidade. Delari Jr. (2011) afirma que em nenhum outro texto a palavra drama aparece tantas vezes quanto no *Manuscrito de 1929*, fato que não volta a se repetir em outros trabalhos de Vigotski, como em *A história do desenvolvimento das funções psíquicas superiores*, de 1931 – onde apresenta de forma mais consolidada a THC. Ainda que a palavra drama não apareça tantas vezes em obras posteriores, a noção de conflito e contradição acompanha toda a discussão do autor sobre a formação da personalidade (Vigotski, 2000).

Em sua obra, Vigotski apresenta o drama de duas formas: como peça teatral e como ato de decisão a partir de ações motivadoras diferentes (Delari Jr., 2011; 2020). Na primeira acepção, mais genérica, Vigotski toma o drama como um termo emprestado para fazer analogia ao teatro dramático. Um exemplo desta concepção está na crítica que Vigotski (1991) faz ao trabalho de K. Buhler (1879-1963)³⁴, quando o autor afirma que a criminalidade tem um componente biológico:

O social de novo se apresenta como biológico, e a isso se dá um protagonismo absoluto e universal em todo drama do desenvolvimento espiritual da criança, nas palavras do próprio Bühler, que não admite neste drama outros personagens que não os fatores biológicos. (Vigotski, 1991, p. 174. Tradução nossa)

Vigotski apresenta nesta primeira concepção a ideia de que o desenvolvimento humano pode ser comparado a uma peça, repleta de personagens que contracenam a partir de um enredo. O próprio desenvolvimento, seus períodos e crises podem ser compreendidos, a partir da noção de drama, como um processo que não é harmônico, mas conflituoso e contraditório. Segundo Vygotski (1995), essa é a condição de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como expusemos no tópico anterior. Para Delari Jr. (2011) essa definição é importante, mas é mais alegórica do que explicativa do desenvolvimento psíquico, como a segunda acepção formulada mais tardiamente.

³³ Ver mais em Delari Jr. (2020), que escreve a respeito do conceito de drama na obra de Vigotski.

³⁴ Vigotski refere-se a este autor, que foi linguista, filósofo, psicólogo e psiquiatra, em vários textos distribuídos ao longo dos Tomos I a V das coletâneas *Obras Escogidas*.

A segunda maneira de compreender o drama não anula a primeira, mas articula com ela. Como ação dramática caracteriza-se como uma tomada de decisão frente a uma situação conflitante e ao embate entre os papéis sociais que cada pessoa vivencia (Delari Jr., 2013).

Mas o drama está repleto de ligações de tal tipo: o papel da paixão, da avareza, do ciúme em uma dada estrutura da personalidade.

O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: *a dinâmica da personalidade é o drama*.

O drama sempre é a luta de tais ligações (dever e sentimento; paixão etc.) Senão, não pode ser drama, isto é, choque dos sistemas. “*A psicologia humaniza-se*”. (Vigotski, 2000, pp. 34-35. Grifos do autor)

Poderíamos continuar a exemplificação de Vigotski sobre determinadas formas de conduta e acrescentar a violência. Assim como a paixão e o ciúme, a violência é uma forma de se relacionar com o outro, e como tal, não pode ser compreendida na ausência do contexto em que essa relação se dá. Vigotski segue e afirma que o drama versa sobre o papel destes sentimentos ou condutas na estrutura da personalidade, ou seja, que o significado destas ligações só pode ser encontrado na personalidade ou na pessoa que sente e se comporta. Isso se daria de maneira autônoma? Não. Essa luta interna a que Vigotski faz referência só é possível porque o homem é um ser social, pois encarna as contradições e conflitos de uma determinada sociedade. Por isso, Vigotski (2000) escreve que “Eu me relaciono comigo tal como as pessoas relacionaram-se comigo” (p. 25), como internalização de papéis sociais.

Vigotski continua suas anotações e afirma que o drama está repleto de luta interna, movimento este impossível quando a vida é tomada somente no seu sentido biológico. Isso porque na natureza não há ação livre e escolha consciente, há causalidade. Só pode haver conflito se houver uma existência consciente, construída e significada socialmente. Essa é a dinâmica da personalidade. Aqui é importante observar que Vigotski (2000) condiciona o desenvolvimento da personalidade à sua existência enquanto drama, como uma condição humana. É como um curso dramático que a personalidade se desenvolve e é no drama de papéis sociais que o indivíduo constrói sua vida e faz suas escolhas.

Conforme expõe Delari Jr. (2020):

Esta modalidade de conflito, tal como em “Agamêmnon” e “Hamlet”, só há no humano. Podemos deduzir que ela esteja presente em diferentes culturas e sociedades. No socialismo ou no capitalismo os “dramas” teriam formas e conteúdos diferentes, mas sempre haveria “luta interior” na dinâmica da personalidade, no “caminho para a liberdade” trilhado em cada cultura e/ou modo de produção. (p. 11)

O drama é um modo de agir propriamente humano. Assim, sendo o homem um ser social, os dramas variam em razão da mudança cultural e da sociedade. O que não muda é a

condição dramática da vida, pois em qualquer que seja a sociedade o indivíduo precisa fazer escolhas, desde as mais triviais até as que definem seu destino histórico (Delari Jr., 2011). A luta interior entre sentimentos e posições contraditórias tem seu fundamento na biografia pessoal, a qual, por sua vez, se constitui a partir do drama da luta de classes. A violência também habita essa luta interior, mobilizada pelo pensamento, pelas emoções ou pela memória; se diz de uma forma de relação que responde a uma situação que demanda decisão.

Se tomarmos drama desdobrado como adjetivo e não como conceito, no capitalismo a vida é dramática por sua condição de alienação de si, do gênero humano, do trabalho e da natureza. No drama da miséria e da vulnerabilidade, as escolhas possíveis não se distanciam muito do seu contexto de privações. Como exposto por Vigotski (2004a) a partir de Marx, embora a condição de miséria na formação da personalidade não seja somente da classe trabalhadora, mas também da burguesia, a medida não é a mesma porque a primeira tem sua vida orientada pelas necessidades mais elementares e não pelo horizonte de liberdade – lembremos que é preciso estar vivo para fazer história e para ser livre.

Na sociedade socialista, quando forem superadas as expropriação e exploração humanas, a fome, o desemprego, a desigualdade de gênero e raça não serão parte dos dramas vividos pelas pessoas. Outras condições serão, mas não estas que derivam da estrutural produtiva capitalista. O drama como dinâmica da personalidade e como conflito de papéis sociais seguirá sendo componente do desenvolvimento humano, já a violação do outro como possibilidade histórica, não. E é somente como possibilidade histórica e social que a violência pode ser resposta ao drama de papéis sociais; da mesma forma, é nessa mesma medida que poderá ser superada quando superadas as condições que a fazem um recurso nas relações.

As funções psíquicas são funções da personalidade, algo já explicado por nós anteriormente. Contudo, Vigotski (2000) afirma não existir uma hierarquia fixa das funções. Mesmo quando postula sobre a formação dos sistemas psicológicos e as neoformações que se organizam tomando como referência a função que se destaca em certo momento do desenvolvimento, essa organização psicológica não é estanque, mas se movimenta em razão do drama. “Não existe vontade fixa” (p. 36), afirma o autor, para logo em seguida dizer que o drama com papéis fixos caracteriza a velha psicologia.

A partir do conceito de vivência Vigotski (2018) explica que diante de uma situação não são todos os aspectos da personalidade que entram em contato com o evento ou conflito, consideração que contribui para complexificar e esclarecer a relação entre a dinâmica da personalidade e o drama de papéis sociais.

Por exemplo, será que todas as minhas particularidades pessoais constitutivas e dos mais diversos tipos participam inteira e igualmente? Claro que não. Numa determinada situação, algumas de minhas particularidades constitutivas desempenham papel principal; em outra, desempenham esse papel outras especificidades que, na situação anterior, sequer poderiam se manifestar. (Vigotski, 2018, p.78)

Vigotski (2000) traz a situação de um juiz que precisa julgar sua esposa por um crime cometido por ela. Como juiz, o pensamento é hierarquicamente superior ao desejo, mas como esposo, o desejo é superior ao pensamento. O drama que se estabelece aqui é a luta entre o papel de juiz e o de marido na solução do conflito, um embate entre o dever e o sentimento. A escolha entre um caminho ou outro – a condenação ou absolvição da esposa – é do homem posto em conflito a partir dos seus papéis sociais, não do juiz ou do marido.

É fundamental esclarecer que esses papéis sociais não são fixos ou um reflexo estereotipado de um conjunto de características atribuídas a um grupo. Entendemos que quando Vigotski faz referência ao drama de papéis sociais traça uma relação imbricada entre as particularidades do desenvolvimento individual e as possibilidades de desenvolvimento socialmente compartilhadas. Os juízes, pais, homens, mulheres, professores etc. não são um tipo fixo, um agrupamento de características comuns, mas têm como referência os signos postos pela sociedade para determinada função ou papel. A apropriação e tomada para si de determinadas características tem na vivência a sua significação pessoal.

Como ser social, o ser humano vive inúmeros impasses. Ao passo que os papéis sociais desempenhados nesses conflitos conduzem a uma hierarquia diferente nas funções da personalidade. Quando o homem como juiz julga a esposa, o pensamento se sobrepõe ao desejo; no entanto, quando o marido avalia a situação que incrimina a esposa, então o desejo se sobrepõe ao pensamento. O drama está justamente nos conflitos entre os sistemas: “Sei que ela é má, mas a amo; simpatizo, mas condeno. O que vencerá?” (Vigotski, 2000, p. 37).

Delari Jr. (2020) explica que esse movimento na hierarquia das funções não diz respeito à superioridade de uma em relação à outra, mas da sua mobilização em razão dos diferentes papéis sociais assumidos ao longo da vida. Pode haver luta entre sentimentos e entre pensamentos, o núcleo do conflito está no posicionamento destes diante da situação contraditória:

(...) em função de papéis que assumimos, varia a intensidade com que mobilizamos atos de raciocinar, recordar, atentar, decidir, perceber, dizer ou calar sentimentos (...) O que se dá em função do significado atribuído para tais atos em um papel social ou em outro. (p. 63)

É importante retomarmos aqui que a partir da adolescência todas as funções se intelectualizam, ou seja, considerando a compreensão do psiquismo como uma unidade afetivo-cognitivo, as emoções e sentimentos, embora tenham um fundamento biológico como qualquer outra função psicológica, são forjados pelos conceitos apropriados ao longo da vida. “A forma de pensar, que junto com o sistema de conceitos nos foi imposta pelo meio que nos rodeia, inclui também nossos sentimentos. Não sentimos simplesmente: o sentimento é percebido por nós como cólera, ultraje, ofensa” (Vigotski, 2004b, p.126).

Vigotski (2004b) explica que diante da intelectualização das FPS não se pode experimentar um sentimento puro, pois sempre que fazemos referência a um sentimento o fazemos a partir de um conceito e, portanto, nos relacionamos com ele de forma consciente. Disto, o autor historiciza os sentimentos em razão do sistema de conceitos que cada cultura constrói. Por exemplo,

(...) nossos afetos atuam em um complicado sistema com nossos conceitos e quem não souber que os ciúmes de pessoa relacionada com os conceitos maometanos de fidelidade da mulher são diferentes do de outra relacionada com um sistema de conceitos opostos sobre a mesma coisa, não compreende que esse sentimento é histórico, que de fato se altera em meios ideológicos e psicológicos distintos (...) (Vigotski, 2004b, p. 127)

Portanto, justificar a violência como consequência de uma relação primitiva com as emoções e os afetos não encontra fundamento teórico na THC. A palavra não exerce somente função de comando no psiquismo, mas principalmente tem função semântica na formação da estrutura consciência e da personalidade (Vigotski, 2021; Delari Jr., 2020).

O desenvolvimento da concepção de drama como dinâmica da personalidade e da estruturação sistêmica e semântica da consciência, conforme exposto por Delari Jr. (2020), explica a insistência de Vigotski e Politzer pela “humanização da Psicologia”. O resgate da pessoa em sua vida concreta como dinâmica do desenvolvimento psíquico pode ser observado nas passagens em que Vigotski (2000) afirma “A pessoa trabalha, não o músculo” (p. 38); “Isto é o cérebro do homem. Isto é a mão do homem” (p. 32); “Pensa não o pensamento, pensa a pessoa” (p. 33); “(...) não trabalho o músculo, trabalha o homem” (Vygotski, 1996, p. 244) entre outros trechos. Também é evidenciado quando Vigotski (2004b) discute sobre a importância de a Psicologia compreender os sistemas psicológicos e suas finalidades, não somente a organização abstrata das FPS.

A partir de Vigotski (2000) podemos afirmar que a personalidade não faz algo, não é ela a responsável pelos comportamentos humanos. Portanto, não existe personalidade

violenta³⁵; violentas são as pessoas em relação a seu contexto histórico, social e cultural. A personalidade não é violenta, porque a personalidade não pode ser nada, a pessoa é. Pergunta-se, portanto, quem é esta pessoa? Pessoa concreta, síntese de múltiplas determinações. A que sistema de signos, conceitos e representações está submetida? Como constrói suas representações e as relações com os afetos? Quando se afirma “personalidade violenta”, apartamos a personalidade da pessoa concreta e reduzimos toda história do desenvolvimento cultural à uma fração dele. Reduzir a complexidade da formação humana a um comportamento é além de simplista, uma leitura moralizante quando se trata de violência.

Vigotski cita Otelo em uma das passagens do texto de 1929, logo após a definição de drama como dinâmica da personalidade. Gabbi Jr. (1998) também o faz ao exemplificar o interesse da Psicologia concreta pelo personagem que tem ciúmes e não pelo sentimento em si. Em seu entendimento, para a Psicologia concreta interessa o fenômeno estudado e compreendido na vida do personagem significado nessa relação. A seu ver, a importância da crítica feita por Politzer está na retomada do homem concreto como objeto de análise psicológica. Dessa maneira:

O objeto de nossa atenção é sempre *o personagem* e não algum processo transformado em objeto. Assim, por exemplo, o que nos impressiona é *o ciúme de Otelo* e não o ciúme; *a ambição de Ricardo III* e não a ambição. (Gabbi Jr., 1998, p. XIV)

Embora não seja nosso objetivo fazer uma análise da obra, trazemos algumas reflexões sobre o drama de papéis sociais que estamos discutindo no campo teórico-conceitual. *Otelo* foi uma peça escrita por W. Shakespeare (1564-1616) no início do século XVII. Nela, ele conta a história de um general mouro em Veneza que se apaixona por Desdêmona, filha de um nobre local. Envolvido em uma trama de inveja e preconceito racial, Otelo acaba assassinando sua esposa por acreditar que ela o havia traído. A partir da compreensão vigotskiana de drama, a opção pelo assassinato não tem a ver com ciúmes de maneira isolada, mas pelo papel que o

³⁵ Como ilustração da necessidade de desfazer tais equívocos idealistas, fazemos referência a dois casos que foram noticiados recentemente: em 2017, a justificativa para a condenação de Rafael Braga como resultado de uma personalidade voltada ao crime (2.1) e em 2020, a sentença de uma juíza de Curitiba que justificou em a condenação à raça a que pertencia o jovem (2.2). Não por coincidência, os dois homens que receberam tais sentenças são negros.

2.1 “Transitada em julgado, contendo mais duas anotações em sua FAC, o que demonstra ser possuidor de personalidade distorcida, voltada para o crime, justificando-se a aplicação da pena-base acima do mínimo legal, majorada pela agravante da reincidência.” (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Promotoria De Justiça Junto à 39 Vara Criminal. Processo nº 0008566-71.2016.8.19.0001, p. 16)

2.2 “Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça, agia de forma extremamente discreta os delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e a desesperança da população, pelo que se deve ser valorada negativamente”, afirma trecho repetido três vezes na decisão. Para mais, ver em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/13/senado-repudia-sentenca-racista-de-juiza-paranaense>

ciúme ocupa na vida de Otelo – e esse papel não é criado por ele, mas apropriado socialmente. O ciúme é um conceito e um sentimento histórico que tem diferentes definições e funções nas diferentes culturas. Dentro de uma determinada cultura e tempo histórico, há variações do seu papel, mas há também uma forma hegemônica de compreensão e dinâmica dos afetos a eles referenciados.

Quem era Otelo? Um general mouro. Há aqui dois papéis sociais que disputam a decisão do personagem – marido e general do exército. Há também outro componente importante: Otelo era mouro em uma sociedade da qual fazia parte e o discriminava. Por esta razão, não era aceito como virtuoso o suficiente para casar-se com uma mulher branca da nobreza da cidade. Esse mote é usado por Iago para tramar toda tragédia que compõe o enredo da peça.

Costa (2010) destaca outro aspecto importante para o enredo:

(...) a loucura de Otelo não é apenas um problema de ciúme e de homem desequilibrado que mata a mulher. Otelo, o general, tem interesses materiais muito precisos, a começar pelo fato de que ele é um árabe que traiu os seus e se aliou ao exército ocidental e, portanto, ele, personagem, tem uma situação insegura dentro das relações em que vive, porque abandonou seu povo e aliou-se ao inimigo. (Costa, 2010, p. 222)

A pergunta em relação ao nosso objeto não é se houve ou não traição ou o porquê da opção pela violência ao invés do diálogo, como uma discussão abstrata. O ciúme como sentimento isolado não só não explica a situação ocorrida, como nem sequer tem existência. Posto que é um sentimento, a pergunta deve ser quem sente? Em qual situação? Esta resposta evoca os papéis sociais que em choque constituem o drama. No caso de Otelo, o assassinato é a saída ao drama de papéis sociais vivido pelo personagem.

Se concordamos com Vigotski que drama é tensionamento entre sistemas frente a uma situação conflitante, a resposta para o problema posto na vida singular pode ser uma escolha livre ou alienada, ética ou bárbara. A violência pode ser uma saída ao drama quando mais alienada for a consciência. Comportamentos tomados como bárbaros – crimes hediondos, por exemplo – não se realizam por falta de desenvolvimento ou por deformidade, as funções estão a serviço de alguém, o homem concreto. O pensamento, as emoções, a atenção, entre outros, não são ausentes quando a violência se impõe como uma conduta. O que é considerado bárbaro do ponto de vista da violação da pessoa, seu corpo e sua subjetividade, não é resultado de outra instância de desenvolvimento, mas responde às formas construídas culturalmente. Socialmente parece difícil crer que a violência não é resultado de desumanidade, mas de uma humanidade produzida historicamente.

A história de Otelo, contudo, se transforma em tragédia quando o protagonista descobre que tudo o que havia acontecido não passava de uma mentira criada por seu inimigo. Não havia

traição de Desdêmona, houve uma vingança de Iago. Quando descobre toda farsa, Otelo acaba se suicidando e uma série de outras mortes marcam o fim da peça. O suicídio de Otelo, no entanto, não diz respeito a um arrependimento pela morte da esposa, não é a morte em si que se revela como tragédia, mas o fato de ter sido enganado, de matar motivado por uma mentira. O problema são as razões para a morte, não o assassinato.

Temos aqui uma importante contribuição ao nosso problema. Vimos afirmando desde o início deste trabalho que a violência é uma forma de relação complexa e diversa, para a qual não se pode estabelecer uma explicação única, como um padrão bem estruturado de motivos, justificativas e ações. A violência nas relações interpessoais, por este viés, só pode ser compreendida a partir do seu significado na vida de quem viola e em suas relações sociais. A manifestação de violência, nesse sentido, não reflete a personalidade do indivíduo, mas sua dinâmica frente a determinadas situações que provocam o uso da violência física, verbal ou psicológica. Tomando emprestada a teorização de Martín-Baró (1985), o uso da violência se justifica porque é um recurso eficaz para alcançar aquilo que se deseja – ameaçar, punir, constranger, pressionar ou fazer cessar algo na relação que se estabelece com o outro.

Este *algo* também é relativo à vida concreta da pessoa e não pode ser tomado de maneira absoluta, pois aquilo que aparece como violento para uma cultura e na biografia de cada pessoa não pode ser universalizado. Não existem motivos universais que levam à violência, o que existem são condições históricas e sociais, materiais e ideológicas que dão abertura para a violação do outro.

Isso não quer dizer que os fenômenos não devem ser estudados, que não seja papel da ciência conhecer e explicar as leis de desenvolvimento humano, os comportamentos, sentimentos e desejos. Não significa também relativizar comportamentos que sejam bárbaros, mas retirá-los do campo da moral e da abstração e trazê-los para a vida e para as determinações sociais. A violência se manifesta de diversas maneiras para as quais não existe uma única explicação, embora exista construção teórico-conceitual para sua compreensão. Essa elaboração teórica que faz do concreto caótico o concreto pensado, precisa se sedimentar na vida social.

Para entendermos como a violência se torna possível nas relações, é preciso saber o que se passa na vida das pessoas, o que se deteriora, como se forma o mal-estar, qual papel da escolarização, da cultura, os sentimentos e preconceitos que se formam a partir de uma realidade social de exploração, miséria e desigualdade. Politzer (1998) orienta a prática do psicólogo clínico de uma maneira a contribuir com nossa discussão: a importância de

reconhecer a ação humana com um fato psicológico ao qual só pode ser esclarecido por meio do relato.

Com efeito, um gesto que faço é um fato psicológico, porque é um segmento do drama que representa a minha vida. A maneira como se insere nesse drama é dado ao psicólogo pelo relato que posso fazer a respeito desse gesto. Mas é o gesto esclarecido pelo relato que é o fato psicológico, não o gesto a parte e nem o conteúdo realizado do relato. (Politzer, 1998, p. 186)

Na práxis do (a) psicólogo (a), essa é uma maneira de superar qualquer pressuposição abstrata sobre um fenômeno humano. É por meio do relato que a ação se revela um processo e aí sim é possível compreender os motivos que engendram uma conduta e o lugar que a violência ocupa em uma relação.

Ninguém é violento o tempo todo e nem em todas as circunstâncias. Uma mãe pode ser amável com seu filho e ao mesmo tempo cometer violência simbólica com ele mesmo ou em seu local de trabalho. Um homem pode ser violento com sua esposa e da mesma forma ser dócil com seus amigos. Uma criança pode ser agressiva com uma professora, mas cooperativa com seus colegas. A depender do papel social assumido – mãe e profissional; esposo e colega; aluno e amigo – e das consequentes significações que as situações sociais ganham, os conflitos externos levaram a uma ou outra forma de relação. A violência se coloca como possibilidade onde houver desigualdade de poder e a depender de como essa desigualdade seja significada, podendo gerar medo, ameaça ou opressão; além de provocar uma conduta que seja resposta a isso. A personalidade é drama em sua gênese pela necessária contradição ao desenvolvimento e se tem no drama de papéis sociais a sua dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do nosso trabalho foi compreender e explicar, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Histórico-Cultural e do materialismo histórico-dialético, a formação psíquica e sua relação com a violência estrutural e social. O percurso realizado durante nossa pesquisa nos permite defender a **tese** de que a Psicologia só assume seu caráter científico e desvela seu compromisso ético-político, quando explica a violência como um fenômeno concreto, síntese de múltiplas determinações que são históricas, sociais e pessoais. Os fundamentos essenciais desta tese são baseados em conhecimentos que permitem uma explicação de uma ordem materialista dialética e histórica, que no nível psicológico pode ser encontrada em Martín-Baró e Vigotski, somadas às contribuições de Vázquez e Pino.

Na primeira seção, tínhamos como objetivo contextualizar o panorama da violência no Brasil analisando seus dados e estatísticas a partir dos fundamentos teórico-metodológicos do marxismo e tecer reflexões acerca da práxis do (a) psicólogo (a). A leitura e apresentação dos dados, além de proporcionar uma compreensão mais ampla sobre o problema no país, é importante, principalmente, porque orienta as políticas públicas no país. Como retrato da violência brasileira, esses documentos têm importância política e, por isso, é fundamental que nos debruçemos criticamente sobre eles.

Por meio da análise orientada pelo materialismo histórico-dialético, identificamos que as conclusões a que chegam os relatórios, embora tragam conclusões importantes, refletem apenas parcialmente a complexidade do problema. Quando afirmam a intervenção do Estado via políticas públicas na educação, saúde, assistência social, segurança pública, etc. como solução para a violência secular que afeta o Brasil, ficam presos à aparência do fenômeno e não são capazes de relevar a sua gênese. Falta radicalidade, tomar o problema pela sua raiz e então superá-lo – e isso só é possível por meio do aporte teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético. O problema da atenção presa à aparência fenomênica é que as soluções propostas vão lidar apenas com a superfície da questão e, portanto, nunca poderá ser superado de fato.

A análise radical da violência exige que esta seja compreendida a partir das múltiplas determinações que a compõem, encaminha à investigação da sua essência e este percurso conduz, inevitavelmente, à violência que estrutura a sociedade capitalista. Revelar a violência estrutural como subsidiária de toda forma de violência capitalista (de maneira mais direta ou indireta) implica em redimensionar a relação dinâmica entre os polos singular-particular-universal.

Fazer ciência, para o marxismo, implica em desvelar as relações entre singular-particular-universal na constituição de determinado problema ou objeto de pesquisa. Afirmar as políticas públicas como saída à violência capitalista significa tomar como universal o polo particular. Dito de outra forma, a crença de que o Estado tem as condições de humanizar o capitalismo leva à ideia de naturalização da forma atual de produção e o coloca como responsável por sanar os problemas do capitalismo, ao invés de identificá-lo como o próprio problema ou como maestro de toda miserabilidade da sociedade de classes.

Quando defendemos a tese de que a Psicologia assume caráter científico fundamentada no materialismo histórico-dialético, é a isso que fazemos referência: a possibilidade de revelar as determinações históricas e sociais que nesta sociedade fazem da violência uma forma de vida.

As políticas públicas não podem por si mesmas emancipar, porque resultam das contradições da sociedade burguesa e não é possível superar a violência capitalista sem superar o capitalismo. No entanto, assumindo a contradição como movimento do real, entendemos que tampouco podemos negar a importância das políticas na vida dos trabalhadores. É fundamental que a Psicologia recupere a violência estrutural para que possa explicar a violência nas relações humanas e por esta orientação, seu trabalho deve mirar tanto as políticas públicas – seus limites e possibilidades – quanto a superação da sociedade de classes em uma práxis coletiva, abertamente política.

Na segunda seção tivemos como objetivo apresentar os fundamentos teórico-conceituais de Vázquez, Pino e Martín-Baró para explicação da violência. Iniciamos com o aporte filosófico de Vázquez sobre a relação entre práxis e violência e damos destaque especial à Martín-Baró pela relevância da sua discussão sobre violência como fenômeno psicossocial. A partir do que expõe Vázquez sobre a relação entre violência e práxis, pudemos responder à uma questão fundamental à Psicologia: a violência é um atributo humano? É comum que a violência e a agressividade sejam colocadas como características humanas, como uma predisposição instintiva que pode ou não desabrochar, a depender do ambiente. Pela teorização de Vázquez podemos responder a essa pergunta de maneira radicalmente diferente.

A violência é um atributo humano, mas seu enraizamento não está no psiquismo e sim na sua práxis. A ação de violar o outro não é um comportamento instintivo ou biológico, pois, ainda que seja próprio do ser humano, a sua gênese está na atividade de trabalho e não no psiquismo. Seu enraizamento está na relação entre o sujeito e seu momento histórico e, dessa forma, a única condição em que a violência pode ser considerada um atributo humano é condicionada à sua práxis produtiva, artística ou social. O exercício da força ou da coação é

próprio do ser humano porque somente nós podemos pensar, planejar e executar uma ação intencionalmente, impor a força com determinado objetivo, mas suas razões estão postas nas relações sociais de cada momento histórico. Por isso afirmamos ser a violência um comportamento humano de natureza histórica e social.

A violência não se apresenta somente em seu caráter social, posto que também é humano, deve ser compreendido a partir desta unidade sujeito-sociedade. Este é um pressuposto metodológico importante postulado por Vigotski (2018): a necessidade de compreender o desenvolvimento psíquico a partir da relação entre o indivíduo e seu meio. Por esta orientação epistemológica chegamos também a Martín-Baró. Nesta seção, tecemos discussões a partir do que problematiza o autor quando explica sobre a violência na vida das pessoas e como recurso em suas relações de maneira imbricada às violências vividas em El Salvador, na América central e em toda América Latina.

A historicidade marca a obra de Martín-Baró e orienta toda discussão acerca da violência como resultado de uma organização para a produção que viola todos os direitos e a dignidade humana já em sua estrutura. Ao postular os pressupostos para análise da violência – historicidade, multiplicidade e espiral da violência – Martín-Baró desmistifica a violência como um comportamento de caráter natural, universal e reduzido à intenção de causar dano, de destrutividade. Ao desmistificar o problema lança sobre ele a possibilidade de compreensão e explicação em suas determinações concretas, situação muito diferente do que fazia a Psicologia tradicional tão criticada por ele. Não existe a violência, existem as violências, no sentido plural e diverso, e que só serão entendidas na sua relação com a história e a sociedade.

A multiplicidade no exercício da violência supera a concepção de diversidade tipológica, também fundamental à interpretação do problema, mas avança quando traz a instrumentalidade da violência e a justificativa ideológica como orientação das condutas violentas. Retira a violência do campo da moral e do sub ou sobrenatural e dá a ela conteúdo humano, histórico e cultural. Além destes, dá também conteúdo político, e isso esbarra no papel da Psicologia.

Em crítica à colonização da Psicologia e suas práticas nos países da América Latina, Martín-Baró (1989) denuncia os problemas da compreensão abstrata de sujeito para a práxis do (a) psicólogo (a):

Boa parte das deficiências da psicologia deve-se ao tratamento fragmentado do ser humano. O objeto estudado e analisado pelo psicólogo, frequentemente, não é o homem ou a mulher da realidade social cotidiana, a criança ou o idoso que trabalham e amam, sofrem e divertem-se, nosso vizinho ou nós mesmos, mas um ser abstrato, descontextualizado, um conjunto de variáveis mais ou menos interligadas, mas que

carecem de vida real e, sobretudo, de história. A psicologia política busca reconstruir o objeto da psicologia, devolvendo o ser humano à sua sociedade e sua história, isto é, recuperar sua existência pessoal social. (p. 582)

Trazer o ser humano ao centro da teorização em Psicologia é o que caracteriza a proposta para uma Psicologia concreta de Politzer, algo que é compartilhado por Vigotski. Quando tratada nesses termos, o comportamento violento passa a ser interpretado como ação que ganha significado na vida da pessoa que viola.

Por fim, na terceira e última seção, nosso objetivo foi explicar o desenvolvimento psíquico segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-cultural; e ainda, a partir da defesa vigotskiana de formação social do psiquismo, compreender a formação social da conduta violenta. O trabalho original e criativo de Vigotski apresenta as leis gerais sobre o desenvolvimento psíquico que permitem discutir a violência. A teorização do autor faz enfrentamento às teses biologicistas e subjetivistas de desenvolvimento à medida que propõe que o desenvolvimento cultural tem uma história que só pode ser compreendida quando acompanhada à vida concreta do ser humano e seus dramas sociais e pessoais.

O resgate teórico da THC também conduz a outra importante defesa: os conceitos postulados por Vigotski precisam ser apreendidos como um sistema conceitual, ou seja, desde a gênese cultural dos comportamentos até a especificidade da vivência e do drama. Vigotski (2004b) chama a atenção para a importância de tomar as leis de desenvolvimento a partir da vida concreta dos sujeitos, de compreender as funções psicológicas superiores como funções da personalidade que têm sua dinâmica no drama de papéis sociais.

Esta se caracteriza como uma leitura concreta dos problemas postos à Psicologia, porque abandona visões abstratas sobre o ser humano e supera, no campo da violência, a equivocada suposição de que este é um fenômeno sobre o qual tudo se sabe, pois tem-se por hipótese seu caráter destrutivo. Além de abstrata, é também uma visão moralizante, pois conduz a análise ao campo do bom e do ruim, da escolha deliberada da violência como finalidade em si e não para si.

As teses biologicistas são superadas quando o autor explica a relação entre funções elementares e superiores. A condição biológica é um fator de desenvolvimento psíquico, mas não o determina e nem o condiciona, mas sobretudo, tem aí o seu fundamento material. A cultura subordina o desenvolvimento biológico ao seu domínio, por isso, a violência não pode ser resultado de combinações hereditárias ou genéticas, posto que é uma maneira de se relacionar com o outro construída ao longo do processo de desenvolvimento.

Quando retornamos à situação do aluno que jogou a tesoura na professora, apresentada por nós na Introdução, podemos interpretá-la de uma maneira muito mais complexa do que a resposta inicial, que nega uma patologia em nome da compreensão cultural das condutas humanas. A partir da apropriação do caráter instrumental e plural da violência, o profissional – professor (a) ou psicólogo (a) – ganha espaço para outros questionamentos que contribuem por elucidar o fato ocorrido, que é violento, sem dúvida, mas que pode dizer muito mais do que seu resultado. Qual relação foi construída entre professor e aluno? Como o aluno significa ações que podem causar dano? O que o aluno desejava alcançar quando jogou a tesoura na professora? A resposta a essas perguntas permite compreender todo enredo ao qual aquela cena específica faz referência. Lembremos Politzer (1998), quando afirma que um evento só pode ser compreendido enquanto fato psicológico a partir do relato da pessoa que vivencia determinadas experiências. Para a violência, esta premissa também é verdadeira.

Embora a violência cause sentimentos contraditórios naqueles que a protagonizam ou que são vítimas ou espectadores, a sua compreensão nas relações exige que o (a) psicólogo (a) o analise fora do espectro da moral, mas como uma relação que foi construída e travada a partir das vivências e do drama de papéis sociais que cada sujeito encarna nas diversas experiências e situações vividas. Toda relação de poder carrega consigo a possibilidade de violência, e esse fato precisa ser considerado para sua compreensão.

Sobre o papel político da Psicologia frente às demandas a nós endereçadas, resgatamos o texto *Fascismo em Psiconeurologia*, que Vigotski escreve e publica em 1934. Nele, o autor discute as consequências do regime fascista alemão para a psicologia alemã, ou, como a psicologia alemã contribuiu com o regime à medida em que se reorganizou teoricamente em uma aberta orientação e alinhamento fascistas. Nas palavras do autor “A profunda crise que tem afligido a psicologia burguesa durante as últimas poucas décadas tem assumido novas formas agudas, violentas e repugnantes, até então desconhecidas na história da ciência psicológica, após o golpe fascista na Alemanha” (Vigotski, 1934/2020, p. 1).

Esse realinhamento de algumas áreas da psicologia alemã da década de 30 se deu a partir da retomada das teorias biologicistas sobre personalidade. Muito rapidamente, “Catálogos alemães nos campos da filosofia, psicologia e ciência pedagógica, repentinamente abundavam com títulos tais como: ‘Um estudo da família e hereditariedade’ ou ‘Um estudo da raça’” (Vigotski, 1934/2020, p. 1). Houve uma reorganização no sentido de criar legitimidade científica para as concepções eugênicas que se desenvolviam na época. Eduard Spranger (1882-1963) e Narziss Ach (1871-1946), importantes psicólogos da época, afirmavam, cada um à sua maneira, o cidadão alemão como tipo universal, como a medida para estabelecimento de um

padrão em saúde mental, inteligência e outras habilidades e características. Um exemplo desse movimento foi a teoria de Spranger sobre a personalidade do adolescente

Em seu trabalho amplamente conhecido intitulado “A psicologia do adolescente”, ele diz que a estrutura da personalidade do adolescente que ele está descrevendo caracteriza um adolescente alemão. E diz que um adolescente judeu deveria exibir traços inteiramente diferentes, e na medida em que o tipo emocional russo é atribuído, apesar de evidentes similaridades, o que todos nós vivenciamos é um sentimento apreensivo de uma impactante excentricidade. Mas, ainda dentro do tipo nacional alemão, ele distingue os adolescentes educados: “nós devíamos tê-los chamado burgueses, esta descrição agora não teria se tornado um slogan político superficial” (Vigotski, 1934/2020, p. 2)

Com isso queremos destacar o caráter ético-político daquela psicologia. Em um momento de organização política autoritária e violenta, a psicologia alemã se organizou como seu reflexo e contribuiu com a legitimação do regime nazista buscando justificativas na pretensa determinação biológica da personalidade. Vigotski (1934/2020) fez duras críticas ao papel ideológico cumprido pela psicologia da época e nos traz um alerta importante: a psicologia é fundamentalmente política e sua direção será dada pelas condições sociais de um momento histórico. A Psicologia não cria regimes totalitários e estes tampouco dependem dela para sua existência, mas como área da ciência pode contribuir com a sua sustentação a partir de explicações individualizantes e ideológicas de desenvolvimento. Por esta perspectiva, a-histórica e a-crítica, os problemas sociais, como a violência, são tomados como problemas individuais resultantes de má-formação, escolarização ou problemas familiares, mantendo intocada a sociedade que as produz.

O momento político vivido no Brasil exige que façamos um exame crítico da práxis da Psicologia nas suas mais diversas áreas quando trata da violência. Entendemos que, ao explicarmos a conduta violenta como uma forma de relação e conduta construída social e historicamente, fazemos enfrentamento a concepções na Psicologia e fora dela, que tomam o indivíduo como resposta aos problemas sociais. Desde a violência que estrutura a sociedade até a violência nas relações interpessoais é fundamental que sejam compreendidas em suas múltiplas determinações: sociais, históricas e pessoais.

Cientes de que este é um tema demasiadamente complexo e extenso, afirmamos serem necessários estudos e pesquisas que debatam sobre a violência a partir da Teoria Histórico-Cultural e da Psicologia da Libertação de Martín-Baró. Sobre a Psicologia de Vigotski, entendemos que os estudos sobre periodização e pesquisas de campo são caminhos profícuos para fomentar o debate no campo teórico e o embate no campo prático. Martí-Baró é profundamente atual em suas discussões e postulados teóricos, pois contribui para responder

aos problemas contemporâneos da sociedade e da psicologia brasileira. Defendemos que é preciso avançar tanto na divulgação do seu trabalho, quanto em novas proposições a partir dele. Os cursos de graduação e pós-graduação nacionais são devedores da obra do autor e, portanto, devedores da compreensão do próprio povo, suas violências e possibilidades de luta e liberdade.

Esperamos que as discussões trazidas por nós incentivem a realização de novas pesquisas, investigações e intervenções sobre o tema a partir da epistemologia marxista. A Psicologia deve comprometer-se com o enfrentamento de toda forma de violação da vida humana e com a superação da vida submetida à exploração e à miserabilidade capitalista. É nesta direção de luta que a presente tese se orienta e posiciona.

REFERÊNCIAS

- Anistia Internacional. (2018). *Informe 2017/18*. O Estado dos Direitos Humanos no Mundo. Recuperado em 26 jul. 2021, de <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/6700/2018/bp/>.
- Arruda, J. J. de A. (1996). *História Antiga e Medieval*. 18. ed. São Paulo: Ática.
- Barroco, S. M. S. (2007). *A educação do novo homem soviético e a psicologia de Vigotski: implicações e contribuições para a educação e psicologia atuais*. 2007. 414f. Tese. Doutorado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara.
- Barroco, S.M. e Franco, A.F. (2013). A Formação Social da Personalidade Violenta: Uma Explicitação Educacional. Anais XI CONPE
- Bianchetti, L. (1998). Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: L. Bianchetti, Lucídio; I. M. Freire (Orgs). *Um olhar sobre a deficiência: interação, trabalho e cidadania*. Campinas: Papirus
- Blanco, A. (1998) Prefácio. In: I. Martín-Baró. *Psicología de la liberación*. (pp. 09-38). Madrid: Editorial Trotta.
- Bock. A.M. (2015) Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: Bock, A. M. V, Furtado, O., Gonçalves, M. G. *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* 6 ed. São Paulo: cortex
- Carvalho, B. P.; Jesus, N. B.; Camargo, A. F.B. T., & Palhuzi, B. C. C. (2021). A interpretação da crise da psicologia da década de 1920 por Politzer e Vigotski. In: R. Bellenzani & B. P. Carvalho (Orgs). *Psicologia histórico-cultural na universidade* [recurso eletrônico]: pesquisas implicadas / Campo Grande, MS: Ed. UFMS.
- Costa, I. C. (2010). Brecht e o teatro épico. *Literatura E Sociedade*, 15(13), 214-233.
- Costa, M. L. e. S. (2014). *Violência nas Escolas: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para seu Enfrentamento na Educação*. Dissertação. Mestrado em Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, PR.
- Delari J., A. (2011). Sentidos do “drama” na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre arte e psicologia. *Psicologia em Estudo*, 16(2), 181-197. ISSN 1807-0329.
- Delari Jr., A. (2013). Princípios éticos em Vigotski: perspectivas para a psicologia e a educação. *Nuances: estudos sobre Educação*, 24(1), 45-63.
- Delari Jr., A. (2020). Gênese social da personalidade navisão de Vigotski: aproximação indireta à “educação estética”. In: F. S. Abreu, A. C. Gonçalves & P. L. Pederiva (Orgs). *Educação estética: a arte como atividade educativa*. (pp. 53-74). São Carlos: Pedro & João.
- Dobles, I. (2011) Psicologia da Libertação: condições de possibilidade. In: R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 15-37). Campinas: Alínea.

- Dobles, I. (2016). *Ignacio Martín-Baró: Una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas*. San José, Costa Rica: Arlekin.
- Dobles, I. D., & Rosa, M. P. (2021). Psicologia Social a partir da América Central: Desafios e Perspectivas. Entrevista com Ignacio Martín-Baró. *Estud. pesqui. Psicol.*, 21(2), 826-839. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.61072>.
- Engels, F. (1968). Carta a W. Borgius em Bratislava – Heinz Starkenburg, 25 de janeiro de 1984. In K. Marx & F. Engels, *Obras de Karl Marx e Friedrich Engels*, v. 39. Berlim: Dietz.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2019). *Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo. Recuperado em 25 de jul 2021, de <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2021). *Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo. Recuperado em 25 jul. 2021, de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
- Gabbi Jr., O. F. (1998). Considerações sobre a eterna juventude da psicologia: o caso da psicanálise. In G. Politzer. *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. (pp. V- XXVIII). Piracicaba: Editora Unimep.
- Hobsbawm, E. (1998) As regras da violência. In: *Pessoas extraordinárias: resistência, rebeldia e jazz*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. *Atlas da violência 2021* Brasília/Rio de Janeiro. Recuperado em 12 fev. 2022, de: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2019). *Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre*. Recuperado em 20 jul. 2021, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-dametade-mais-pobre>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2018). *Atlas da violência 2018*. Brasília: Rio de Janeiro, RJ
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2019). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro, RJ
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2018). *Atlas da violência 2018*. Brasília/Rio de Janeiro. Recuperado em 15 jul. 2021, de <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. *Atlas da violência 2019*. Brasília/Rio de Janeiro. Recuperado em 15 jul. 2021, de <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>

- Lacerda Jr., F., & Guzzo, R. S. L. (2012). Sobre o Sentido e a Necessidade do Resgate Crítico da Obra de Martín-Baró. In R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 15-37). Campinas: Alínea.
- Lacerda, F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar? In A. F. Lima, D. C. E. Antunes, & M. G. A. Calegare (Org.). *Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil*. (pp.111-128). Porto Alegre: ABRAPSO.
- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a "Psicologia". In S. T. M. Lane, & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lênin, V. I. (1990). *O que é o marxismo?* São Paulo: Edições Mandacaru.
- Leontiev, A. N. (2004) Artigo de introdução sobre o trabalho criativo de L.S. Vigotski. In L. S. Vygotsky (Ed.), *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Losurdo, D. (2012) *A não violência: uma história fora do mito*. Rio de Janeiro: Ed. Revan.
- Luria, A. R. (2012) Vigotski. In L. S. Vigotski, A. R. Luria, & A. Leontiev (Orgs). *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. São Paulo: Ícone.
- Martín-Baró, I. (1990) La violencia en centroamerica: una vision psicosocial. *Revista de Psicologia de El Salvador*, IX(36), 123-146.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1998) *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Martín-Baró, I. (2003). *Poder, ideología y violencia*. Madrid: Editorial Trotta.
- Martín-Baró, I. (2011a) Para uma Psicologia da Libertação. R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 181-198). Campinas: Alínea.
- Martín-Baró, I. (2011b) Desafios e Persepctivas da Psicologia Latino-americana. R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 199-2020). Campinas: Alínea.
- Martín-Baró, I. (2012). *Acción y ideología: Psicología Social desde Centroamérica* (2ª ed.). San Salvador: UCA Editores. (Trabalho original publicado em 1985).
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia*. (Trad. F. Lacerda Jr.). Petrópolis: Vozes.
- Martins, K. O., & Lacerda Jr, F. (2014). A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. *Rev. psicol. polít.*, 14(31), 569-589.
- Martins, L. M. (2008) Introdução aos fundamentos epistemológicos da psicologia sóciohistórica. In L. M. Martins (Org.) *Sociedade, educação e subjetividade: reflexões*

- temáticas à luz da psicologia sócio-histórica. (pp. 33-60). São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica.
- Martins, L. M. (2004). A natureza sócio-histórica da personalidade. *Caderno Cedes*, 24(62), 82-99.
- Marx, K. (1983). *O capital*. Livro III. 2º tomo. São Paulo: Abril, 1983.
- Marx, K. (2013). *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Marx, K., & Engels, F. (1980). *Sobre literatura e arte*. (2 ed). São Paulo: Global editora.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *O Manifesto Comunista*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção leitura).
- Mello, S. L., & Patto, M. H. S. (2008). Psicologia da violência ou violência da psicologia? *Psicologia USP*, 19(4), 591-594.
- Odalia, N. (2000). *O que é a violência*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia*. (pp. 25-55). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2019). *Global Study on Homicide Homicide: extent, patterns, trends and criminal justice response*. Recuperado em 18 set. 2021, de <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>
- Osório, J. (2019) *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. (2ªed.) São Paulo: Expressão Popular
- OXFAM. (2017). *Relatório – A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. Recuperado em 12 abr. 2021, de <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos>
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362-371.
- Pasqualini, J. C. (2016) O desenvolvimento do psiquismo e o ensino escolar. Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP [recurso eletrônico] / Organizadoras: Pasqualini, J. C., Tshako, Y. N. – Bauru: Secretaria Municipal de Educação (pp. 69-100)
- Pino, A. (2007). Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educação & Sociedade*, 28(100), 763-785.
- Politzer, G. (1998). *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba: Unimep. (Trabalho original publicado em 1928).

- Prestes, Z. (2010) Guita Lvovna Vigodskaja (1925-2010), filha de Vigotski: entrevista. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 1025-1033.
- Prestes, Z. (2014). 80 anos sem Lev Semionovitch Vigotski e a arqueologia de sua obra. *Revista Eletrônica de Educação*, 8(3). Recuperado em 18 dez. 2021, de <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1055>
- Tuleski, S. C.; Vieira, B. M. B.; Castro, L.; Silva, R. I. M., & Penteadó, V. O. B. Apontamentos acerca da violência nos tempos atuais e suas reverberações no âmbito escolar. In: N. S. T. Leonardo, S. M. C. da Silva, Z. F. de R. G. Leal, & F. Negreiros. (Orgs). *Temas atuais sobre a queixa escolar – em foco, aprendizagem e desenvolvimento*. Curitiba: Ed. CRV.
- Vázquez, A. S. (1996). *Ética*. (16 Ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Vázquez, A. S. (2011). *Filosofia da práxis*. (Trad. M. E. Moya, 2 Ed). São Paulo: Expressão Popular.
- Veresov, N. (2016). Perezhivanie as a Phenomenon and a Concept: Questions on Clarification and Methodological Meditations. *Cultural-historical psychology*, 12(3), 129-148.
- Veresov, N. (2019) Subjectivity and Perezhivanie: Empirical and Methodological Challenges and Opportunities. In F. G. Rey, A. Mitjans Martínez, & D. M. Goulart (Orgs.) *Subjectivity within Cultural-Historical Approach Theory, Methodology and Research*. (pp. xx-xx). Springer Nature Singapore.
- Veresov, N. (2021). Cultural-Historical Theory and the Dialectics of Lower and Higher Psychological Functions. *Integr. psych. behav.* 55, 735–748. Doi: <https://doi.org/10.1007/s12124-021-09647-3>
- Vygotski, L. S. (1996). *Obras Escogidas*. Tomo IV. Madrid: Editorial Visor.
- Vygotski, L. S. (1995). *Obras Escogidas*. Tomo III. Madrid: Editorial Visor.
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929 [Psicologia concreta do homem]. In *Educação e Sociedade*. 71, 21-44. (Trabalho original publicado em 1929).
- Vigotski, L. S. (2004a). A transformação socialista do homem (Trad. N. Dória). URSS: Varnitso.
- Vygotski, L. S. (2004b). *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2018). *Sete aulas de L.S Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia*. In Z. Prestes, & E. T. (Orgs). (Trad. C. da C. G. Santana, 1. Ed). Rio de Janeiro: E-Papers.
- Vigotski, L. S. (2020) Fascismo in psiconeurologia. “Estação MIR” *Arquivos digitais*, (Trad. A. Delari Junior), 16p. (Trabalho original publicado em 1934).
- Vigotski, L. S. (2020). *Resenha do livro de John Reed “Dez dias que abalaram o mundo”*. (Trad. A. Delari Junior). Recuperado em 15 dez. 2021, de www.estimir.net/lsv_1923_res-reed.pdf. (Trabalho original publicado em 1923).

- Vigotski, L. S., & Leontiev, A. N. (2020). Prefácio para o livro de A. N. Leontiev, O desenvolvimento da memória. *Cadernos CEDES* [online]. 40(111), 114-122. Recuperado em 24 dez. 2021, de <https://doi.org/10.1590/CC225970>
- Vygotsky L. S., & Luria, A. R. (1996). Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Waeny, M. F. C., & Macêdo, C. M. V. de. (2019). A importância do contexto histórico: El Salvador e Ignacio Martín-Baró. *Psicologia & Sociedade*, 31.
- Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da Violência 2016*. Homicídios por arma de fogo no Brasil. Recuperado em 12 nov. de 2021, de <http://www.mapadaviolencia.org.br/>
- Zavershneva, E. (2016). The way to freedom: Vygotsky in 1932. In A. Yasnitsky, & R. Van Der Veer (Eds.), *Revisionist Revolution in Vygotsky Studies* (pp. 127-140). Londres: Routledge.